



**INSTITUTO LATINOAMERICANO DE ARTE,
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
(PPGHIS)**

**CONFLITO AGRÁRIO E RESISTÊNCIA CAMPONESA NAS PÁGINAS DO
INFORMATIVO PASTORAL 'VOZ DO NORTE' (1983-1986)**

LUCIANO ALVES GABARRÃO SILVA

Foz do Iguaçu-PR
2023

**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
(PPGHIS)**

**CONFLITO AGRÁRIO E RESISTÊNCIA CAMPONESA NAS PÁGINAS DO
INFORMATIVO PASTORAL 'VOZ DO NORTE' (1983-1986)**

LUCIANO ALVES GABARRÃO SILVA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Integração Latino-americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr^a Endrica Geraldo

LUCIANO ALVES GABARRÃO SILVA

**CONFLITO AGRÁRIO E RESISTÊNCIA CAMPONESA NAS PÁGINAS DO
INFORMATIVO PASTORAL 'VOZ DO NORTE' (1983-1986)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Integração Latino-americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof. Dr^a ENDRICA GERALDO
UNILA

Prof. Dr^o CLOVIS ANTONIO BRIGHENTI
UNILA

PROF. DR^a VERA LUCIA CAIXETA
UFNT

Catálogo elaborado pelo Setor de Tratamento da Informação
Catálogo de Publicação na Fonte. UNILA - BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA - PTI

S586c

Silva, Luciano Alves Gabarrao.

Conflito agrário e resistência componesa nas páginas do informativo pastoral 'Voz do Norte' (1983-1986) / Luciano Alves Gabarrao Silva. - Foz do Iguçu, 2023.

142f.: il.

Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Instituto Latinoamericano de Arte, Cultura e História (ILAAACH), PPGHIS Programa de Pós-Graduação em História.

Orientador: Endrica Geraldo.

1. Comissão Pastoral da Terra. 2. Camponeses - Tocantins. 3. Conflito social. I. Geraldo, Endrica. II. Título.

CDU 316.343

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, ao ensino público, que é, sem dúvida, um movimento de grande transformação social e que contribuiu para o meu crescimento tanto profissional como pessoal. Possibilitou sonhar com ensino superior e construir o meu desejo de ser um mestre. A Universidade Federal da Integração Latino-Americana abriu as portas para a realização desse momento único, de ser mestre em História. Agradeço ao colegiado do PPGHIS por ter ministrado aulas que fizeram a diferença para o meu crescimento. A UFT (atualmente UFNT) ofereceu a possibilidade de construir a minha carreira tanto como historiador quanto como professor. E as relações que construí em ambas as universidades.

A minha família, que é a maior incentivadora dos meus sonhos, possibilitou toda a estrutura necessária para chegar aqui. Minha querida mãe Rosalina, meu pai José e minha irmã Denise, sempre dando o apoio necessário. Ao meu amigo Bruno por me incentivar.

Agradeço à professora e amiga Dra. Vera Lucia Caixeta por ter me dado todo o suporte durante e depois da graduação. Com suas orientações, pude chegar a esse momento. Agradeço profundamente à minha orientadora por ter me aceitado como seu orientando. Como todo orientando, não fujo à regra e dou bastante trabalho a ela. Agradeço ao professor e ex-coordenador do programa Dr. Clóvis Antonio Brighenti por ter dado toda a atenção necessária no início e por ter contribuído com a disponibilidade de mais vagas.

São as nossas escolhas, Harry, que revelam quem realmente somos, muito mais do que as nossas habilidades.

— Alvo Dumbledore. Harry Potter e a Câmara Secreta.

RESUMO

Esta dissertação analisa a resistência camponesa e os conflitos agrários na região do "Bico do Papagaio" na década de 1980, tendo como base o Informativo Pastoral "Voz do Norte", produzido pela diocese de Tocantinópolis. A pesquisa apresenta os desafios enfrentados pela luta camponesa e sua organização social em um período de expansão das fronteiras patrocinadas pelo governo militar. O informativo foi um importante instrumento de comunicação utilizado pela diocese para divulgar ações da igreja e das pastorais, comunicados e formações para as lideranças locais, além de denunciar as violências praticadas contra camponeses, indígenas e ribeirinhos na região. A pesquisa destaca a violência explícita presente no "conflito agrário", com assassinatos, ameaças, prisões e arbitrariedades das autoridades em aliança com os interesses do capital privado. Nesse contexto, a resistência camponesa em aliança com a ala progressista da Igreja Católica, em especial, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), teve papel fundamental na formação de agentes, lideranças e na divulgação das violências ocorridas. A pesquisa foi realizada a partir da perspectiva da análise de conteúdo e do aporte teórico fornecido pela decolonialidade, buscando compreender o conflito agrário a partir das lideranças, agentes da CPT e dos camponeses da região. A dissertação destaca a importância histórica da CPT na região e suas lideranças na construção das identidades dos diversos movimentos. O informativo teve sua publicação encerrada com o assassinato do Padre Josimo Tavares, interlocutor e protagonista da resistência camponesa no "Bico do Papagaio".

Palavras-chave: Comissão Pastoral da Terra; Imprensa alternativa; conflitos agrários; resistência camponesa no Tocantins;

ABSTRACT

This dissertation analyzes agrarian conflicts in the "Bico do Papagaio" region in the 1980s, based on the Pastoral Newsletter "Voz do Norte," produced by the Diocese of Tocantinópolis. The research presents the challenges faced by peasant struggles and their social organization during a period of expansion of frontiers sponsored by the military government. The newsletter was an important communication tool used by the Diocese to disseminate church and pastoral actions, announcements, and training for local leaders, as well as to denounce the violence committed against peasants, indigenous people, and river dwellers in the region. The research highlights the explicit violence present in the "agrarian conflict," with murders, threats, arrests, and arbitrary actions by authorities in alliance with private capital interests. In this context, peasant resistance in alliance with the progressive wing of the Catholic Church, particularly the Pastoral Land Commission (CPT), played a fundamental role in training agents, leaders, and disseminating the violence that occurred. The research was carried out from the perspective of content analysis and the theoretical contribution provided by decoloniality, seeking to understand the agrarian conflict from the perspectives of CPT agents, leaders, and peasants in the region. The dissertation highlights the historical importance of CPT in the region and its leaders in the construction of the identities of various movements. The publication of the newsletter ended with the murder of Father Josimo Tavares, an interlocutor and protagonist of peasant resistance in the "Bico do Papagaio."

Keywords: Pastoral Land Commission; Alternative press; agrarian conflicts; peasant resistance in Tocantins.

RESUMEN

Esta disertación analiza los conflictos agrarios en la región del "Bico do Papagaio" en la década de 1980, teniendo como base el Informativo Pastoral "Voz do Norte", producido por la Diócesis de Tocantinópolis. La investigación presenta los desafíos enfrentados por la lucha campesina y su organización social en un período de expansión de las fronteras patrocinadas por el gobierno militar. El informativo fue un importante instrumento de comunicación utilizado por la Diócesis para divulgar acciones de la iglesia y de las pastorales, comunicados y formaciones para las lideranzas locales, además de denunciar las violencias practicadas contra campesinos, indígenas y ribereños en la región. La investigación destaca la violencia explícita presente en el "conflicto agrario", con asesinatos, amenazas, detenciones y arbitrariedades de las autoridades en alianza con los intereses del capital privado. En este contexto, la resistencia campesina en alianza con la ala progresista de la Iglesia Católica, en especial la Comisión Pastoral de la Tierra (CPT), tuvo un papel fundamental en la formación de agentes, liderazgos y en la divulgación de las violencias ocurridas. La investigación se realizó a partir de la perspectiva del análisis de contenido y del aporte teórico proporcionado por la decolonialidad, buscando comprender el conflicto agrario a partir de las lideranzas, agentes de la CPT y de los campesinos de la región. La disertación destaca la importancia histórica de la CPT en la región y sus liderazgos en la construcción de las identidades de los diversos movimientos. El informativo tuvo su publicación cerrada con el asesinato del Padre Josimo Tavares, interlocutor y protagonista de la resistencia campesina en el "Bico do Papagaio".

Palabras clave: Comisión Pastoral de la Tierra; Prensa alternativa; conflictos agrarios; resistencia campesina en Tocantins;

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Região do Bico do Papagaio.....	16
Figura 2 Mapa da mesorregião do Bico do Papagaio.....	30
Figura 3 Capa e Página da Primeira Edição da Voz do Norte 1983.....	66
Figura 4 Igreja Matriz Nossa Senhora da Consolação de Tocantinópolis.....	68
Figura 5: Mosaico com as fotos e textos da voz do norte 1983 - 1986.....	69
Figura 6: Formulário para assinatura do periódico.	71
Figura 7: Depoimento de Maria Darci dos Santos Souza, esposa de João Claudino de Souza	74
Figura 8: Charge referente a Puebla publicado na revista A Voz do Norte.....	80
Figura 9: Puebla na Voz do Norte.....	82
Figura 10: Os fundamentos da CEBS em imagem.....	86
Figura 11: A prisão de agentes da CPT e do Padre Josimo:.....	97
Figura 12: O Bárbaro Assassinato de Rufino.	101
Figura 13: Imaginário dos camponeses em referência a GETAT.	118

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACB: Ação Católica Brasileira

BASA: Banco da Amazônia S.A

CDH: Centro de documentação Histórica

CNBB: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CPT: Comissão da Pastoral da Terra

CEBs: Comunidade Eclesiásticas de Bases

GETAT: Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins

JAC: Juventude Agrícola Católica

JOC: Juventude Operária

MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

PIN: Plano de Integração Nacional

PT: Partido dos Trabalhadores

PC do B: Partido comunista do Brasil

SUDAM: Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

UDR: União Democrática Ruralista

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1. O “BICO DO PAPAGAIO”: DECOLONIALIDADE E VOZ DO NORTE: DELINEANDO AS POSSIBILIDADES DE ANÁLISE DAS FONTES.....	29
1.1. “O Bico do Papagaio”:	29
1.2 Igreja Católica no regime militar e seu papel de “mediação” com a classe trabalhadora	43
1.3 Colonialidade/modernidade: descolonizando o paradigma colonial eurocentrado.....	51
2 O INFORMATIVO DA DIOCESE DE TOCANTINÓPOLIS: “A VOZ DO NORTE	57
2.1 Relevância da Imprensa Alternativa	57
2.2 Revista Voz Do Norte: Um Instrumento de Comunicação & Denúncias	65
2.3 Opção preferencial pelos pobres: o impacto das conferências de Medellín & Puebla	78
3.0 AS DIFERENTES VOZES: OS MOVIMENTOS SOCIAIS E A RESISTÊNCIA CAMPONESA NA VOZ DO NORTE	89
3.1 Conceito de movimentos sociais	89
3.2 Painel de vozes: As disputas e violência reportadas por agentes da CPT.....	94
3.3 As vozes dos bispos nas denúncias de violências na região Araguaia-Tocantins.....	106
3.4 As vozes dos movimentos sociais/camponeses sobre a violência praticada na região.....	112
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	127
FONTES:.....	133
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	133

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa trata da resistência camponesa frente às violências ocorridas no extremo norte de Goiás, atualmente região norte do estado do Tocantins, a partir dos artigos publicados pelos padres e agentes da CPT (Comissão da Pastoral da Terra) na revista “Voz do Norte” (1983-1986), da diocese de Tocantinópolis. Para a análise foram utilizados os referenciais teóricos da decolonialidade e a metodologia da análise do conteúdo do periódico. Por essa razão, recorreremos aos autores que refletem sobre a importância dos periódicos para a elaboração do conhecimento histórico. Nossa preocupação esteve centrada no rompimento do etnocentrismo de matriz europeia que apaga as especificidades dos sujeitos locais, os camponeses, os subalternizados, os habitantes da Amazônia Legal. Os sujeitos dessa pesquisa são os agentes da CPT, as lideranças religiosas (bispos e padres) e demais camponeses da região que estão presentes na revista. Esta pesquisa trata de garantir visibilidade aos sujeitos sociais que resistem, que se organizaram em instâncias coletivas de mobilização e reivindicação de pautas específicas, num dado tempo e lugar.

Tania de Luca (2005) apresentou caminhos para a análise de jornais e revistas, e ressalta a importância dessas fontes para a historiografia. De acordo com Leite, entre os diversos seguimentos e circulações, jornais (nacionais, locais e regionais), especializados, humor e sindicais incorpora de maneira significativa na pesquisa analisando "colunas sociais, sessões econômicas, políticas, informativas, artigos, cartas dos leitores, crônicas, noticiários, dentre diversos outros campos que permitem ao historiador elaborar uma análise por um viés social, político, econômico e/ou cultural" (LEITE, 2015, p. 02).

Enfrentamos o desafio de fazer uma leitura dos discursos de resistência camponesa a partir da perspectiva decolonial. Afinal, apesar dos europeus imporem seu capitalismo em toda parte, isso não quer dizer que sua *episteme* dê conta da complexidade das distintas formações sociais que se constituíram em cada lugar, a exemplo da organização e fortalecimento da CPT. Ademais, o discurso científico eurocêntrico reverbera na incompreensão da realidade das populações amazônicas. O apagamento dos seus sujeitos, suas histórias, cosmogonias, tecnologias e

engenharias legitimam a ocupação de suas terras e os genocídios contínuos das suas populações, no passado e no presente.

A colonialidade do saber nos revela que para além do legado de desigualdade e injustiças sociais profundas do colonialismo e do imperialismo, há o legado epistemológico do eurocentrismo que nos impede de compreender o mundo a partir do próprio mundo em que vivemos. Costa e Grosfoguel (2016, p.9) afirmam que: “A colonização no âmbito do saber é produto de um longo processo de colonialidade que continuou reproduzindo as lógicas econômicas, políticas, cognitivas, da existência, da relação com a natureza, etc que foram forjadas no período colonial”. De certo, “Há muitos silêncios intraduzíveis que jamais serão audíveis [...] se não se abandonar a pretensão de porta-voz do outro, mas se engajar efetivamente na subversão das estruturas de subalternização que mantêm populações inteiras emudecidas” (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2014, p.72). Há, assim, que reconhecer a existência da diversidade epistêmica que comporta um enorme patrimônio acerca da vida, das águas, da terra, do fogo, do ar, dos homens.

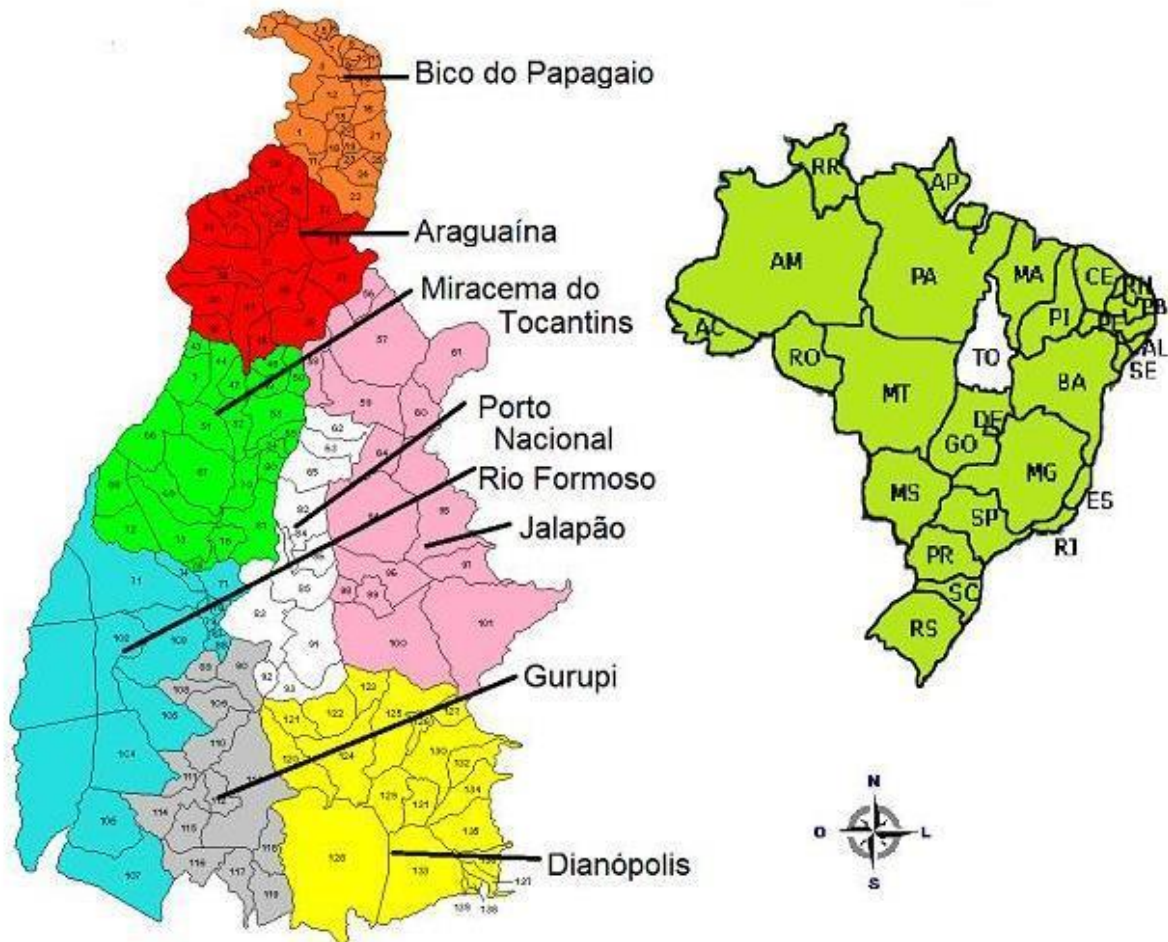
Mignolo (2017) descreve a lógica da colonialidade como “o lado mais escuro da modernidade”. Porém, a colonização, para ele, não se refere apenas à conquista territorial, inclui a colonização do espaço e do tempo dos povos colonizados, ao suprimir suas histórias e narrativas a fim de criar e impor a própria narrativa ocidental, o que dava – e continua dando, - a força e motor à supremacia epistemológica europeia, como a “verdadeira ciência”; sendo o conhecimento produzido pelos povos subalternizados classificados como cultura. Para o referido autor, a retórica da modernidade, com seus abstratos universais, permitiu que a matriz colonial do poder fosse mantida em segredo e ainda propagasse o mito da modernidade como progresso. Por esse motivo, ele propõe a descolonização epistêmica (MIGNOLO,2017).

Assim, a *Colonialidade do Saber*, ao recuperar a simultaneidade dos diferentes lugares na confrontação de nosso mundo abre espaço para que múltiplas *epistemes* dialoguem. Mignolo (2005) denominou de “giro epistêmico decolonial”, ou seja, de reescrever a história a partir das trajetórias silenciadas, subjetividades reprimidas e conhecimentos subalternizados. Como ressalta Bernardino-Costa e Grosfoguel (2016, p.19) “o que é decisivo para pensar a partir da perspectiva subalterna é o compromisso

em elaborar um conhecimento contra hegemônico”. Nesse sentido, buscou-se perceber as estratégias de resistência camponesas e ouvir suas vozes, buscando suas experiências, memória e luta, num tempo e lugar específicos, no extremo norte de Goiás, entre os rios Araguaia e Tocantins, entre 1983-1986, pelas páginas do informativo diocesano da Voz do Norte!

A busca de alternativas à conformação profundamente excludente e desigual do mundo moderno exige um esforço de desconstrução do caráter universal e natural da sociedade capitalista. De acordo com Gomes e Ramos Junior (2020) os conflitos e as questões relacionadas à divisão, titularidade e posse de terras são presentes na história do Brasil. Trata-se, portanto, de uma temática que tem sido objeto de estudo por diferentes áreas do saber. Porém, a região do norte de Goiás, atual Tocantins (Constituição Federal de 1988), especialmente a conhecida pelo codinome de Bico do Papagaio, constitui uma ampla gama de buscas de formas alternativas do conhecer, questionando o caráter colonial/eurocêntrico dos saberes sobre a região, de forma específica, sobre o acontecimento dos conflitos agrários ocorridos na época da ditadura militar (1964-1985). Nosso objeto de pesquisa em História trata da resistência camponesa a partir dos discursos presentes na revista Voz do Norte (1983-1986).

Figura 1: Região do Bico do Papagaio



Fonte: C. Margonari *et al.*, 2006, p. 1090

Analizamos os conflitos agrários na perspectiva dos agentes, da voz dos camponeses, presentes na Voz do Norte, a partir dos relatos da CPT- Comissão da Pastoral da Terra, na região. Compreendemos que, o que é escolhido para ser lembrado ou esquecido depende do nosso compromisso com o presente, com o passado e com o futuro dos povos da região. O conceito que foi empregado nesta pesquisa é o de camponês momento ou outro podendo ser posseiro, pela literatura apresentada e abrangência em que o nome permite, bem como pela empregabilidade em diversos trabalhos acadêmicos. Na revista, eles aparecem alguns como pequenos produtores, lavradores, trabalhadores rurais, posseiros e camponeses. Não há um consenso em relação à nomenclatura utilizada na Voz do Norte.

De acordo com Shanin (1979) historicamente, o termo camponês é do período medieval (476 d.C. a 1453), pertencentes a uma condição de vida precária nos feudos na Europa, em um sistema estamental, explorados pelos senhores feudais. No período contemporâneo de acordo com Marta Marques (2008) o conceito de Campesinato é uma definição de classe social, que sofre com as desigualdades sociais acrescentada pela figura do latifúndio que encontra apoio ao poder econômico e político. Termo que permanece chave para entender as questões sociais e políticas, Marta Marques (2008, p. 59) reafirma “deste conceito, cuja densidade histórica nos remete a um passado de lutas no campo e ao futuro como possibilidade”.

Para Shanin (1979, p. 228), o campesinato possui a dualidade entre uma classe social e um "mundo diferente" há qual é uma classe social de baixa "Classicidade" que está incluída no sistema capitalista, porém, de forma subordinada. “O modo de vida camponês apresenta simultaneamente uma relação de subordinação e estranhamento com a sociedade capitalista. Se, por um lado, o mercado domina o campesinato, por outro, ele não o organiza” (TAUSSIG, 1980, p. 10). A sua forma de trabalho está ligada a uma produção familiar.

Nas últimas décadas há uma afirmação como "identidade política" trazendo para o cenário "Ligas Camponesas", termo que anteriormente tinha suas especificidades regionais, tinham termos diversos dependendo de cada localidade, conforme à sua formação histórica como: "caipira em São Paulo, Minas Gerais e Goiás; caiçara no litoral paulista; colono ou caboclo no Sul - dependendo de sua origem, se imigrante ou não" (MARQUES, 2008, p. 60).

Início dos anos 1980, o termo torna-se mais complexo e específico, advindo dos surgimentos de diversos grupos sociais que entram no campo, em favor das pessoas que são afetadas por barragens, dos seringueiros, dos trabalhadores rurais sem-terra etc. (MARQUES, 2008). A utilização de uma nova nomenclatura para os diversos movimentos e categoria começa a ser implementado "uma preferência pelo emprego de categorias descritivas, ou categorias empíricas, como as de sem-terra, assentados, barrageiros em detrimento do uso de conceitos-síntese como o de camponês ou o de pequeno produtor" (PORTO; SIQUEIRA *apud* MARQUES, 2008, p 61).

Na década de 1990, com a crescente crítica ao modelo de produção da agricultura capitalista e seus impactos no meio ambiente e no ecossistema, bem como as diversas violências associadas a ele, houve um aumento na conscientização sobre a necessidade de mudanças. Isso levou ao surgimento de movimentos sociais e iniciativas que buscavam promover práticas agrícolas mais sustentáveis e justas, visando não apenas a preservação do meio ambiente, mas também o bem-estar das comunidades rurais. Esses esforços continuam até hoje, com o objetivo de construir um sistema alimentar mais equitativo e responsável.

Fez ressurgir o termo campesinato como identidade política. "O movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) passa a se autodefinir como um movimento camponês, filiando-se à Via Campesina, organização internacional que congrega camponeses de várias partes do mundo" (MARQUES, 2008, p.61).

Movimentos sociais remete a coletividade e organização há qual pressupõe objetivos similares em busca de alcançar determinadas ações em que os favoreça nos cenários político e social, ou reconhecimento das suas práticas culturais. De acordo com a professora Maria da Glória Gohn (2011) os movimentos sociais são conjuntos de indivíduos em fazer parte de um interesse há qual os conectaram causas e objetivos comuns, provocam ações em conjunto. Os movimentos sociais protagonizaram no Brasil na década de 1960, quando a sociedade ficou contrariada com o regime militar, aumentando as tensões entre os movimentos e o governo. Devido à insatisfações com as medidas políticas adotadas pelos militares.

Segundo Maria Gohn (2011) atuação destes movimentos são ações promovidas indiretamente ou diretamente por meio de pressões, denúncias, de resistência ou a promoção de eventos em prol das suas reivindicações, porém não precisam ser institucionalizados ou terem uma formalização para terem essa definição. Atuação dos movimentos sociais agem sobretudo no campo político, justamente na relação de poder, a estratégia é uma das principais ferramentas, como buscar conquistar a aderência e opinião pública, adquirir uma adesão popular, consequentemente "pressionar instituições, sobretudo o Estado, para o atendimento das suas demandas, ou, então, para transformações sociais mais profundas" Roberto Silva (2020, p. 04).

O interesse pela pesquisa surgiu a partir do contato com a revista “A Voz do Norte”. Que foi digitalizada e se encontra no CDH — Centro de Documentação Histórica da UFT — Universidade Federal do Tocantins! Trata-se de uma revista, publicada entre 1983 – 1986, no total de 30 volumes, geralmente com quarenta páginas, porém, a primeira edição contava com vinte páginas, com publicação bimestral, sob a responsabilidade da Diocese de Tocantinópolis. Nas suas páginas encontra-se informações referentes a atuação religiosa católica na região, entre elas, os chamados “conflitos agrários”. Seus artigos, como será visto, nos ajudaram a compreender as formas de organização social da região, na década de 1980, alguns posicionamentos da Igreja Católica, do estado brasileiro e seus impactos na vida dos camponeses.

Não consegui todos os dados sobre a revista, tentativas realizadas na PUC — GO, antiga Faculdade Católica de Goiás, responsável pelas publicações, não foram frutíferas. Também não conseguimos saber, junto ao arquivo da cúria da diocese de Tocantinópolis, mais detalhes de como a revista era distribuída na região, a quantidade de tiragens, quem estava à frente das edições, entre outras questões que seriam de grande relevância sobre a produção e difusão na diocese de Tocantinópolis.

O que encontrei na revista, que me interessou? Inicialmente, foram as notícias sobre assassinatos de camponeses, mas também outras formas de violência no campo, como o fogo tocado nas plantações e nas casas; o aprisionamento de lideranças camponesas, tiros e ameaças contra as famílias; mas também as diversas formas de resistência camponesa, como o abandono temporário das casas, a mudança dos caminhos, ou seja, para fugir ou confundir os jagunços usando outras estradas, ou trilhos abertos na mata. Essa resistência era coletiva, passava por uma organização social, principalmente através da Comissão Pastoral da Terra. Buscamos compreender como parte da Igreja Católica pensava naquela época e como contribuía com a organização camponesa e, dos riscos que corria. Estampadas nas páginas da revista assassinatos de camponeses e do padre Josimo Tavares. Importante liderança da região. Padre conhecido por sua defesa intransigente dos trabalhadores rurais através da CPT.

Nos governos militares tinha-se por intenção propiciar um cenário favorável a agropecuária, por isso, o processo de expansão da fronteira agrícola na Amazônia

Legal ocorreu por um direcionamento dos investimentos. Comprometidos com o capital, os governos militares subsidiaram as empresas agropecuárias para exploração da terra, o que certamente, contribuiu para elevar o número da violência no campo, numa região já marcada pelos baixos índices de IDH, conforme sublinha Crestani; Oliveira e Strassburg (2014, p.198)

Marcada pela pobreza, pela agricultura de subsistência, pela ausência de serviços básicos de infraestrutura, saúde e educação essa região foi responsável por um dos episódios mais sangrentos dos conflitos fundiários durante o Regime Militar do país, como o assassinato do padre Josimo Tavares, em 1986, no escritório da Comissão Pastoral da Terra (CPT), Araguaia-Tocantins.

Historicamente, a ciência e a tecnologia são concebidas como a base do desenvolvimento econômico e social. Por outro lado, o conhecimento “tradicional” dos pobres, dos camponeses, dos habitantes das florestas e das águas, além de ser considerado não pertinente, é visto como obstáculo à tarefa transformadora do desenvolvimento. Assim, defende-se o avanço da fronteira agrícola, no passado e no presente, como condição para o desenvolvimento e o progresso material. Porém, ao contrário, o “Bico do Papagaio” chegou ao que é, em grande medida, pelo desenvolvimento. A taxa de pobreza na microrregião do Bico do Papagaio é elevada. Em 2000, era de 81,39% e, em 2010, de 74%, o que significa que quase 75% da população vivia com o mínimo de calorias necessárias para suprir adequadamente às necessidades de uma pessoa, com base em recomendações das Organizações das Nações Unidas para Alimentação (FAO) e da Organização Mundial de Saúde (OMS) e (IBGE, 2010).

A premissa organizadora era a crença da modernização como força capaz de destruir as superstições e relações arcaicas na Amazônia Legal. Assim, a expansão agrícola, patrocinada pelos governos militares, de acordo com Cunha e Silva (2012), contribuíram para aumentar a conflitualidade e a violência nos espaços sociais agrários com graves violações dos direitos humanos. O entrelaçamento entre os planos políticos, econômico e social fez da questão fundiária um problema de segurança nacional. De fato, com essa política de ocupação da região a cultura camponesa foi fragilizada “à medida que houve uma desagregação de costumes e hábitos, ou seja, da cultura dessa população; agravando o futuro destes indivíduos na região. Ou seja, à medida que cresceram os investimentos para o grande proprietário”

(CUNHA, SILVA, 2012, p.6). Na tentativa de apontar alternativas para as formas universalistas de submissão de todas as dimensões da cultura e da vida, Escobar aponta para duas direções complementares: a resistência local de grupos de base às formas de intervenção, e a desconstrução do desenvolvimento (ESCOBAR, 1995, p11), tarefa necessária para a desconstrução das formas universais que estruturam a sociedade moderna.

Faz-se necessário colocar no campo de visão a presença do mundo periférico e de seus recursos e populações, pois, “ao desmontar-se a representação da periferia como a encarnação do atraso bárbaro, desmitifica-se a autorrepresentação europeia como a portadora universal da razão e do progresso histórico” (CORONIL, 1997, p. 74). Para ele, uma vez que se incorpora a natureza à análise social, a organização do trabalho não pode ser abstraída de suas bases materiais (CORONIL, 1997, p.29 - 30). Não é por acaso, que os discursos sobre as violências praticadas contra os camponeses, na Voz do Norte, carregam um tom de denúncia, das expropriações realizadas sobre os corpos e sobre as terras camponesas, casas e plantações queimadas e destruídas, assassinatos, despejos, ameaças, etc. Concordamos com a filósofa alemã quando afirma que: “Toda dor pode ser suportada se sobre ela puder ser contada uma história” (ARENDRT, 1985). Para Hannah Arendt, a forma extrema de poder é o “todos contra um” e a forma extrema de violência é “um contra todos” (ARENDRT, 1985, p. 35). Frente a violência praticada, uma parte do clero e dos bispos da região Araguaia-Tocantins posiciona-se a favor dos “posseiros” e contra a grilagem de terras (VOZ DO NORTE, 1983, n°1).

A Igreja Católica tem importante presença na Amazônia Legal, a partir da segunda metade do século XIX. No caso do antigo norte de Goiás pode-se perceber a atuação da Ordem dos Frades Pregadores (O.P.), com a criação dos Colégios católicos em Porto Nacional e em Conceição do Araguaia, preocupados com a formação da elite da região e com a catequese indígena. Mais tarde, outras congregações e ordens religiosas católicas também adentraram a região, especificamente no Bico do Papagaio, encontra-se o Colégio Dom Orione, em Tocantinópolis, sede da diocese, assumida pela congregação da Pequena Obra da Divina Providência, na década de 1950 e o Colégio Santa Cruz, em Araguaína, ambos, da década de 1960 (CAIXETA, 2014).

De acordo com Lustrosa, foi com a Proclamação da República (1889) que a Igreja Católica cresceu em termos organizacionais, criando prelazias e de dioceses, por exemplo (LUSTOSA, 1977, p.66). Era uma Igreja conservadora, tanto do ponto de vista das ações pastorais, quanto das ações políticas. Algumas alterações são perceptíveis no pós- segunda guerra Mundial (1938-1945) com a industrialização, urbanização e polarização do mundo (*capitalismo versus comunismo*) e com a crescente perda de influência nas classes subalternas, seja para outras religiões, seja para os grupos de “comunistas”. Parte da Igreja Católica passa a investir esforços na criação de sindicatos rurais, na alfabetização de jovens e adultos, entre outras ações. Não por acaso, em 1952 Dom Elder Câmara funda a CNBB- Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Entretanto, ainda no início da década de 1960, a CNBB era constituída por Dom Elder e outros bispos progressistas do Nordeste e um pequeno número de padres e leigos engajados, preocupados em garantir a área de influência do catolicismo no Brasil. A maior expansão dessa atuação “preferencial pelos pobres” se deu após a Conferência Episcopal Latino-Americana de Medellín (1968) e da Conferência de Puebla (1979). Estas conferências fizeram emergir a Teologia da Libertação¹. Assim, pode-se dizer que a Teologia da Libertação surgiu como resposta às condições de injustiça e marginalização enfrentadas por muitos grupos sociais na América Latina, buscando promover uma leitura crítica do Evangelho e uma atuação engajada na transformação da realidade em prol da justiça e da dignidade humana. (KRETZER; OTTO,2009) e impactou a região do Bico do Papagaio. Com a criação da revista *Voz do Norte* ela passa a fazer as denúncias da violência praticada no “Bico do Papagaio”.

A igreja da denúncia, portanto, foi a Igreja de um grupo de pessoas engajadas com a causa camponesa que davam voz a quem não tinha e, pelos escritos e pela prática, chamavam a atenção do país sob a tragédia que se abatia sob o Araguaia- Tocantins tendo como vítima milhares de camponeses pobres, e como agente da violência, o capital

¹ A Teologia da Libertação surgiu por influência de diferentes correntes e movimentos sociais, como o pensamento marxista, as lutas por justiça social e a realidade de pobreza e opressão vivenciada na América Latina. Ela foi influenciada pelo contexto de desigualdade socioeconômica, exploração e violência que caracterizava muitos países latino-americanos nas décadas de 1960 e 1970.

No do âmbito religioso, a Teologia da Libertação também se inspirou na renovação teológica proposta pelo Concílio Vaticano II, que buscava uma maior aproximação entre a Igreja Católica e o mundo contemporâneo. Além disso, a teologia foi influenciada por figuras como Gustavo Gutiérrez, teólogo peruano considerado um dos fundadores da Teologia da Libertação, e outros teólogos latino-americanos que refletiram sobre a relação entre fé e justiça social (BOFF, 1986).

expropriador (SILVA, 2011, p.94).

De acordo com Jeferson Kappes (2017) a guerrilha do Araguaia foi um movimento armado popular que teve influências diretas da revolução cubana e maoísta, em que surgiria nas zonas rurais e ganharia força com apoio das massas até chegarem aos grandes centros e assim destituírem o governo militar. Grupo que foi composto por universitários, advogados, médicos e apoio da população local, que eram contra o sistema do governo e suas políticas. A região escolhida foi o bico do papagaio (no Tocantins), Pará e Maranhão, estrategicamente um cenário no centro do Brasil e, rural.

Na *Voz do Norte* (1983 - 1986) foi possível ver as disputas travadas na década de 1980 pelas terras no Bico do Papagaio. Esta revista da diocese de Tocantinópolis-GO, foi criado com o objetivo de ser “um ELO de comunicação entre as várias comunidades da diocese” (VOZ DO NORTE, ano 01, n.01, 1983, p.01). A comunicação fazia parte do fortalecimento da nova Diocese. Sem dúvidas, a revista foi local de expressão das lideranças religiosas e camponesas da região e, inclusive, revela a existência de diversos posicionamentos teológicos e políticos da Igreja católica na região. O exemplo, encontra-se na revista, a divulgação das datas e locais das assembleias, dos cursos de formação das CEBS, das celebrações eucarísticas comunitárias, mas também cursos de formação de catequistas, os cursilhos de cristandade, os Encontros de Casais, os retiros Eucarísticos, as festas ao Divino Coração Eucarístico (em Araguaína), os encontros de jovens, etc.

Sem dúvidas, o que nos interessou foram as resistências camponesas através dos relatos da revista intermediada por agentes da Comissão Pastoral da Terra – CPT, ela consegue ocupar as páginas da revista, transformando-o em espaço de denúncia e resistência camponesa. Percebemos que a década de 1980, no Brasil, foi marcada, entre outras questões, pela tentativa de liberação das terras. Como hoje, ocorre com a expansão do agronegócio, também no passado, defendia-se que o campo deveria ser integrado ao mercado. Também chamou nossa atenção o processo excludente da modernidade e do eurocentrismo, como ressalta Dussel, o mito da modernidade coloca a Europa como centro da história mundial e as outras culturas como sua “periferia” (DUSSEL, 2005, p. 28). Segundo ele, o *mito* da modernidade poderia ser descrito da seguinte forma:

1. A civilização moderna autodescreve-se como mais desenvolvida e superior (o que significa sustentar inconscientemente uma posição eurocêntrica).
2. A superioridade obriga a desenvolver os mais primitivos, bárbaros, rudes, como exigência moral.
3. O caminho de tal processo educativo deve ser aquele seguido pela Europa [...] a “falácia desenvolvimentista”.
4. Como o bárbaro se opõe ao processo civilizador, a práxis moderna deve exercerem último caso, a violência, se necessário, para destruir os obstáculos à modernização.
5. Esta dominação produz vítimas (de muitas e variadas maneiras) violência que é interpretada como inevitável [...]
6. Para o moderno, o bárbaro tem sua culpa (por opor-se ao processo civilizador) que permite à “modernidade” apresentar-se não apenas como inocente, mas como “emancipadora” [...].

Importa recuperar estratégias utilizadas, vozes escutadas ou apagadas, memórias fraturadas, de histórias contadas de um lado só, que suprimiram outras memórias. Enfrentar esse desafio trará à superfície as cicatrizes do passado, escondidas pela maquiagem “desenvolvimentista” e tornará mais visíveis também as feridas ocultas do presente. Assim, conta-se que para cumprir o objetivo de inserir as terras da Bico do Papagaio no mercado, o governo do General Figueiredo (1979 - 1985) criou em 1980, o GETAT (Grupo Executivo de Terras do Araguaia e Tocantins), através de um decreto que retirou a responsabilidade do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) sobre a questão fundiária na região e transferiu-a para tutela do Conselho de Segurança Nacional (CSN). A ditadura militar (1964 - 1985) legitimava um processo de ocupação violenta das terras da região do “Bico do Papagaio” (TOLENTINO, 2013).

Em nome do “progresso”, da “modernização do campo”, o governo ditatorial atualiza o que já havia-se iniciado com a chamada “Marcha para o Oeste”, no primeiro governo Vargas (1930 - 1945), com a distribuição de incentivo para o povoamento da região centro-oeste do Brasil. Este processo foi intensificado com a construção da rodovia Belém - Brasília (1960 - 1970). A intervenção do Estado Nacional naquele espaço visava integrar ao mercado nacional amplo espaço territorial antes “isolado”. Ademais, a “modernização” era financiada com vultosos recursos oferecidos pelo Banco do Brasil e Banco da Amazônia aos fazendeiros e empresários que viessem ocupar e desenvolver a “atrasada” região. Ocorre que, a ocupação e expansão agropecuária, incentivada pelos militares, não respeitou os direitos daqueles povos que já estavam nas terras. Conforme Oliveira,

a ideologia desenvolvimentista foi aplicada sob a máscara do necessário progresso pela ordem, imposta à população da Amazônia

como um todo. Não houve, vontade política para compreender a luta e a resistência dos posseiros, enquanto manifestação de uma cultura que estava sendo desagregada do seu ambiente natural, gerando, assim, um conflito que deveria ser combatido pela violência e pela repressão (OLIVEIRA, 2010, p. 83).

A ideologia desenvolvimentista justificava a integração nacional pela incorporação das terras da Amazônia Legal² ao mercado. Logo, por meio da perspectiva da Segurança Nacional é que se vendia a ideia de segurança interna e externa. Nesse sentido, em nome da “proteção” da Amazônia era necessário fazer avançar o “desenvolvimento” mesmo à custa das vidas ceifadas, do crescimento do número de pessoas submetidas a pobreza e a marginalização crescentes. A intervenção política/jurídica e institucional sobre a região tinha por objetivo a apropriação da terra e das águas, por meio de ações econômicas e governamentais. A região precisava se abrir à indústria e ao comércio, bem como às redes de transporte e comunicação, tornando-se viável economicamente e conectando-se efetivamente às demais regiões “progressistas” do país. Percebe-se, assim que “os conflitos agrários” são fruto de uma estratégia de ocupação pensada pelo Governo. Ainda conforme Oliveira (2010, p. 84):

Se por um lado, a repressão era focada como política de controle atrelada à ocupação planejada, por outro favoreceu para o aparecimento dos posseiros como sujeitos de um processo mais amplo que foi o acirramento do conflito, não como contraposição política que se colocava frente ao projeto modernizador que impunha mudanças ao seu modo de vida, mas, sobretudo, como acontecimento que rompia com seu modo de vida e colocava em crise sua sociabilidade, seus costumes e hábitos (OLIVEIRA, 2010, p. 93).

A linguagem utilizada na revista é de denúncia. Denúncia contra o poder público que se utilizavam de manobras e artimanha contra os camponeses, sob a alegação da área ser impenetrável, ou alegando violência, requisitam a notificação para a audiência de justificação prévia através de edital. Esses editais eram afixados nos fóruns e delegacias de polícia, locais inacessíveis e, em alguns casos, no Edital só constavam os apelidos de alguns poucos, mas os despejos atingiam dezenas de famílias, além do mais, os supostos proprietários haviam recebido títulos expedidos a

² Segundo o site Um Só Planeta (2021) Amazônia Legal é uma área que corresponde a 59% do território brasileiro e engloba a totalidade de oito estados – Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins – e parte do estado do Maranhão. O conceito de Amazônia Legal foi instituído em 1953 e os limites territoriais surgiram a partir da necessidade de planejar o desenvolvimento econômico da região.

pouco pelo GETAT (MARTINS, 2007).

Não raro, o dramático momento da chegada do oficial de justiça e da polícia para despejar a família do posseiro e demolir sua precária casa e a cerca, onde houver, é o primeiro contato com as instituições do país e, na imensa maioria dos casos, é o primeiro contato com a instituição da justiça e com a lei. A lei e a justiça lhe chegam para assegurar direitos de outrem e para privá-lo, portanto, dos direitos que supunha ter. Ao torná-lo sujeito de direito, a justiça o faz para desconhecer e suprimir os direitos que a tradição lhe disse que tinha. Nesse momento, a propriedade privada, fundamento do privado, da contratualidade das relações sociais, da cidadania, invade e suprime violentamente o espaço da vida privada, a casa e a terra de morada e de trabalho (MARTINS, 2007, p. 676).

Como ressalta José de Souza Martins (2007) geralmente, o primeiro contato de uma família camponesa com as instituições do Estado brasileiro ocorria justamente no momento de retiradas de direitos. “A lei e a justiça lhe chegam para assegurar direitos de outrem e para privá-lo, portanto, dos direitos que supunha ter. Ao torná-lo sujeito de direito, a justiça o faz para desconhecer e suprimir os direitos que a tradição lhe disse que tinha” (MARTINS, 2007, p. 676). Se no passado colonial havia as relações desiguais de poder entre colonizadores e colonizados, na década de 1980, no extremo norte de Goiás, essas relações são “reencenadas” como lutas entre forças sociais locais, camponeses que historicamente ocuparam a região *versus* os novos colonizadores. Também os pesquisadores ressaltam que os conflitos agrários no Bico do Papagaio são decorrentes, principalmente, de dois motivos, a saber:

a estrutura da malha fundiária; e ii) a fertilidade do solo. O primeiro se refere à questão da posse da terra, aos problemas em torno da regulamentação jurídica da propriedade rural; acrescenta-se a própria estrutura fundiária regional submetida à dinâmica ditada pelo processo geral de concentração fundiária no país. O solo da região do Bico do Papagaio é derivado de rocha basáltica, terra roxa estruturada, uma das poucas áreas de solos férteis do estado [...] pecuaristas capitalizados, comandado fundamentalmente pelo grande capital, beneficiado pela política oficial (CRESTANI, OLIVEIRA, STRASSBURG, 2014, p.198).

Então, o que temos é um enfrentamento entre as forças capitalistas patrocinadas pelo Estado brasileiro *versus* os camponeses organizados através da CPT. Como ressalta Júlio Chiavenato: “Não raro, mãe – ou pai, o marido, a esposa etc. aos prantos, expõe o cadáver, o sangue, os feridos... A indignação do bispo ou padre da região, acusando as autoridades de tornarem-se cúmplices dos latifundiários para expulsar da terra o trabalhador rural” (CHIVENATO, 2004, p.12).

Toda pesquisa parte de um problema de investigação, apresentamos algumas

questões que guiaram as reflexões durante a elaboração da dissertação. Como se elaborou o discurso da resistência camponesa na Voz do Norte? Como os movimentos sociais denunciaram a violência na região? Quem assina as cartas-denúncia? Como uma análise a partir da perspectiva decolonial pode ajudar a ler as denúncias de violências praticadas na região e contribuir para fortalecer a resistência camponesa nos dias atuais? Enfim, essas são algumas questões colocadas que serviram de guia para a análise das fontes, os discursos presentes na revista Voz do Norte.

Diante dessa leitura concede a seguinte questão: quais são os possíveis trajetos de interpretação gerada a respeito dos conflitos agrários na circunvizinhança da diocese de Tocantinópolis? A competência de uma pesquisa histórica, visa a princípio identificar uma problematização de relevância para a historiografia, seguindo alguns critérios que viabiliza a produção científica: Quais são os procedimentos teórico-metodológicos mais adequados? Como e onde o historiador pode chegar ao interpretar os fatos e eventos passados por meio da imprensa? Estes questionamentos reforçam a relevância para o conhecimento histórico, Silvia Fonseca e Maria Corrêa (2009, p. 7), “parece trivial nos dias de hoje ressaltar a centralidade da imprensa periódica para a pesquisa histórica”.

Este trabalho foi dividido em três capítulos. O primeiro capítulo foi desenvolvido na perspectiva de apresentar o cenário em que está inserida a revista, a trajetória e as correntes ideológicas da igreja católica e suas transformações, bem como o surgimento da CPT e as contribuições e influência no movimento camponês. O tópico inicial mostra a região do bico do papagaio, situada ao norte do atual estado do Tocantins, divisa entre os estados do Pará e Maranhão, onde há o encontro dos rios Tocantins e Araguaia. Expondo características locais, as lideranças e os movimentos que atuaram na região. O subcapítulo seguinte é desenvolvido sobre a trajetória da igreja para as diferentes vertentes teológicas, aprofundando com as questões sociais, principalmente aos trabalhadores rurais e atuação aos movimentos camponeses com o nascimento da CPT.

O segundo capítulo foi construído a partir da discussão metodológica e relevância da imprensa alternativa aos movimentos dos trabalhadores rurais e dos operários, apresentação da revista voz do norte como um instrumento de comunicação e denúncias, fechando o capítulo com a problemática e influências das

conferências de Medellín (1968) e Puebla (1979). O primeiro subcapítulo produzido na óptica da historiografia a partir da imprensa alternativa no Brasil, o avanço na produção científica e a importância para os diversos movimentos que se articulavam por meio dos jornais, pasquim, folhetos e revistas destinadas a um grupo específico, bem como o desenvolvimento dos meios de comunicação no país. O segundo subcapítulo apresenta revista Voz do Norte com informações técnicas, estruturais, temas e discussões que foram divulgados pelo periódico e suas limitações dentro da região, assim como denúncias que estão presentes.

O segundo capítulo é finalizado com a segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-americano foi realizada em Medellín, na Colômbia no período de 24 de agosto a 6 de setembro de 1968 em que avançou com uma política menos conversadora e mais social, elencando as dificuldades dos mais humildes do campo e criando um discurso “opção pelos pobres”. E a terceira Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano ocorreu Puebla de los Angeles entre os dias de 27 de janeiro a 13 de fevereiro de 1979 em que anda juntamente com a conferência anterior, porém de forma mais tímida aos avanços sociais e libertadores em que boa parte dos integrantes da igreja defendiam. Ambas as conferências tem uma ampla divulgação na revista, que contribuiu para um novo rumo da Igreja Católica na América Latina.

O terceiro e último capítulo refere-se aos diversos discursos das lideranças eclesiais e dos movimentos sociais e as divulgações de denúncias de abuso de autoridades. Foi analisada as diferentes vozes, incluindo a dos movimentos sociais, dos agentes da CPT, camponeses, dos padres e bispos. Expondo as arbitrariedades promovidas pelos grandes proprietários, grileiros e as autoridades locais, atuavam de forma fora dos padrões legais, violentando, queimando as propriedades e até assassinando os camponeses.

1. O “BICO DO PAPAGAIO”: DECOLONIALIDADE E VOZ DO NORTE: DELINEANDO AS POSSIBILIDADES DE ANÁLISE DAS FONTES.

1.1. “O Bico do Papagaio”:

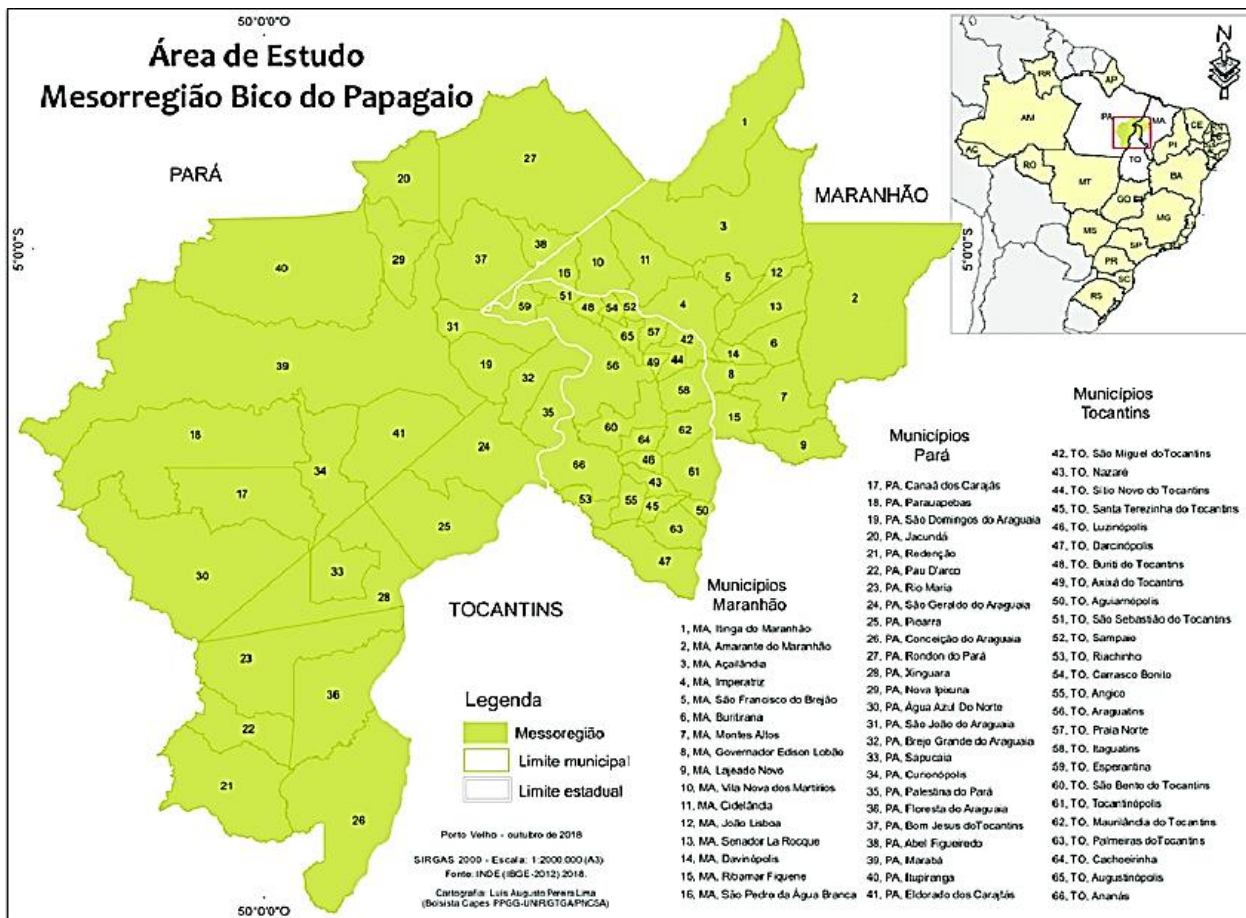
A região que constitui o Estado do Tocantins, por muito tempo foi propagada como o “norte de Goiás”, o “antigo norte de Goiás”, vista como “distante”, “isolada”, “atrasada”, “abandonada”, essas concepções preconizaram ações para sua integração econômica e política, além de lutas pela separação e criação de um Estado autônomo. O estado do Tocantins, criado pela constituição de 1988, está entre um dos mais novos estados da federação brasileira. Mas, permaneceu um estado com graves problemas nas questões fundiárias, na distribuição de renda e na violência contra os camponeses. No norte do atual estado do Tocantins está localizado o chamado “Bico do Papagaio”, na zona de confluência dos rios Araguaia/Tocantins, fazendo fronteiras entre os Estados do Pará, Maranhão e Tocantins. O chamado “Bico do Papagaio”:

Encontra-se na transição geográfica entre o cerrado do Centro-Oeste e a floresta Amazônica; os Rios Tocantins e Araguaia. Vastas extensões de terra adequadas para a agricultura e a pecuária são partes da riqueza do Estado, a disputa pela posse dessa terra, porém, é a causa de graves conflitos envolvendo fazendeiros e posseiros. Na região do Bico do Papagaio, no norte do Estado do Tocantins, o problema é explosivo, com frequentes emboscadas e mortes (CUNHA, SILVA, 2012, p. 05).

A área do Bico do Papagaio compreende, especificamente, a microrregião do Bico do Papagaio, que possui uma área de 15.993,20 km², correspondendo a 5,75% do território do Tocantins, e é composta por 25 municípios. A partir das décadas de 1960/1970, o Bico do Papagaio foi porta de entrada para a toda a Amazônia Legal constituindo-se numa região de conflitos envolvendo posseiros, grileiros³ e fazendeiros durante todo o regime militar (1964-1985) (CUNHA, SILVA, 2012).

³ Posseiros são indivíduos que ocupam as propriedades de terras que são devolutas, abandonada ou fazem parte da união e passa a cultivá-la. Grileiros são pessoas que falsificam a documentação de terras para que possam tomar posse (MYSKIW, 2002).

Figura 2 Mapa da mesorregião do Bico do Papagaio.



FONTE: (SANTOS, 2019, p.3)

Historicamente, as cidades, do antigo norte de Goiás, formaram-se em torno dos garimpos ou às margens dos rios, como entreposto comercial entre o norte de Goiás e a região norte e nordeste para onde eram exportadas e importadas mercadorias produzidas na região. As mercadorias importadas eram essenciais, como o sal, ferramentas (machados, facões, enxadas, espingardas), etc. As mercadorias exportadas consistiam em “gado, peles de animais silvestres, fumo, algodão, cachaça, tapioca, rapadura”, porém, o couro, chegou a representar 86,5%, no final do século XIX (OLIVEIRA, 2008, p.7).

Após as inserções dos habitantes da região do extremo norte de Goiás, lá no século XVIII e XIX, que utilizando-se das vias dos rios e as trilhas das boiadas adentraram a região, deram origem aos primeiros povoados. Grande parte das cidades ribeirinhas do século XIX foram fruto dessas migrações, especialmente, de paraenses e nordestinos que para cá vieram.

Já no século XX, Boris Fausto (1996) essa migração foi potencializada para Goiás e Mato Grosso através dos programas de incentivo do governo federal, na década de 1940, no governo de Getúlio Vargas (1930-1945), ⁴ocorreu a chamada Marcha para o Oeste e no governo Juscelino Kubistcheck (1956 - 1961), no final dos anos cinquenta, a construção da BR-153, a Belém Brasília. Esta só chegou na região, na década de 1960, o impacto mesmo ocorreu quando a “ocupação” tornou-se um projeto dos governos militares (1964-1985). (LIMA, SOUZA, 2018, p.195). Em suas palavras:

Se a região do antigo norte até o fim da década de 1950 permaneceu fora do circuito econômico do Sul, com a construção da rodovia Belém-Brasília nos anos 1960, torna-se ponto integrador da Amazônia com a região sul. Firma-se como ‘Portal da Amazônia’, onde se entrelaçam riquezas e espaço aberto para investimento capitalista com retorno garantido via extração da madeira, minério e subsídio estatal do governo militar. Trata-se de um espaço privilegiado para o grande capital, aliado dos militares, que adotaram o discurso desenvolvimentista pela junção da política de segurança nacional com crescimento econômico, com base na produção agroexportadora (LIMA, SOUZA, 2018, p.196).

Ao que parece, a questão do direito à terra no Bico do Papagaio passou a ser um problema depois da década de 1960. Foi, durante a ditadura militar que o governo brasileiro se deu conta de que a região amazônica, com suas florestas e riquezas minerais poderia ser “ocupada”. De acordo com a jornalista inglesa, Brinks Le Breton, que percorreu a região dez anos após o assassinato do padre Josimo Tavares entrevistando padres, advogados, camponeses e até pistoleiros: “Aos olhos do governo, a região amazônica era tão pouco habitada que poderia ser considerada virtualmente vazia [...] Questões de soberania, segurança e desenvolvimento exigiam que, nas palavras do governo, essa ‘terra sem povo’ fosse entregue ao “povo sem-terra” (LE BRETON, 2000, p.17). Porém, a líder camponesa Dona Raimunda, em seu poema, não concorda com a ideia de uma terra desocupada, ao contrário:

Antes de existir Brasília
Ali era a região
Do silêncio mais perfeito
Sem a menor confusão.

⁴ O governo de Getúlio Vargas inicia com a revolução tenentista em 1930, foi dividido em 4 fases, a primeira em 1930-1933 (Governo Provisório); segunda em 1934- 1937 (Governo Constitucional); terceira 1937-1945 (Estado Novo) e a quarta vai de 1950-1954 conhecido como 2º mandato (BORIS, 1996).

Era como um paraíso
 Que dava o que era preciso
 A quem cultivasse o chão...

[...]

A multidão de posseiros,
 Ali vivia sossegada,
 Tendo a terra em comum,
 Pois não era demarcada.
 Não pensavam que os grileiros
 Viesses expulsar os posseiros,
 De sua terra sagrada (LE BRETON, 2000, p.17).

Como ressaltam Eroilson Lima e Adelma Souza (2018, p. 196) a propaganda dos governos militares das “terras livres” da região amazônica para a colonização, ao mesmo tempo, em que atraiu imigrantes, acabou entregando o projeto de colonização para grupos econômicos ligados ao capital nacional e internacional e com financiamento através da criação do BASA- Banco da Amazônia e da SUDAM - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia. O PIN – Plano de Integração Nacional, criado pelo Decreto-lei 1.106, em 16 de junho de 1970, previa recursos subsidiados e incentivos fiscais para as empresas que investissem na região. Além do incentivo estatal com a consolidação logística através do asfaltamento da BR-153. Assim, para Magalhães Pinto, Ministro das Relações Exteriores do governo do General Costa e Silva (1967-1969) no Jornal *Folha de São Paulo*:

A incorporação efetiva da Amazônia ao espaço nacional é o grande desafio desta hora. Com ela, lograremos acelerar o processo de desenvolvimento brasileiro e o de toda América do Sul, ao criar condições mais favoráveis à integração Latino-Americana, pela eliminação do vazio econômico de grande parte do centro do continente. [...]. As diferentes ‘ilhas’ de civilização e progresso que têm caracterizado o nosso desenvolvimento se reunirão, [...] pôr a serviço do homem brasileiro a totalidade do vasto espaço geográfico do país (Apud SADER, 1986, p.49).

Portanto, o projeto dos militares para a região amazônica passava pela lógica desenvolvimentista, com o *slogan* “integrar para não entregar”, dentro da perspectiva segurança nacional. O governo apresentava essa região como “terras livres” e enaltecia, através das suas peças publicitárias, as vantagens desse território repleto de riquezas naturais, rios e florestas, com imensas farturas de alimentos, pronta para ser explorada. Decerto, a integração logística proporcionada pela Br-153 e os

incentivos governamentais atraíram capitalistas que adquiriram terras, muitas vezes já ocupadas por posseiros (LIMA, SOUZA, 2018, p.199). Assim, a chegada do capital, como ressaltam os autores, foi “rápida, maciça e violenta” (p.200). Com “Levas de posseiros, peões, gatos⁵, grileiros, latifundiários, empresas, técnicos, etc.” (ARAÚJO, 2011, p.75).

Como o Bico do Papagaio é cortado pela Belém-Brasília e pela Transamazônica foi muito impactada por essa política de “ocupação” territorial propagada e financiada pelos governos militares. De acordo com Le Breton (2000, p.18) com a propaganda e generosos incentivos fiscais e financiamentos a região atraiu especuladores de todos os tipos: “advogados, médicos, arquitetos, juízes, e até fazendeiros – todos querendo pôr as mãos no máximo de terra possível”. Para a jornalista inglesa Le Breton (2000, p.19), a resistência camponesa organizada começou no início dos anos de 1980, com a criação da Comissão Pastoral da Terra:

Foi algo profundamente perturbador para os grandes donos de terras, que retrucaram com táticas mais sofisticadas. Além de corromper policiais de justiça até o limite do possível, eles passaram a contratar pistoleiros profissionais e a selecionar seus alvos com um cuidado muito maior: líderes sindicais, advogados, membros da CPT – qualquer um que estivesse efetivamente apoiando os agricultores entrava na mira. Publicavam listas de homens e mulheres marcados para morrer, citando preço por cabeça, e assegurando-se de que suas vítimas viessem a saber disso (LE BRETON, 2000, p.19).

É importante ressaltar a figura do grileiro, personagem presente inclusive no poema da Dona Raimunda. Como as terras, em muitos casos, já estavam ocupadas, pelos antigos posseiros, esse sujeito era responsável pela limpeza da terra para o capitalista. “Com a conivência de cartórios, o grileiro falsificava documentos; com o apoio de políticos e da polícia, expulsava posseiros” (LIMA, SOUZA, 2018, p.199). Le Breton (2000, p.55) ressalta que “o caminho estava aberto para toda e qualquer pessoa inescrupulosa que quisesse enriquecer. Juízes, médicos, arquitetos, homens de negócio e autoridades locais seguiram-se um após outro na contratação dos serviços de especialistas em falsificação de documentos”. Otávio Ianni (1979) recorre ao documento da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, que

⁵ Peão é um trabalhador em que suas atividades são extremamente ligadas ao campo, em que atuação está ligada a qualquer atividade no campo ou na roça. Gato são indivíduos em que contratam a mão de obra (ESTERCI, 2008).

se refere à chegada do latifúndio:

O drama se inicia. Os posseiros ali residem e produzem há muito tempo, mas não têm título da terra. Começam os despejos ou ameaças de despejos. As grandes firmas [...] contratam capangas, queimam casas, destroem construções com trator, quebram cercas, destroem construções, botam fogo nas roças dos posseiros, ameaçam ou chegam mesmo a prender os posseiros que procuram defender sua posse (IANI, 1979, p.146).

Os posseiros vivem o drama das ameaças e dos despejos. O problema é que os “novos proprietários”, segundo Le Breton podiam “invocar o poder da lei, e dar ordem de despejo aos colonos que quase sempre eram analfabetos. Esta seria executada por policiais fortemente armados, sempre acompanhados pelos ‘empregados’ (pistoleiros) dos grileiros” (LE BRETON, 2000, p.56). Além disso, para evitar o retorno dos camponeses, “não era raro que os policiais participassem da queima das casas dos colonos, da destruição das lavouras e dos espancamentos. Aterrorizados e sem nada, eles não tinham outra escolha a não ser fugir para sobreviver” (LE BRETON, 2000, p. 56). Dona Natividade, morava em Sampaio, quando o Major Curió lançou uma bomba de um helicóptero, na praia. Segundo ela:

Era [Major Curió] o pior tipo que se podia encontrar. Naquele famoso dia eu estava no outro lado do rio plantando feijão com meu irmão, quando ouvi o helicóptero. De repente deu uma terrível explosão e espalhou fumaça por toda parte. Pensei ‘que merda, acabaram com o lugar’. A gente cruzou o rio em menos de dez minutos, e quando chegou aqui eu falei: ‘Meu Deus, jogaram uma bomba na praia’. Foi o Major Curió.

[...] Depois ele chamou todo mundo para uma reunião. [...] O Major Curió disse que dessa vez tinha jogado uma bomba, mas que dá próxima vez matava, porque a gente era tudo terrorista.[...] Depois, a gente ouviu dizer que tinha prendido Nicola, o missionário! (*apud* LE BRETON, 2000, p.60).

Desde a década de 1970, a região Araguaia/Tocantins estava sob controle militar devido a Guerrilha do Araguaia (1966 – 1974) e sob as Leis de Segurança Nacional. Nesse contexto, foi criada uma força-tarefa, para controlar a situação das terras na região, denominada de GETAT- Grupo Executivo de Terras da Araguaia-Tocantins. Uma das figuras lendárias era o “Major Curió”, temido pelos camponeses da região (LE BRETON, 2000, p.56). Os agentes inseridos como guerrilheiros eram membros PC do B (Partido Comunista Brasileiro). Seguiu a estratégia maoista, seria uma revolução iniciada no interior que avançaria para os centros, que ganharia força popular (KAPPES, 2017).

Patricia Mechi (2012) aponta que as referências da guerrilha do Araguaia, centraliza-se nos guerrilheiros e nos militares, desfocando ou até mesmo esquecendo os atores da região, os camponeses. Além do mais a fatores que dificulta o protagonismo, o silêncio de muitos devido ao medo de represália, os traumas e a idade avançada. Os primeiros a terem o interesse em ouvir os camponeses foram os advogados, com objetivo contribuir com a titulação das terras, e depois, os jornalistas.

Paulo Fonteles foi um advogado em que prestava auxílio nas documentações da titulação das propriedades rurais em favor dos camponeses, sendo um ex-integrante da Ação Popular, e fazia parte do PC do B, tornou-se um grande protagonista na região sul do Pará, sendo eleito em 1978 deputado federal, porém assassinado em 1987 "quando eram votados os dispositivos constitucionais referentes à reforma agrária" (MECHI, 2012, p. 33). Fonteles era atuante entre os camponeses da região sul do Pará, denunciava as atuações dos latifundiários, alinhado aos ideais progressistas e defendia a reforma agraria na nova constituinte em que estava sendo discutida se contrapondo a União Democrática Ruralista (UDR) que era liderado pelo Ronaldo Caiado "a UDR propunha abertamente a militarização dos fazendeiros e o ataque armado aos movimentos camponeses" (MECHI, 2012. p. 34).

Na defesa dos camponeses principalmente na esfera judicial, Fonteles organizou informações referente a guerrilha "apontado pelo PC do B como um redescobridor do movimento" (MECHI, 2012. p. 34). O interesse do partido era identificar os seus militantes que foram assassinados, na condição de advogado dos camponeses da região e por sua atuação junto ao sindicato rural de Conceição do Araguaia possibilitou o acesso às informações.

A CPT convidou o advogado Paulo Fonteles para defender as questões dos conflitos agrários na região atuando juntamente com o sindicato dos trabalhadores rurais de conceição do Araguaia, a qual o sindicato cobria as cidades vizinhas como Rio Maria, Redenção e Xinguara. Houve disputa pelo sindicato, formada uma chapa apoiada pelo Major Curió e Jarbas Passarinho. Nível de tensão agravou no ano da eleição do sindicato, em que alguns membros da chapa foram assassinados (MECHI, 2012).

No mesmo ano, Fonteles coordenou a entrevista de Pedro do Jipe – um camponês obrigado a trabalhar como mateiro do exército no período da

guerrilha – assassinado dez dias depois. Dizem os moradores da região, que sua morte foi encomendada pelo Major Curió. Pedro do Jipe, um dos primeiros camponeses a se referir à guerrilha do Araguaia, denunciou a violência do Estado contra a população e foi vítima da represália das forças repressivas que ainda permaneceram na região (MECHI, 2012, p. 34).

Os camponeses da região foram ouvidos pelos jornalistas e estudiosos que tinha como objetivo de entender os impactos da guerrilha e também "estavam motivados por duas questões: a primeira era evidenciar a responsabilidade do Estado brasileiro em relação às torturas e desaparecimento de camponeses, visando pleitear indenização e reparação" e a segunda era evidenciar que houve participação da população e adesão ao movimento.

Para Siney Ferraz (2000) a região do Bico do Papagaio foi optada pela implementação do GETAT, devido alto índice de conflitos registrados na região e a sua proximidade com a “Serra dos Carajás” e era de suma importância para o governo pacificar a região devido os elevados investimentos nacionais e estrangeiros no “Projeto Carajás” que tinha uma grande repercussão da opinião pública, e para implantar esse projeto precisava de garantias de segurança.

Figura 02: Sede da GETAT na região



Fonte: Unidade Executiva do [Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantis]: Imperatriz, MA. IBGE.

1983. Disponível em <<https://bibliotecaibge.gov.br/bibliotecacatalogo.html?id=429424&view=detalhes>>

No “Bico do Papagaio” o conflito e a violência assumem contornos que levam a região a ocupar espaços na imprensa nacional e internacional. Antônio José da Costa, posseiro, dono de 24 hectares em uma área de litígio afirma que: “minha filhinha de sete meses, única sobrevivente [de um total de seis filhos], vai sobreviver, nem que eu tenha que morrer”, diz (VEJA, 16 de jun. 1985, p.37). Parece que não havia outra alternativa para os camponeses, senão se organizar para lutar contra um projeto de ocupação financiado pelo Estado brasileiro. Segundo Aldighieri:

O aparelho estatal a serviço do capital, na consolidação do latifúndio, concatenou fazendeiros, pistoleiros, polícia, cartórios, juízes na repressão dos trabalhadores rurais e das organizações de sua defesa como padres e freiras, advogados e lideranças sindicais, vítimas de perseguições, torturas e ameaças de morte (ALDIGHIERI, 1993, p.114)

A serviço desse projeto estava o GETAT-Grupo de Terras Araguaia - Tocantins. Nas palavras da Lurdinha, ex-freira na região do Bico do Papagaio, na década de 1980, o GETAT era:

Um grupo extremamente poderoso. Na verdade, tinha maior poder do que o presidente da República, por causa das Leis de Segurança Nacional. Isso significa que eles obedeciam diretamente ao Conselho de Segurança Nacional em Brasília e podiam suspender direitos civis e coisas assim. O GETAT sempre ficava do lado da polícia. [...] Eu lembro uma vez quando fui a um despejo com Josimo. Era um lugar chamado São Féçix. Chegando lá encontramos um bando de fazendeiros e um grupo de policiais militares, todos armados com metralhadoras, que haviam chegado numa viatura do GETAT. A primeira coisa que fizeram foi trancar um monte de pessoas do povoado dentro de uma das casas. No decorrer daquele dia, vimos crianças que haviam sido espancadas, trabalhadores que tiveram que rastejar como animais, sangue por toda parte. O GETAT estava por trás de tudo. Uma das coisas que aconteceu naquele dia em Augustinópolis foi que queimamos um boneco representando o GETAT [...] Ele [Josimo] disse que nós nunca tivemos uma chance de expressar os nossos sentimentos desta forma antes, e não seria ele que iria nos impedir. (*Apud* LE BRETON, 2000, p.85-86).

Nesse projeto contra os camponeses locais, parte da Igreja Católica e a Comissão Pastoral da Terra (CPT) foram as principais instituições a lutar a favor dos mesmos e contra o processo de grilagem de terra na região. Em relatório da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) de 1980, intitulado “a igreja e os problemas da terra”, ela condena as políticas governamentais para o campo e denuncia a políticas de incentivos fiscais para a região (SOARES, 2009). O Poder

Judiciário passa a intermediar os conflitos, mas não questiona a grilagem de terras. Os primeiros registros de conflitos agrários na região do Bico vão se dá por volta de 1968 no município de Buritis, Liliana Patrícia Pereira realizou entrevista na região entre os municípios Augustinópolis, Axixá e Buritis. Parte da entrevista transcrita:

Mais durante uns 15 anos, 15 anos foi maravilha. Todo o mundo produzia, todo o mundo fazia o que queria, aí de 15 anos para cá, foi que surgiu isto que o Zé tá colocando (a chegada dos grileiros). Mas o problema é que nos anos 70 entrou os mineiros, vinham lá de Minas Gerais. Vendiam as terras deles lá e vieram comprar aqui. Aí chegou a história da... o governo foi quem investiu neste negócio aí. Porque o governo criou o Ibra, criou o Idago... ...ninguém tinha documento de terra nessa época. Todo mundo morava lá naquele lugar, mas já com a expectativa que um dia pudesse vim um corte para pessoa ficar com o seu direito lá. Mas que a gente não tinha o documento (PEREIRA,1990, p.150-155).

Na região do Bico do Papagaio, de acordo com Soares (2009) os conflitos e disputas pelas terras estavam associados as políticas de governo, especialmente através dos incentivos fiscais e pelos fazendeiros e grileiros. Contudo, Kotscho (1982) relata que no povoado Santa Luzia, os policiais prenderam cerca de 20 camponeses e transportaram até uma propriedade de um grileiro que tinha interesse na área. Essa ação policial fez com que as mulheres da comunidade fossem em busca de auxílio na paróquia de Axixá, encontrando o Padre Janusz Orlski e o frade francês Henry de Rosiers, rapidamente eles se locomoveram para a fazenda e deu início a uma grande discussão, durante a qual, os membros da igreja foram agredidos pelos policiais e levados presos para o quartel da Polícia Militar em Araguaína.

A identificação das localidades nos diferentes municípios do Bico do Papagaio em que mais ocorreram conflitos agrários foi realizada através do levantamento feito por Crestani, Oliveira e Strassburg (2010) a partir das pesquisas realizadas na região:

São eles: Araguatins, Augustinópolis, Axixá, Buriti do Tocantins, Esperantina, Itaguatins, Praia Norte, Sampaio, São Miguel do Tocantins, São Sebastião do Tocantins e Sítio Novo do Tocantins [...]. Nesses municípios se concentraram os conflitos, tendo como gênese o processo de ocupação: o primeiro, espontâneo, no qual os agricultores nordestinos, fugindo da seca e da grilagem em seus estados, estabeleceram um sistema de roça de toco, [...] o segundo, estimulado pelo Estado, baseado na integração vertical com o mercado nacional e de exportações, em que os principais atores eram os grandes agropecuaristas do Centro-Sul do país (CRESTANI, OLIVEIRA, STRASSBURG, 2010, p.210).

Identificamos também algumas lideranças religiosas, leigas e ativistas e o lugar

em que moravam e atuavam naquele momento. Padre Josimo Tavares - pároco de São Sebastião; Magdalena Hausser e Beatriz Kruch, freiras francesas, Centro dos Mulatos; Lurdes Lúcia Góí, ex-freira, Buriti; Raimunda Gomes da Silva, liderança sindical, Centro dos Mulatos; Maria Senhora, articuladora e líder sindical do Centro dos Mulatos; dona Cota, Esperantina; Natividade de Oliveira, sindicalista, Sampaio; Maria e João Ananias, ativistas, Buriti; Dom Aloísio Hilário Pinho, bispo de Tocantinópolis; Padre Miguel, pároco São Sebastião do Tocantins; Frei Xavier Plassat, frade dominicano francês da CPT, Sítio Novo; Padre Ricardo Rezende Figueira, coordenador da CPT, Conceição do Araguaia- PA; Frei Henri Burin des Roziers, padre dominicano francês, advogado da CPT, Gurupi e Rio Maria; Nicola, missionário leigo italiano, entre outros (LE BRETON, 2000, p. 23).

Nicola, missionário leigo italiano, chegou a região do Bico do Papagaio, em 1979, no mesmo ano, Frei Henri começou a atuar na região em nome da CPT. A eles se juntaram duas feiras francesas Mada, Bia e, e uma freira brasileira Lurdinha, vinda do Rio Grande do Sul. Em 1983, Padre Josimo chegou para assumir a paróquia de São Sebastião, contribuindo para o fortalecimento da CPT, na região (LE BRETON, 2000, p. 35). No depoimento de João Custódio, um camponês e líder da CPT nos anos 1990 em Simiúma, ele relatou (*Apud* LE BRETON, p.58-59) que:

Cheguei aqui em 1979. O negócio estava feio mesmo. Tinha polícia e pistoleiro por toda parte, e por todo lado tinha gente perdendo as terras. Agente não sabia o que fazer. Os padres não queriam nada conosco, não havia sindicatos, e a gente nunca havia ouvido falar em CPT.

Lembro do dia que fui preso, dia 20 de julho de 1980. A polícia pegou a gente na roça, e nos trancou na casa de um fazendeiro, chamado Zé Ferreira [...] No final, a polícia nos soltou, e deu duas semanas para sair dali e nunca mais voltar. Imagine! A terra era nossa, não era do Zé Ferreira. Tinha gente com mais de trinta anos de posse antes dele chegar.

Logo depois, chegou um grupo da CPT. A gente nem tinha ideia do que eles eram. Nunca ouvimos falar. Pra falar a verdade, pensamos que eles tivessem a ver com o Zé Ferreira [...]. A gente já tinha reunido quarenta homens armados e estava pronto para a luta com Zé Ferreira, mas o pessoal da CPT nos disse que a gente devia lutar na Justiça.

Em 1981 teve um protesto em Imperatriz contra a GETAT: aquela agência do governo que mandava nas terras da região do Tocantins. A tarefa deles era resolver questões das posses, mas nunca vimos eles fazer nada para nós, não! O chefe do GETAT, um tal de coronel Lisboa [...] Veio com a polícia e doze pistoleiros e mandou os fazendeiros soltar o gado nas roças. Também roubaram todo o arroz.

Aí chegou Josimo, em 1983. A primeira vez que ele apareceu a gente

não sabia que ele era padre. Ele [...] tinha acabado de se mudar para a Paróquia de São Sebastião. Estava trabalhando na CPT.

A gente fez um protesto em Augustinópolis em 1985. Pegamos um ônibus para Brasília para conversar com o ministro Paulo Brossad. O Conselho dos Bispos também ajudou a gente,

Polícia, pistoleiros, fazendeiros e a GETAT, de um lado e, do outro, estavam os camponeses que tentavam manter suas terras. Ao que parece, só no início da década de 1980 é que eles começaram a contar com o apoio estratégico da CPT. Le Breton, também recolheu os depoimentos das “freiras” Bia e Mada, do Centro dos Mulatos, município de Esperantina - GO: Bia conta que:

Chegamos aqui em 1980. Viemos de Mato Grosso [...] Foi o nosso bispo, D. Pedro Casaldáliga, quem sugeriu que viéssemos para o Bico do Papagaio[...] Josimo era o vigário em Wanderlândia quando viemos conhecer o lugar. Ficamos hospedadas com ele e viajamos por toda a diocese. O padre daqui costumava ficar todo o tempo em São Sebastião [...] Nossas ideias sobre a Igreja era exatamente opostas às dele, mas tentamos não aborrecê-lo muito [...]. Havia algumas outras freiras vivendo em Sampaio: Lurdinha e Nicole, e estávamos sempre em sintonia. Quando Josimo veio para São Sebastião, foi como respirar ar fresco. Conseguimos planejar melhor, e as coisas eram mais bem distribuídas.

[...] Josimo era membro do Partido dos Trabalhadores-PT. As pessoas sempre confundiam PT com CPT [...] Irmã Lurdinha era membro ativo do PT [...] Ela e Josimo costumava contar a imprensa o que estava acontecendo e fazer contato com o governo estadual e, às vezes, iam a Brasília. Eles realmente fizeram muitos inimigos dessa maneira. Os fazendeiros, os políticos, a polícia, muitos trabalhadores e até padres que não entendiam o que eles estavam tentando fazer. Acho que o dia que Josimo se tornou o coordenador da CPT para a diocese foi o dia que ele assinou sua sentença de morte[...] A primeira vez que nós realmente tivemos problemas foi no dia da passeata pela reforma agrária em Augustinópolis. Foi a primeira vez que os sem terra protestaram publicamente pelos seus direitos, e é claro que os latifundiários não gostaram nada disso! (*Apud* LEBRETON, 2000, p.67-68).

Como se pode acompanhar, os discursos anteriores tratam da resistência camponesa, principalmente após a fundação da CPT, e de forma especial, ressaltou o papel do padre Josimo nessa luta. A trajetória de vida do Padre Josimo de Tavares, de acordo com Mário Aldighieri (1993), seus pais são imigrantes de Carolina - Ma. Josimo nasceu, na cidade de Marabá no sul do Pará, em 1953, depois mudou-se para Xambioá-GO, só com a sua mãe, onde viveu até os 11 anos de idade. Ingressa no Seminário Menor Leão XIII, de Tocantinópolis, depois estudou filosofia no Instituto Filosófico dos Salesianos em Lorena, em São Paulo. Em 1975 vai para Petrópolis, estudar no Instituto Franciscano de Teologia e Filosofia. Neste período Josimo entra

em contato com a Teologia da Libertação, ao ser aluno do então Frei Leonardo Boff. No ano de 1979 foi ordenado padre na cidade de Xambioá-GO, logo assumiu a paróquia e o colégio de Wanderlândia-GO no Bico do Papagaio. Em seguida, assumiu a coordenação geral da CPT. Em 1983 foi transferido para a paróquia de São Sebastião. Sua participação é fundamental para o fortalecimento dos movimentos sociais da região e, por isso, sofreu ameaças, atentados, etc. Mas, Josimo não deixava de denunciar as agressões sofridas pelos camponeses, em poema ele dizia:

Um grande Sofrimento,

Torturas e humilhações

Espancamentos e prisões,

Invadiram as Moradas dos Pobres!

[...]

Terrível foi o despejo,

Enquanto as casas eram queimadas,

Os inimigos da Vida diziam:

‘onde está o Deus de vocês?

‘Por que Ele não vem socorrer vocês?

‘onde estão os padres

e as irmãs, seus defensores’? (*Apud* LE BRTON, 2000, p.71-72)

Trata-se de uma Igreja Católica que se unifica enquanto instituição religiosa, mas que é extremamente multifacetada em termos teológicos, como se vê nos discursos da liderança camponês “Os padres não queriam nada conosco, não havia sindicatos, e a gente nunca havia ouvido falar em CPT” e também no discurso do freire que atuou na região do Bico do Papagaio: “Nossas ideias sobre a Igreja era exatamente oposta às dele [do padre], mas tentamos não aborrecê-lo muito”. Parte da Igreja católica, na região, permanecia conservadora, tanto nos princípios quanto nos costumes. Porém, alguns bispos, padres, freiras, lideranças religiosos e leigas, começam a aderir à Teologia da Libertação, atuando, principalmente, na Comissão Pastoral da Terra e nas Comunidades Eclesiais de Base- CEBs.

Josimo foi uma das autoridades religiosas que deu voz aos camponeses e

representantes da CPT, assumiu a coordenação, lutou pelo movimento dos trabalhadores rurais. Durante os anos de 1983 a 1986 Josimo sofreu atentados e sérias ameaças contra a sua vida, em 15 de abril de 1986 sofreu um atentado, contudo as balas ficaram alojadas na porta do seu automóvel que era uma Toyota. Durante a assembleia diocesana no dia 27 de abril de 1986, ele se pronunciou sobre as ameaças e atentados: “Eu fiz o meu compromisso com a pastoral da terra, pela força do Evangelho, comprometido com a causa dos pobres, dos oprimidos, dos injustiçados. O discípulo não é maior que seu senhor: “Se eles me perseguiram, também perseguirão a vocês”. Eu estou lutando junto com os agricultores pobres e indefesos, oprimidos pelas garras dos proprietários de terras. Se eu me calar, quem vai defendê-los?”. Por fim, Padre Josimo Moraes Tavares morreu no dia 10 de maio, aos 33 anos, atingido por dois tiros nas costas, quando chegava ao escritório da CPT (Comissão Pastoral da Terra), em Imperatriz (MA).

causou medo e ódio aos fazendeiros da região, que também demonstraram seu preconceito diante de um padre negro. Em abril de 1986, o padre Josimo sofreu um atentado. No dia 10 de maio, um mês depois, foi morto com dois tiros pelas costas, enquanto subia a escadaria do prédio onde funcionava o escritório da CPT. Sabendo do risco que corria, Josimo deixou um testamento na Assembleia Diocesana em Tocantinópolis (TO) duas semanas antes de sua morte, onde dizia ‘nem o medo me detém... morro por uma causa justa’. (CUNHA, SILVA, 2012, p.7).

De acordo com Ricardo Kotscho (1982) o Bico do Papagaio juntamente com as regiões do sudeste do Pará e oeste do Maranhão representam a região mais violenta nacionalmente em conflitos fundiários, totalizando um território de 34.714 km² a qual a cultura de subsistência de pequenos trabalhadores rurais (posseiros) e áreas reservas indígenas estaria perdendo suas propriedades para os investidores nacionais e estrangeiros, grandes propriedades estavam ganhando espaço para a exploração de madeira, plantações de grãos e a criação de gado.

Durante o período de redemocratização no país em 1984, na região do Bico do Papagaio iniciou-se a primeira manifestação envolvendo os trabalhadores em massa da região, um ato público em lançamento da Campanha Nacional pela Reforma Agrária, envolvendo mais de 5 mil manifestantes entre eles "agricultores, lavradores, representantes de diversos movimentos sociais regionais e nacionais" Crestani; Oliveira e Strassburg (2014, p. 2015).

1.2 Igreja Católica no regime militar e seu papel de “mediação” com a classe trabalhadora

De acordo com Mitidiero Junior (2008) a igreja é plural e complexa, no Brasil pode ser classificada em três correntes ideológicas ou setores fundamentais, que divergem entre si, ora comungam dos mesmos interesses.

A Igreja Conservadora, representa aversão as transformações sociais, essa mesma igreja apoiou o golpe de 1964 no Brasil, atende os interesses capitalistas das elites, possuía o lema "a ordem, o progresso e a fé", não tinha preocupação social com os mais desafortunados socialmente, foi organizadora da "Marcha da família com Deus pela Liberdade" fomentava o ultraconservadorismo da direita brasileira. No Brasil os grandes expoentes dessa corrente “foram os Bispos Dom Sigaund de Diamantina, Dom Castro Mayer de Campos dos Goytacazes e o cardeal Barros Câmara do estado do rio de janeiro” (GONÇALVES, 2012, p. 24).

A Igreja Progressista, é oposição a igreja conservadora, crítica publicamente as mazelas sociais e o sistema capitalista que aprofundava as desigualdades sociais, porém comungava igualmente da ala conservadora que era contra o comunismo ou revoluções promovidas pelos proletariados, um dos grandes representantes dessa ala progressista eram o bispo de Olinda e Recife Dom Hélder Câmara (GONÇALVES, 2012).

A igreja Libertadora é uma corrente política-filosófica radical dentro da igreja, sua linha ideológica é voltada para as questões essencialmente sociais e os menos favorecidos economicamente, acreditam-se que a relação da igreja com o capital e o sistema capitalista fazem parte do pecado, pois creem que é contra as ideias de Jesus Cristo. Havia uma aproximação entre a ciência e o marxismo. e o principal defensor desta corrente é o teólogo Leonardo Boff (GONÇALVES, 2012).

Em relação à Igreja, o que se nota é que ela também muda de posição a partir de 1973. Até 1968, aproximadamente, a posição da Igreja parece ter sido uma posição de expectativa, de apoio mais ou menos claro, de esperança na aplicação do Estatuto da Terra e de solução dos problemas (...) A Igreja começa, nesse ano de 1973, produzindo vários documentos importantes, que são praticamente tomadas de posição, como é o caso dos documentos. Ouve os clamores de meu povo e também o documento de Goiânia, O Grito das Igrejas (MARTINS, 1985, p. 118).

Contudo houve mudanças significativas na igreja católica, ala progressista e libertadora tomou maior protagonismo com o aprofundamento dos militares no governo federal, ficou visível que eles não tinham interesses em transferir o poder para os civis, que deixou a sociedade sobre uma ditadura, extinguindo os direitos e garantias universais, promovendo torturas e assassinatos, políticas antissociais, contra os movimentos em busca de terra, contra produção tradicional do homem simples do campos, a igreja assumiu uma postura contra as arbitrariedades, defesa dos direitos humanos e contra a repressão e a tortura. A favor do homem do campo, postura tomada pela mudança ocorridas por meio do Concílio Vaticano 2º (1962 - 1965) e também pela Conferência de Puebla (1979) possibilitando novas estruturas das pastorais, na teologia e diretrizes que foram aplicadas. Com a proporção em que a igreja atuava em favor dos movimentos e classes populares, membros da igreja tornava-se alvo de repressão policial, gradativamente a igreja passou a exercer de maneira mais contundente uma postura crítica ao governo dos militares, postura que atraiu diversos movimentos e grupos que viviam sendo repreendidos. Porém a igreja católica é uma instituição complexa e de pluralidade, há diversas correntes que muitas vezes se divergem por interesses ou por ideologias, parte progressista outra conservadora.

Conforme as transformações nas relações sociais, a Igreja Católica Apostólica Romana apresentou-se de maneira mediadora "conservando a integridade moral, espiritual e psicológica dos trabalhadores e, da mesma forma, preservando a propriedade privada como alicerce do modo de produção capitalista" com a contribuição da instituição religiosa, alguns direitos sociais foram criados, com a justificativa da preservação da dignidade do trabalho e do trabalhador (AMARAL, BILHÃO, 2019, p. 296) "A atuação da igreja junto a sindicatos durante a ditadura, o surgimento dos movimentos de base da pastoral operária, e, ainda, o papel dos movimentos ligados à Igreja na organização dos trabalhadores no campo", fazem parte da história das relações da instituição religiosa com os movimentos operários e camponeses, porém, a historiografia não tem privilegiado essas relações.

As representações na historiografia geralmente remetem ao negligenciamento histórico, criou-se uma figura dos operários como "anarquista, estrangeiro e branco" que trabalham em grandes indústrias de centros urbanos como São Paulo e Rio de

Janeiro, remetendo esse reflexo como o restante do Brasil, negligenciando diversos aspectos sociais, raça e gênero e religião do operariado. Durante os regimes militar não foi diferente, os historiadores da Igreja Católica faziam referência aos católicos fora da classe trabalhadora, incorporando o discurso de anticomunismo contra os sindicalismos, como objetivo de "desarticular a classe operária". Contudo a historiografia do trabalho, desfez e desmontou diversas narrativas na concepção desse estereótipo de operário. desfazendo desse perfil branco, anarquista e masculino.

Todavia, historicamente, a igreja Católica, ao assumir o combate ao comunismo e antissindicalismo contribui para a manutenção da sociedade capitalista. Mesmo quando ela assumiu um discurso pró social, preocupada com as dificuldades e "mazelas sociais" não apenas no campo da fé, mas também com atuação no campo político, ao criar em 1935 Ação Católica Brasileira (ACB), tinha como objetivo a organização de uma "estratégia de acompanhamento do homem, do nascimento à morte", tendo esse acompanhamento um sentido globalizante (MANOEL, 1999) no sentido de controle dos sujeitos sociais dentro da norma. A exemplo também da organização da Juventude Operária (JOC), Juventude Agrícola Católica (JAC) com formações e orientações.

Durante meio século, o marxismo foi proibido – sob o epíteto caricatural de 'comunismo ateu' – como o inimigo mais terrível e traiçoeiro da fé cristã. A excomunhão decretada pelo Papa Pio XII depois da Segunda Guerra Mundial foi apenas a sanção canônica de uma luta implacável e obsessiva que construiu um muro de hostilidade na América Latina e pelo mundo afora os féis da Igreja e os movimentos políticos orientados para o marxismo. (LÖWY, 2000, p.111)

De acordo com Luiz Silva (2016), a igreja, como diversos setores da sociedade apoiou o golpe-civil militar, com a justificativa do temor do comunismo. E sua corrente ateu, a qual assombrava não apenas a igreja, mas as diversas entidades. Com as violações de direitos civis básicos e o avanço de órgãos repressores "a igreja católica teve uma posição fundamental nas denúncias de desrespeitos aos Direitos Humanos durante a ditadura civil-militar brasileira (1964 – 1985)" (SILVA, 2016, p. 6). Essa posição foi se firmando durante o período dos governos militares devido à violação dos direitos humanos. Essas violações afetaram toda a sociedade e, de forma especial, os camponeses. Reprimiu fortemente os movimentos trabalhistas e de oposição, criando órgãos de fiscalização e repressão.

No decorrer da década de 1980 foi representada pelos acontecimentos como a redemocratização, ascensão dos movimentos sociais, e o surgimento de uma pluralidade filosófica e política, assim como o fortalecimento de um discurso pró reforma Agrária, ocasionando o fortalecimento dos movimentos associados a busca por terra, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) referência na luta por direito à terra. Durante a conjuntura do processo de redemocratização, criou-se um espaço em que as possibilidades do trabalhador rural em busca de propriedade rural fossem mais acessíveis, diferentemente essa questão no período dos governos militares não havia facilidade como encontrada após abertura política em 1985 e seus anos seguintes.

O período da Ditadura Militar (1964 - 1985), diversas entidades, organização e partidos políticos atuavam clandestinamente devido as opressões a partir dos Atos Inconstitucionais — AI, que reprimiam os adversários políticos e entidades que não atendessem os mesmos interesses dos militares. Fazendo com que esses grupos entrassem na ilegalidade. Contudo, não conseguiu a extinção dos movimentos sociais, porém suas atividades estavam limitadas devido ao contexto político.

A década de 1980 proporcionou reacender os movimentos sociais, período em que a democracia reacendeu após durar 21 anos de regime autoritário, alternância de poder entre os militares da mais alta patente, sem a participação civil, país encontrava-se devastado economicamente, alto índice de inflação, moeda desvalorizada, desemprego alarmante. Economicamente um desastre deixado pelos militares. Momento que eclodiu as reivindicações populares, devido às insatisfações geradas pelo abuso de poder, falta de representatividade e as repressões, gerou o estopim, a qual a sociedade civil desenvolveu o movimento como as diretas já (1983) sendo o principal movimento que combatia a ditadura militar que contou com as maiores personalidades brasileiras entre parte das lideranças católica, artistas e políticos. Reivindicando direitos humanos e a participação política.

Autoridades da igreja católica tiveram papéis decisivos na defesa dos direitos humanos, na região nordeste se destacou Dom Hélder Câmara, bispo de Olinda e Recife e na região sudeste do país o cardeal arcebispo de São Paulo Dom Paulo Evaristo Arns. Através das interlocuções Dom Evaristo Arns fundou a Comissão

Justiça e Paz de São Paulo (1972) e nos anos de chumbo as pessoas recorriam à igreja à procura de ajuda.

Os camponeses da região Amazônica a partir do regime militar, começam a viver uma nova política agrária permeada por violência e repressões, trazendo um tempo de emergência e aprofundamento dos conflitos nos movimentos camponeses. Diante desse cenário cria-se a Federação de Trabalhadores Rurais da Amazônia. A ação violenta do estado faz com que os movimentos sociais de maneira geral, assumam um espaço fora dos órgãos oficiais e vão à clandestinidade, porém não deixam de ser um instrumento de representatividade para os camponeses no caso. O estado ciente da atuação clandestina dos movimentos na região cria o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em 1970. Com a criação do órgão procurava neutralizar a possibilidade de mediação dos movimentos sociais com os camponeses.

Ricardo Kotscho (1982) afirma que o agravamento deste conflito teria realmente visibilidade nacional a partir da chegada em 1968 do bispo espanhol Pedro Casaldáliga, e três anos depois nomeado bispo de São Felix do Araguaia, escreveu uma carta “Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social” primeira manifestação da igreja em relação à ocupação na região e os perigos advindo da violência física e da questão social. Devido os anos de chumbo e a censura imposta a imprensa essa realidade não era exposta, e a carta do Casaldáliga teve grande repercussão, “pois se tratava da primeira denúncia contra ação predatória e antissocial das grandes companhias financiadas pelo governo na Amazônia” (KOTSCHO, 1982, p. 21).

Até então atuação da igreja em questões sociais estava limitada assistência social, bem como a criação de escolas paroquiais, hospitais e de catequizar, porém sempre ligada ao estado, as elites industriais e latifundiárias. Esta manifestação da igreja em prol dos posseiros vem intensificar as medidas tomadas pelo governo. Como dificultar atuação dos movimentos que foi promulgada a lei complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, que instituiu o Pró-Rural. Enquanto o Estatuto da terra tinha como objetivo de impossibilitar a criação de sindicatos, a nova lei municipalizava os conflitos agrários, deixando na mão as autoridades locais. Com a criação da SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia o governo entregou as grandes propriedades rurais para as principais empresas, terras que seriam destinadas para a

população, ação que demonstrou as reais intenções do estado brasileiro com o capital empresarial, dando incentivos fiscais pra essas empresas. Manobra que aprofundou os conflitos agrários, transformando uma região numa zona de alta tensão promovendo ainda mais a luta pela terra.

E a visão em que parte da igreja percebia que o estado promovia aos trabalhadores rurais em particular, políticas e ações que contribuem para que vivem como párias, não tenham participações dos bens nem dos serviços da sociedade, favorecendo em viverem na miséria e na ignorância numa situação de desumanidade. Nas grandes periferias dos centros urbanos e rurais surgem as CEBs— Comunidades Eclesiais de Base em 1971, entidades mediadoras em que se preocupam com diversas questões sociais do indígena a juventude. E a preocupação com a questão da terra não ficou de fora, a CPT — Comissão da Pastoral da Terra foi durante a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) em outubro de 1975 “para ser um serviço à causa dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e de ser um suporte para a sua organização” os posseiros da região amazônica foram os primeiros a receber os agentes da CPT, a região norte principalmente ligada Amazônia, durante o regime militar era e é um ambiente altamente conflituoso em que os grandes latifundiários encontravam respaldo pelo governo federal e com órgão em que fiscalizava as terras da região, assim como a GETAT - Grupo Executivo das Terras do Araguaia – Tocantins, foi criado pelo Decreto-lei nº1.767, de 1º de fevereiro de 1980.

A criação da CPT representava que igreja percebeu que a intensificação dos conflitos na região principalmente amazônica era um descaso da política do governo federal, e devido a isso a igreja criou um instrumento que fosse articulador desses conflitos e que fosse capaz de conectar as prelazias e as diversas dioceses da região amazônica. E atuação da Pastoral da Terra não agradaria às autoridades e os latifundiários, entrando numa polêmica ainda maior quando a CNBB cria um documento “Igreja e problemas da terra” apresentado em fevereiro de 1980, esboçando disputa: Igreja vs. Estado. No qual os bispos assumiam um apoio aos esforços e resistência do homem no campo em favor de uma digna reforma agrária. O presidente da república, em contrapartida desenvolve uma estratégia de um órgão que ficasse a frente, criando o GETAT, se tratando de uma atuação inversa do que a igreja tinha proposto, “Para manter um controle maior sobre as ações da Pastora da

Terra, a CNBB exige que a esta entidade seja nacionalmente presidida por um bispo católico” (GONÇALVES, 2012, p. 16).

A direção do GETAT à época da sua fundação aceitava as denúncias de maneira formal, para que houvesse uma possível providências contra os abusos e arbitrariedades, os camponeses eram representados geralmente por religiosos ligados a CPT, entidade que representava os trabalhadores rurais por meio de acessória jurídica por meio de advogados que eram os representantes legais em que estavam apar dos acontecimentos ocasionados por autoridades. “provocou o ódio generalizado de grileiros, pistoleiros, funcionários públicos, policiais e magistrados arbitrários contra os denunciante, que divulgam com alarde os atos de violência” (FERRAZ, 2000, p. 92).

A CPT caminha por uma frente ampla tem como objetivo de uma sociedade igualitária e possui uma caminhada longa e passos bem atuantes. Nessa linha, é uma característica da CPT, ser comprometida no campo político e social, colocando-se a serviço dos trabalhadores rurais, como uma das classes oprimidas, assume também o seu anseio e projeto de uma nova sociedade. Fazendo analogia ideológica da igreja libertadora e progressista.

Os religiosos da região são conhecidos também como subversivos, a exemplo o missionário Arpone que foi sequestrado por militares através de um helicóptero da FAB em 1979, durante uma atuação dos oficiais contra uma suposta guerrilha do Araguaia, e para as autoridades alguns bispos e padres que cuja atuação era contra as arbitrariedades que promoviam aos posseiros e indígenas, por meio de orientações sobre seus direitos, a exemplo a contratação de advogado para auxiliá-los na esfera judicial. Arpone era visto pelas autoridades do governo como um intruso, que desmoralizava as instituições que eram responsáveis como o INCRA e a GETAT, pois exercia ações de tentar resolver questões sociais e fundiárias na região (KOTSCHO, 1982).

Os 300 lavradores do bico do papagaio que foram pedir ao presidente Sarney urgência na desapropriação das terras em que vivem acamparam em frente ao Palácio do Planalto, onde passaram a noite protegidos por cobertores de jornais arranjados por grupos de jovens e operários das cidades satélites (JORNAL DO BRASIL, 26 jun. 1986, p.1).

Em 1986 o movimento sindical brasileiro após a morte do Padre Josimo, mobilizou

um acampamento com cerca de 400 famílias em frente ao palácio do Planalto, o protesto teve a duração de 3 semanas enfrentando as diversas adversidades como o frio da noite, pois estavam dormindo ao relento sobre jornais. O presidente da época José Sarney os ignorou.

O presidente da CNBB entregou a José Sarney carta elaborada pelos posseiros que há dois dias estavam acampados diante do Palácio do Planalto. Na carta, com baixo assinado, eles reivindicam a desapropriação de 41 áreas concentradas, principalmente, na região do Bico do Papagaio, algumas das quais já tinham sido desapropriadas pelo presidente (O ESTADO DE SÃO PAULO, 26 jun. 1986, p. 14).

Contudo, a manifestação gerou frutos, o então presidente da CNBB, Dom Ivo Lorscheider, atuou como mediador ao governo federal, teve uma audiência com o presidente da república a qual foi solicitado a reivindicação dos trabalhadores rurais, resultou na desapropriação de diversas áreas rurais, entre elas áreas na região do bico do papagaio.

Até então, atuação da igreja estava limitada na catequese e assistência aos miseráveis, e contava com o apoio dos grandes latifúndios e do governo, a partir de 1975 setores da igreja progressista e libertadora começaram a mudar o papel da igreja, inspirados pela teologia da libertação e na doutrina de opção preferencial pelos pobres. Para parte progressista da igreja era claro que os conflitos agrários não aconteciam por acaso, mas decorriam da política governamental. Por isso, ela decidiu criar um organismo articulador, capaz de promover uma interlocução entre os camponeses e as autoridades competentes, sua ala progressista, tornou-se porta-voz dos oprimidos⁶.

Assistentes sociais que trabalhavam para o governo ficaram surpresos com a mudanças que notaram em alguns posseiros da região nestes últimos três anos: eles já não pedem favores ou esmolas, mas exigem seus direitos, mostrando um conhecimento da legislação que não possuíam antes. Mas o trabalho solidário de Arpone e alguns outros religiosos e agentes pastorais (KOTSCHO, 1982, p.21).

E por meio da CPT foi possível realização a mediação e envolver-se nesses conflitos agrários, criando estratégias de resistência. Dando orientação jurídica, formações para os camponeses e denunciando as arbitrariedades nos meios de comunicação como fez na Voz do Norte. Atuação mediadora construiu pelo vazio

⁶ “É um período em que prevalece uma ideologia de “portavozismos”, quer dizer, os sujeitos sociais não estão configurados para se auto representar e a igreja passa a falar por eles” (ALMEIDA, 2010, p.99).

deixado pelo estado, preenchendo esse espaço. Atitude que ocasionou mudanças nas atitudes dos posseiros. “Eles já não pedem favores ou esmolas, mas exigem seus direitos, mostram um conhecimento de legislação que não possuíam antes” (FERRAZ, 2000, p. 92).

A partir da metade da década de 1980 instituições como a CONTAG e a CPT obteve seu maior prestígio na mediação dos movimentos camponeses, principalmente na região amazônica. O governo decide atender projetos e reivindicações apontadas pelas entidades que representavam os trabalhadores rurais. A igreja e as estruturas sindicais atingiam, então, o auge do prestígio junto às instâncias oficiais (FERRAZ, 2000).

O interesse na pesquisa não é evidenciar as características positivas ou negativa da Igreja Católica, porém não podemos deixar de escanteio as atuações em frente aos movimentos sociais, o envolvimento no âmbito político na mesorregião do Bico do Papagaio em relação aos camponeses. A discussão presente se fundamenta no instrumento de comunicação desenvolvido pela diocese de Tocantinópolis *A Voz do Norte* em contexto a uma estratégia de resistência que permite dá voz aos conflitos que são silenciados pelos meios de comunicação da região.

1.3 Colonialidade/modernidade: descolonizando o paradigma colonial eurocentrado

A utilização de uma proposta de leitura dos “conflitos agrários” na *Voz do Norte* a partir da lente teórica da decolonialidade implica na opção pela resistência camponesa, na escrita da história por meio das vozes silenciadas; na desconstrução da narrativa colonial hegemônica, escrita pelo colonizador, enfim, implica substituí-la por uma visão contada e reescrita pelos sujeitos camponeses. Lerma (2010, p. 10) aponta para o pensar decolonial como sendo a ruptura com o conhecimento eurocêntrico, ou seja, um “desprendimento epistemológico que é muito mais do que a negação das categorias com as quais, desde a Europa, são usadas para interpretar o mundo”.

Assim, adotar uma perspectiva decolonial implicava num compromisso de visitar o passado histórico para construir uma crítica que questionasse e

desconstruísse a supremacia do colonizador. Passava, portanto, por um compromisso ético e político que suscitasse possibilidades de descolonização do saber na atualidade. Logo, percebemos que essa resistência não era feita individual ou por sujeitos isoladamente, tratava-se de uma resistência realizada através dos movimentos sociais, ou seja, atuação organizada coletivamente, em especial, através de agentes da CPT que alguns são integrantes dessas comunidades.

Decerto, a crítica ao paradigma moderno/colonial hegemônico eurocentrado intensificou-se com os intelectuais latino-americanos, a partir da criação do grupo denominado *colonialidade/modernidade* que pensa o processo de incorporação forçada da América Latina no sistema mundo capitalista. Como explica Enrique Dussel (2005) a compreensão das relações globais, no qual a modernidade ocidental eurocêntrica, o capitalismo mundial e o colonialismo são uma trilogia inseparável. Partir dessa compreensão é que a modernidade ocidental é assumida como mito que definiu a superioridade dos europeus sobre os outros povos.

Bernardino-Costa e Grosfoguel (2016) ressaltam que o conceito de colonialidade foi formulado de maneira explícita, inicialmente, por Emanuel Wallerstein (1992) e, na sequência, ele foi retomado por Aníbal Quijano que passou a nomeá-lo como colonialidade do poder. Os referidos autores argumentam que localizar o início do “sistema-mundo-capitalista/patriarcal/cristão/moderno/colonial europeu” em 1492 tem repercussões significativas para os teóricos da decolonialidade, pois o colonialismo foi a condição para a formação da Europa e da própria modernidade. Sem o colonialismo não haveria modernidade. Foi, portanto, a partir do conceito de colonialidade do poder que “a diferença entre conquistadores e conquistados foi codificada a partir da ideia de raça (Wallerstein 1983; 1992: 206- 208; Quijano, 2005: 106). (BERNARDINHO-COSTA; GROSGOUEL, 2016, p.17). Esse padrão de poder impôs o controle do trabalho, o controle do Estado e de suas instituições, bem como a produção do conhecimento.

De acordo com o peruano Anibal Quijano (2005b, p.16) a produção histórica da América Latina começa com a destruição sociocultural e demográfica, a saber: a desintegração dos padrões de poder e de civilização de algumas das mais avançadas experiências históricas da espécie humana; o extermínio físico de mais de cem milhões de pessoas; a eliminação deliberada dos mais importantes produtores,

daquelas experiências, seus dirigentes, seus intelectuais, seus engenheiros, seus cientistas, seus artistas; continuada repressão material e subjetiva dos sobreviventes, durante os séculos seguintes; desaparecimento dos símbolos, de alfabeto, de escritura, de artes visuais, sonoras e audiovisuais (QUIJANO, 2005b).

Quijano (2005b, p. 17) argumenta que a produção de um novo padrão de poder fundamentado na raça sustentou o novo sistema de dominação social global. América constituiu-se no novo padrão de poder mundial fundamentado na ideia de raça, ou seja, da suposta distinção biológica que hierarquiza, colocando uns, os não brancos, em situação de inferioridade com relação aos brancos. Assim foi classificada a população da América, e mais tarde do mundo.

A vasta e plural história de identidades e memórias (seus nomes mais famosos, maias, astecas, incas, são conhecidos por todos) do mundo conquistado foi deliberadamente destruída e sobre toda a população sobrevivente foi imposta uma única identidade, racial, colonial e derogatória, 'índios'. Assim, além da destruição de seu mundo histórico-cultural prévio, foi imposta a esses povos a ideia de raça e uma identidade racial, como emblema de seu lugar no universo do poder. E pior, durante quinhentos anos lhes foi ensinado a olhar-se com os olhos do dominador (QUIJANO, 2005 B, p.17).

Para Quijano (2005) esse padrão de poder capitalista eurocentrado estruturou-se em relações de dominação, exploração e conflito na disputa pelo controle de quatro âmbitos da existência humana, a saber: trabalho, autoridade coletiva, subjetividade e intersubjetividade, sexo, seus recursos e produtos. Assim, a colonialidade do poder se inscreve na esfera do controle de todos os âmbitos da existência humana. Ela inventa e introduz a classificação da população em termos de raça, reposiciona relações de inferioridade e superioridade, desumaniza parte dela. Em suas palavras:

Na América, a ideia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista. A posterior constituição da Europa como nova identidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu pelo resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da ideia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus (QUIJANO, 2005, p.118).

Quijano (2005) ressalta que historicamente, a raça legitimou as já antigas ideias e práticas de relações de superioridade/inferioridade. Portanto, a raça provou ser um dos instrumentos mais eficazes e duráveis de dominação social universal,

juntamente com o do gênero. Assim, “os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e conseqüentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais” (QUIJANO, 2005, p.118). A ideia de raça “converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade” (QUIJANO, 2005, p.118).

A colonialidade do poder, na concepção de Quijano (2005b, p.24) implica a invisibilidade dos não-europeus, no passado e ainda hoje, com relação à produção de subjetividade, de memória histórica, de conhecimento “racional”, logo, de identidade. Por isso, Mignolo ressalta que: “A matriz de poder é um instrumento pelo qual não somente as pessoas, mas as línguas e as religiões, o conhecimento e regiões do planeta são racializados” (MIGNOLO,2008, p.293). Todavia, há resistências e o questionamento da versão europeia da modernidade/racionalidade. Ademais, os movimentos sociais e os intelectuais decoloniais “negam a legitimidade teórica e social da classificação ‘racial’ e ‘étnica’, propondo de novo a ideia de igualdade racial” (QUIJANO, 2005, p. 26 - 27).

Costa e Grosfoguel (2016, p.9) afirmam que: “A colonização no âmbito do saber é produto de um longo processo de colonialidade que continuou reproduzindo as lógicas econômicas, políticas, cognitivas, da existência, da relação com a natureza, etc. sendo forjadas no período colonial”. Como se sabe, o capitalismo desenvolve uma relação predatória com a natureza, desconsidera a presença dos povos originários, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, castanheiros, camponeses e demais grupos sociais que dependem das terras e das águas para a sua sobrevivência.

Assim como nos dias atuais, na década de 1980, os interesses do capital se sobrepõem aos dos grupos que praticam uma economia de subsistência na região, porém, na lógica da colonialidade/modernidade e da colonialidade do saber/poder há quem seja pouco crítico com essa lógica perversa, como o jornalista/memorialista da região:

As vantagens advindas com Rodovia Belém Brasília são os fluxos migratórios que se adensam nos distantes sertões, onde a convivências diárias com antigos moradores foram alterando modos de vida. As derrubadas indiscriminadas e a expulsão de antigos moradores – chamados de ‘posseiros’- também alteraram o ritual de vida dos sertanejos, que antes

tinham na caça, pesca e extrativismo vegetal e sua labuta diária. Desconhecendo seus direitos de posse, ou alheio a suas garantias legais (OTÁVIO BARROS, 2002, p.42).

Não perspectiva decolonial, não se pode aceitar responsabilizar os camponeses pela sua expulsão das terras até porque uma expressão bastante presente nas narrativas sobre os “conflitos agrários” na região do Bico do Papagaio, é grileiro. Ora, essa expressão revela, justamente, a falsificação, em cartório do documento de registro da propriedade. Um documento recente era envelhecido para tornar crível a tomada de posse das terras, historicamente ocupadas pelos povos “tradicionais”.

Ao contrário de Otávio de Barros, poderíamos elencar algumas vantagens relacionadas a construção da rodovia Belém-Brasília, como a melhoria nos meios de comunicação e de transportes, porém, não é admissível que seja festejada a alteração dos modos de vida dos antigos moradores, principalmente, quanto a perda de seus direitos básicos, como é à terra e as águas para os camponeses.

Certamente, a chegada dos “fluxos migratórios” patrocinado pelo governo brasileiro promoveu as derrubadas indiscriminadas das florestas, dos babaçuais e a expulsão dos antigos “posseiros”. Reduzir a diversidade de grupos sociais como as comunidades quilombolas, indígenas, ribeirinhas e camponesas a “posseiros” também faz parte do projeto colonial. Enfim, todos esses povos tiveram seus direitos violados em nome do “desenvolvimento”, da “prosperidade”, com a legitimação das instituições do estado e da justiça, contribuiu para aumentar as expropriações de povos tradicionais. Ademais, a chegada dos “fluxos migratórios” deslegitimou os moradores originários como verdadeiros donos das terras. Veja como o informativo Voz do Norte denúncia a situação da violência praticada na região. Trata-se de uma narrativa não apenas informativa, mas com o tom evidente de denúncia, citando inclusive instituições envolvidas:

De dezembro de 1983 até a presente data, a região do Bico do Papagaio, extremo norte de Goiás, vem se caracterizando por uma enorme violência. A vida, a organização e a força de trabalho dos lavadores dos vários municípios estão sendo dizimados. Autores dessa situação tem sido os Grileiros, juizes de direito, oficial de justiça, pistoleiros, polícia militar e federal, GETAT e políticos, além dos pequenos comerciantes e proprietários de terras. Aproximadamente 476 famílias estão violentadas e aterrorizadas por causa das inúmeras agressões desde torturas até despejos dramáticos. Atingindo mais de 2.380 pessoas, os desejos são responsáveis pela queima de 99 casas de posseiros, segundo o nosso conhecimento. Lideranças da região e agentes da CPT estão ameaçadas constantemente de morte. A polícia

federal (PF), em convivência com o GETAT e polícia Militar (PM), sequestraram quatorze lavradores, enquanto dois foram trancados na prisão. Destes, apenas Vitorino Bandeira Barro continua aprisionado, apesar de já haver comprovado sua legítima defesa (VOZ DO NORTE, ano 2, n 8-9, 1984, p.01).

De certo, adotar uma perspectiva decolonial implica um compromisso de revisitar o passado histórico para construir uma crítica que questiona supremacia do colonizador. A decolonialidade reage a retórica de progresso, expõe a colonialidade como um projeto de poder/saber colonial. E, como projeto de poder/saber das elites e do Estado moderno, ela é também extremamente violenta, como denuncia o periódico “Voz do Norte”. Compreende-se, portanto, que o uso da perspectiva decolonial implica traçar trajetórias e revelar o potencial que as comunidades/dos/das oprimidos/as têm, entre si, de construir significados que recusam os da organização social estruturados pelo poder, implica aprender sobre povos que resistem (LUGONES, 2014). O historiador, como é sabido, trabalha por inferências com base nos documentos que sobreviveram ao tempo, entre eles, está o informativo “Voz do Norte”.

2 O INFORMATIVO DA DIOCESE DE TOCANTINÓPOLIS: “A VOZ DO NORTE

2.1 Relevância da Imprensa Alternativa

A “Voz do Norte” pode ser incluída entre a imprensa alternativa, mesmo sendo um periódico que carrega as marcas institucionais de quem a produz e distribui: a diocese de Tocantinópolis. Esse lugar institucional está marcado nas páginas do periódico, porém, ele revela muito mais do que deseja. É possível ver ali as disputas, os conflitos existentes na instituição naquele momento. Porém, encontra-se ali também os sujeitos sociais específicos de um tempo e lugar, a saber, os camponeses, os padres, as freiras, os grileiros, os posseiros, os capatazes, os policiais, as mulheres, ou seja, são sujeitos e experiências de uma localidade específica. De fato, é possível ver nas suas páginas algo da cultura local, com seus viveres, fazeres, crenças e conflitos. Assim, é possível recuperar formas subalternas de pensar e modalidades locais e regionais de configurar o mundo. É possível acompanhar os dramas e as lutas dos camponeses durante o período final da ditadura militar.

Tânia Luca (2005) apresenta a problemática e a importância da imprensa alternativa por meios dos periódicos, a princípio faz uma reflexão da historiografia que teve uma densa ressignificação a partir da terceira geração dos Annales⁷, novos temas, problemas e metodologias possibilitaram a ampliação das fontes históricas, no caso, a imprensa alternativa. A palavra “alternativa” surge de *alter*, refere-se às alterações, mudanças. “Significa algo que se contrapõe a interesses ou tendências dominantes. Corresponde também a algo que não está ligado a política dominante” (BARROS, 2003, p.01). A imprensa alternativa é instrumento de comunicação nânica, marginalizada, emergente e independente. Entre o início da ditadura militar e o início da década de 1980, cerca de 150 periódicos entraram em circulação e pararam de circular. E em sua maioria possuíam pautas em oposição ao regime, afirma Patrícia Barros (2003). “Eram periódicos anarquistas e marxistas, nacionalistas e internacionalistas, católicos e feministas...” (MUSSE; REIS, 2015, p. 02).

⁷ A Escola dos Annales surgiu na França, na metade do século XX quando a história passa a ser uma ciência, e precisa desenvolver métodos mais adequados a escrita e sua produção como um todo. Porém na terceira geração dos annales (1968-1989) que produziu uma “Nova História” preocupada com questões do cotidiano e culturais, deixando para trás uma história excludente, que não tinha perspectivas sociais e nem culturais.

Os impressos que circularam no Brasil em duzentos anos, não só testemunham, registram e veiculam nossa história, mas são parte intrínseca da formação do país. Em outras palavras: a história do Brasil e a história da imprensa caminham juntas, se autoexplicam, alimentam-se reciprocamente, integrando-se num imenso painel. Nesse cenário, muitas vezes os personagens são exatamente os mesmos, na imprensa, na política e nas instituições. Em outras, são, no mínimo, bastante próximos, pois intervenções políticas de peso são decididas no interior das redações, estabelecendo e testemunhando avanços e recuos das práticas dos governos, da dinâmica do país, da formação de seu povo, do destino nacional (MARTINS; LUCA; 2008, p. 8).

Ana Martins e Tania de Luca (2008) ressaltam que a construção e a história do país estão entrelaçadas com os periódicos, a imprensa exerce interferências desde o Brasil império, não se limitava na esfera política, mas perpassa toda estrutura em diversos setores sociais. “Na articulação e disseminação de ideias, valores, referências, memórias, ideologias, modos de pensar e agir em sua historicidade, o que a torna uma fonte inesgotável de pesquisa e estudo” (LEITE, 2015, p. 06).

De acordo com Christina Ferraz Musse & Susana Azevedo Reis (2015) foi um meio de expressão que teve seu auge entre a década de 1960 – 1980, pelos quais os poetas, escritores, artistas, jornalistas bem como também lideranças de movimentos sociais e agentes políticos. “O jornalismo alternativo apareceu como uma alternativa para as críticas ao governo, pois buscavam sempre driblar a censura a fim de expressar suas opiniões contrárias ao governo e denunciar as ilegalidades que ocorriam em relação aos direitos humanos” (2015, p. 01). Alguns jornais alternativos ganharam visibilidade nacional pela qualidade e criatividade, exemplo: “O Pasquim”, “Opinião” e “Movimento” diferentemente de outras imprensas alternativas havia uma estrutura melhor de tiragens e de distribuição (BARROS, 2003, p. 63):

A imprensa alternativa surgiu da articulação de duas forças igualmente compulsivas: o desejo das esquerdas de protagonizarem as transformações institucionais que propunham e a busca, por jornalistas e intelectuais, de espaços alternativos à grande imprensa. É na dupla oposição ao regime representado pelos militares e às limitações à produção intelectual-jornalística sob o autoritarismo, que se encontra o nexo dessa articulação entre jornalistas, intelectuais e ativistas políticos.

Muitos dos meios alternativos tinham um viés político voltados a esquerda, o desejo de transformação no cenário político e social, o sentimento de revolta, contribuíram para que os interlocutores tenham essa tendência de uma visão crítica e de oposição ao governo vigente. “A outra classe consistia na imprensa alternativa denominada de “existencial”, contracultura, criada por pessoas que rejeitavam a

primazia do discurso militante e não se alinhavam com o discurso de setores ideológicos da esquerda tradicional”. Esta alternativa aos grandes meios de comunicação que estavam alinhados ao governo, possuía características diferentes de expressão “permitia o exercício da subjetividade e vivência das situações durante a própria reportagem” (BARROS, 2003, p. 64).

Porém, havia imprensa alternativa ultraconservadora que corrobora(ava) para com ideias do período do regime militar, ajudando a propagar as possíveis benfeitorias do governo bem como divulgar opiniões de viés da extrema-direita, atacando opositores, e movimentos contrários, difundindo os ideais da “Revolução de 64”⁸ como dizem os simpatizantes dos militares e de suas ideologias.

A imprensa alternativa principalmente que tinha uma circulação interiorana trazia elementos e notícias de aspecto mais regionais, porém não faltava informação do contexto nacional e internacional. “O modelo ético-político da imprensa alternativa consistia no repúdio ao lucro e, em alguns jornais, até mesmo o desprezo por questões de administração, organização e comercialização” (BARROS, 2003, p. 64). Em suas pautas havia muitas críticas ao modelo presente e de como as situações eram impostas. “Trouxeram ao centro da cena a experiência de grupos e camadas sociais antes ignorados e inspiraram abordagens muito inovadoras, inclusive a respeito de culturas de resistência” Tania Luca (2015, p. 113).

Esses meios de comunicação eram uma clara resistência ao governo e suas censuras, tanto que o governo do ex-presidente Artur da Costa e Silva (1967 – 1969) criou medidas mais severas na contenção e assim intensificou as perseguições tanto dos adversários políticos, dos movimentos sociais, como também aos meios de comunicação tanto da grande mídia e dos jornais alternativos, para essas ações precisou criar o Ato Institucional 5⁹ com atuação dos órgãos de repressão. Conferiu

⁸ Para os simpatizantes o golpe civil militar era visto como um processo de Revolução, e como ocorreu no ano de 1964, eles os chamam de Revolução de 64, que iria libertar o Brasil de vez principalmente dos comunistas, e dos ideais da esquerda.

⁹ ATO INSTITUCIONAL Nº 5, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1968. Art. 5º - A suspensão dos direitos políticos, com base neste Ato, importa, simultaneamente, em: I - cessação de privilégio de foro por prerrogativa de função; II - suspensão do direito de votar e de ser votado nas eleições sindicais; III - proibição de atividades ou manifestação sobre assunto de natureza política; IV - aplicação, quando necessária, das seguintes medidas de segurança: a) liberdade vigiada b) proibição de frequentar determinados lugares; c) domicílio determinado, § 1º - O ato que decretar a suspensão dos direitos políticos poderá fixar restrições ou proibições relativamente ao exercício de quaisquer outros direitos

maior autonomia e poderes ao presidente da república para que possa perseguir qualquer um que seja contra o governo, e, ao mesmo tempo proibia qualquer discussão política ou manifestações de ideias.

A pouca utilização da imprensa periódicos nos trabalhos de História do Brasil parece confirmar nossas suposições. Alguns, talvez, limitem seu uso por escrúpulo, já que encontram, tão em evidência e abundância, as "confirmações" de suas hipóteses e com a mesma facilidade, também, argumentos contrários. A maioria, porém, pelo desconhecimento, pela ausência de repertórios exaustivos, pela dispersão das coleções. Quando o fazem, tendem a endossar totalmente o que encontraram aproximando-se de seu objeto de conhecimento sem antes filtrá-lo através de crítica mais rigorosa (CAMARGO, 1971, p. 236)

Imprensa é uma das "principais fontes de informação histórica", porém há ressalvas que "nem sempre a independência e exatidão dominam o conteúdo editorial" o historiador ressalva que a matéria possui "mistura do imparcial e do tendencioso, do certo e do falso". As discussões dos historiadores referentes a imprensa no Brasil. Havia uma limitação desde a independência do Brasil, a narração dos "periódicos e jornalistas" expressavam a opinião pública (RODRIGUES, 1968, p.198 *apud* LUCA, 2005, p.116).

Os estudos históricos no Brasil têm sado pouca importância à imprensa como objetivo de investigação, utilizando-se dela apenas como fonte confirmatória de análises apoiadas em outros tipos de comunicação. A presente pesquisa ensaia uma nova direção ao instituir o Jornal O Estado de S. Paulo como fonte única de investigação e análise crítica. A escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que a tomam como mero "veículo de informações", transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere (CAPELATO; PRADO; 1980, p. 19).

Porém, nas últimas décadas o valor real "enquanto fonte e objeto de pesquisa foi reconhecido nos campos de estudos da historiografia contemporânea, contribuindo para os novos desafios e propostas sobre os estudos do passado" (LEITE, 2005, p. 03) Maria Capelato e Caio Junior Prado (1980) revelam ação do jornal como interlocutor das predileções da elite paulista e a injeção do ideário econômico liberal proferidos pelos seus responsáveis. Existindo diversos periódicos paulistanos que

públicos ou privados. § 2º - As medidas de segurança de que trata o item IV deste artigo serão aplicadas pelo Ministro de Estado da Justiça, defesa a apreciação de seu ato pelo Poder Judiciário.

difundia os fundamentos do liberalismo. Contudo, os periódicos havia diferentes correntes, até mesmo contra hegemônicos, como a imprensa operária. “Na imprensa operária o Estado, e o capitalismo era representados como instituições autoritárias, inimigas do proletariado, podendo ser vistos de forma complementar ou entrelaçando-se uns com os outros” (MARQUES, 2012, p. 861).

Os movimentos sociais, como dos operários e trabalhadores rurais, encontraram grande respaldo no do ambiente acadêmico entre 1970 - 1980, e os periódicos foram instrumentos de relevância dando um campo de discussão e destaque aos trabalhadores “possuindo um caráter popular, pois eram produzidos e consumidos pelos próprios trabalhadores, com um vocabulário agressivo, tendo como principal objetivo intensificar o apelo à mobilização do leitor pela instigação e pela revolta” (AZEVEDO, 2002, p. 170).

Nesses periódicos difundia discursos de resistência e luta contra a exploração capitalista, também a difusão de seus ideários e valores diferentes da classe burguesa. Nos informativos não possuíam anúncios, os periódicos eram mantidos pelos seus assinantes, justamente para que não exerça nenhuma influência do meio de produção. “Denunciando as condições de exploração dos trabalhadores nas fazendas e nas fábricas da cidade” (Marques, 2012, p. 858). A imprensa operária continuou a ser um manancial imprescindível, ao lado dos depoimentos orais, das fontes judiciais e dos arquivos policiais [...] aberto aos pesquisadores (LUCA, 2005, p. 120).

A imprensa alternativa voltada ao público operário e trabalhadores rurais defendiam a valorização da vida humana, realizava-se críticas constantes ao meio de produção capitalista que estava associado a poder político e a estrutura do Estado, a “concentração de renda e defendeu o amor livre, a paz, a distribuição da renda, o pensamento libertário e individual” (GAWRYSZEWSKI, 2009, p. 42).

[...] pária que trabalha para o engrandecimento do Brasil, classe que realmente produz, vítima da exploração, da prepotência dos patrões, fecundo e produtivo, escravo da fábrica, escravo branco, míseros escravos cujo delito exclusivo consiste em precisarem trabalhar para viver! vive sob o jugo tirânico, mata-se de trabalhar, não consegue viver, fâmulos da terra em que nasceram, torpemente explorado, pobres entes, miseráveis. (AZEVEDO, 2002, p. 178).

A imprensa da classe trabalhadora representava o trabalhador com as dificuldades e violências existentes, por meio de um estereótipo que eles são os excluídos sociais, os periódicos reproduzem as mazelas em que os trabalhadores vivem e ressaltam que eles produzem a riqueza dos ricos, e que são eles que fazem a economia girar, porém, muitos vivem em situação análoga à escravidão, reprimidos, explorados, e que não possuem nenhum reconhecimento, pelo contrário são a escória social. E o outro lado era exposto como oportunistas a exemplo de “parasita – fluidor – ocioso, senhor – déspota, opressor, explorador – ladrão, rico” (AZEVEDO, 2002, p. 178).

Textos e imagens era empregado para relatar as condições vividas pelos trabalhadores e suas famílias, a imagem dava vida e sensibilidade a informação, com objetivo de provocar as massas trabalhadoras a reivindicar melhores condições, e de acordo com Raquel Azevedo (2002) a ilustração teria princípios de representar a opressão e a violência (MARQUES, 2012, p. 860 *apud* AZEVEDO, 2002, p. 216):

Nas ilustrações, a figura feminina aparecia não ao lado dos seus companheiros de luta, mais sim em trajes clássicos portando, como principal atributo, o barrete frígio como sinal de libertação, assumindo uma função alegórica de “deusa da Liberdade”, indicando o ideal ao qual o trabalhador consciente deveria abraçar [...] a mulher trabalhadora era representada, em geral, com um físico raquítico, compondo a família operária e, de modo semelhante ao homem explorado, era desenhada de forma que deixasse patente seu estado de fraqueza física e moral.

Outra temática recorrente nas ilustrações presentes nos periódicos, sobretudo aqueles de cunho anarquista, consistia na representação do sol nascente, cuja imagem refletia o início de uma "nova era", marcada pelo surgimento de um novo amanhecer no horizonte. Tal simbolismo também evocava o despertar para a revolução e para a liberdade. As ilustrações, dotadas de significados e representações, eram identificadas pelos trabalhadores como um veículo para a expressão de seus desejos de protesto. Por outro lado, as figuras de "correntes" e "árvores daninhas" eram utilizadas como símbolos da opressão, ao passo que a cobra figurava como a personificação da autoridade.

A figura do machado era bastante forte e presente e simbolizava o ideário de força e liberdade, os animais eram figurados como a "fera das reações contra os dos trabalhadores" a imagem dos trabalhadores acorrentados equivale-se a prisão e remete a escravidão, termos frequentemente usados para condições dos

trabalhadores. Os burgueses possuíam o estereótipo relacionado ao físico, como indivíduos gordos, representando o comodismo, e a fatura na alimentação. As imagens na imprensa anarquista pretendiam retratar o trabalhador em diversas formas de estereótipos, estampava “uma vida cheia de privações, essas imagens tinham como função, denunciar a pobreza material da classe, responsabilizando o sistema capitalista que seccionava a sociedade em ricos e pobres” (MARQUES, 2012, p. 861 *apud* AZEVEDO, 2002, p. 176).

O conteúdo presente nos pequenos editoriais, representava a simplicidade, porém o desejo de transformações, além do mais, apresentava uma linguagem mais alternativa e dentro da realidade do trabalhador. “Quadrinhos, desenhos e charges também estavam presentes nos jornais. Esse recurso era em maior número do que a fotografia” (AMORIN et al., 2015, p. 11) a charge ela possuía uma representação muito importante nos periódicos, contava com uma característica de cunho explicativo ou de denúncia. A qual destaca (MIANI, 2005, p. 3):

Satiriza um fato ou indivíduo específicos; ela é a revelação e defesa de uma ideia, portanto de natureza dissertativa e persuasiva, traduzida a partir dos recursos e da técnica da ilustração. A charge se constitui como uma modalidade das chamadas linguagens iconográficas; neste contexto também se inserem a caricatura, o cartum e as histórias em quadrinhos, pois tais meios de expressão se definem por tipos de arte de representação constituídos através da imagem produzida pelo traço humano.

A imprensa sindical na região amazônica, representada pelos jornais "A Voz do Lavrador, Lamparina, A Poronga, O Feixe e Ferramenta" (AMORIN *et al.* 2015, p. 8) eram instrumentos de comunicação aos trabalhadores rurais, ligados aos movimentos dos trabalhadores rurais que carregavam viés de obrigações sindicais. E parte desta imprensa lutava por liberdade e para recuperar a lideranças dos sindicatos que estavam nas mãos dos fazendeiros durante o período da ditadura militar. “O que identificava o campo de atuação da imprensa alternativa era o combate “político-ideológico à ditadura, na tradição de lutas por mudanças estruturais” (KUCINSKI, 2001, p. 6).

A imprensa alternativa na Amazônia, embora surgisse sem experiência, foi bem sagaz em se opor a política vigente no cenário nacional, além do mais, foi um meio de denúncia contra as arbitrariedades do poder público, e o enfrentamento aos grandes latifundiários que eram patrocinados pelos investimentos nacionais e internacionais

que avançava brutalmente na região norte do país, promovendo devastação ambiental e social. Naquele período do regime militar os sindicatos eram controlados pelo governo militar, para resistir as investidas do governo que nomeava dirigentes contrários à frente do sindicato, a resistência partia para divulgação de seus boletins, periódicos, panfletos [...], “numa linha contestadora à ordem estabelecida e reivindicativa de mudanças, também desempenhou papel importante enquanto meio alternativo de informação” (PERUZZO, 2008, p. 4). Esses periódicos contavam com promoção de uma programação de articulações e debates para motivar os trabalhadores rurais, por uma transformação tanto na esfera da política e social, desde da legalização de suas posses de acesso à terra em que vivem, as políticas de incentivo e investimento na agricultura às associações, “além de contribuir com discussões sobre os grandes temas do país, como por exemplo a reforma agrária. Temáticas custosas demais para serem pautadas pelas mídias oficiais” (AMORIN *et al.* 2015, p. 8).

John H. Downing (2002), ressalta que os meios de comunicação de vertentes mais radicais têm uma influência de atravessar as barreiras das autoridades oficiais ao promoverem a inserção do discurso aos divergentes, como as classes sociais mais abastadas e subjugadas, e indivíduos que carregam uma narrativa de mudanças estruturais na sociedade (Downing, 1984, p.81):

(...) a mídia radical alternativa expande o âmbito das informações, da reflexão e da troca a partir dos limites hegemônicos, geralmente estreitos, do discurso da mídia convencional. (...) ela frequentemente tenta ser mais sensível do que a mídia convencional às vozes e aspirações dos excluídos (...) a mídia radical alternativa não precisa censurar-se para atender aos interesses dos mandachucas da mídia, do entrincheirado poder estatal e das autoridades religiosas. (...) sua própria organização interna é muitas vezes mais democrática que hierárquica.

Diante desta situação, os meios de comunicação alternativos, que possui estruturas simples e econômica, pois não fazia parte da mídia convencional parte eram representantes da elite, e as pautas de informações eram divergentes dos grandes meios, pois quem produzia o enunciado era os trabalhadores rurais, integrantes de entidades ou movimento sociais, visavam seus direitos e "abordavam os conflitos de terra, a luta pela reforma agrária, as questões sindicais regionais e nacionais; até problemas relacionados ao cotidiano amazônico como saúde,

educação, moradia, meio ambiente, assassinatos no campo" (AMORIN *et al.* 2015, p. 10).

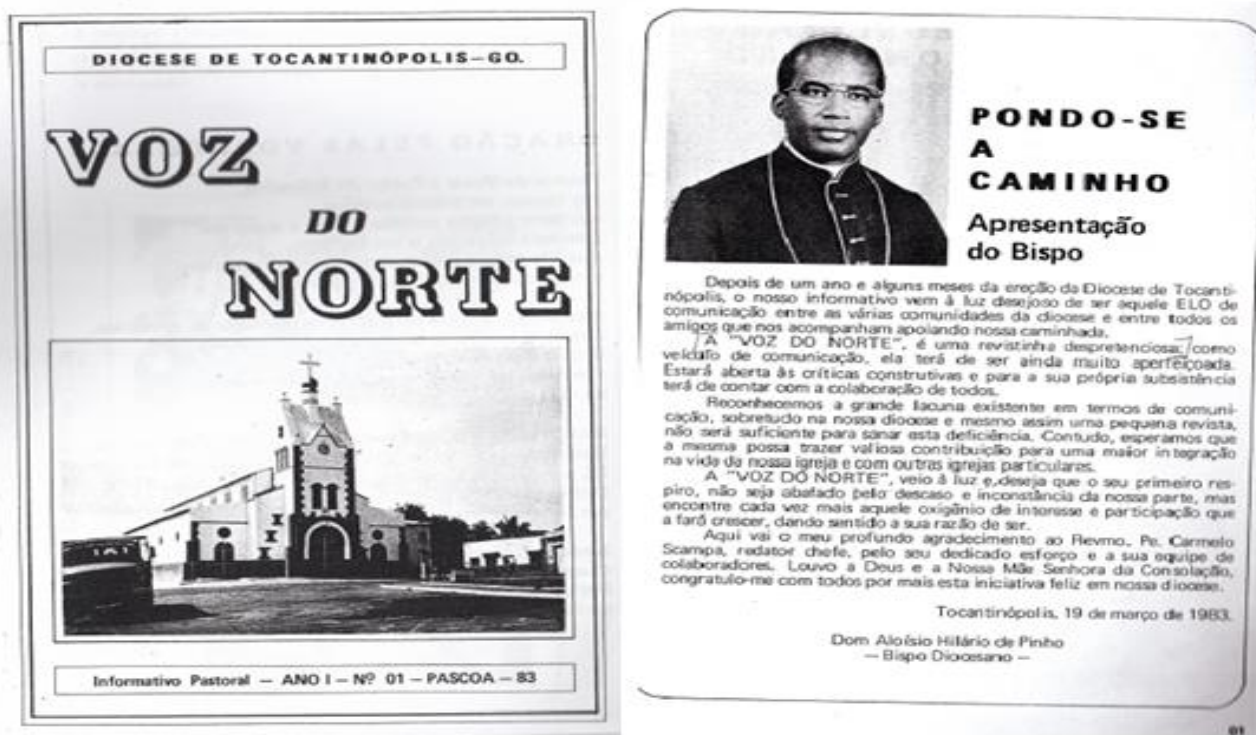
A imprensa alternativa surge também como ferramenta contra hegemonia e afrontar o domínio cultural da classe dominante, porém o seu custeio muitas vezes não é pelos assinantes, mas por meio instituições educacionais como escolas e universidades, sindicatos e igrejas, produzidas não pelo jornalista, mas integrantes de uma determinada entidade, "por militantes abnegados, por vezes redigidas em língua estrangeira [...] impressas em pequenas oficinas, no formato permitido pelo papel e máquinas disponíveis, sem receita publicitária e que, no mais das vezes" (LUCA, 2005, p. 119).

A imprensa alternativa dos trabalhadores rurais na região da Amazônica, é produzida pelos chamados "intelectuais orgânicos". Eles foram importantes para o processo de conscientização da classe trabalhadora e lutavam pelas mudanças estruturais devido às políticas aplicadas no país por meio do regime militar. As lideranças aproveitavam o espaço dos jornais para convidar a classe a se manifestar a favor da reforma agrária, comparecer às reuniões e participar do processo eleitoral do sindicato, sem deixar de lado a pauta para que o país voltasse ao jogo democrático por meio de eleições livres. "Numa estrutura em que as classes e o Estado capitalista são analisados meramente como controladores e censores da informação, o papel da mídia radical pode ser visto como o de tentar quebrar o silêncio, refutar as mentiras e fornecer a verdade" (DOWNIN, 2002, p.49).

2.2 Revista Voz Do Norte: Um Instrumento de Comunicação & Denúncias

A revista "Voz do Norte", é denominada de informativo pastoral da Diocese de Tocantinópolis-GO, que circulou entre os anos de 1983 e 1986 foi criada com o objetivo de ser um instrumento de comunicação na diocese, numa época de intensa articulação entre fé e política e de muita violência pela disputa da posse das terras na região. Encontra-se no periódico, as orientações e reflexões sobre as ações religiosas católicas, além das ações da resistência camponesa. No total, são 30 volumes que contém artigos enviados pela Comissão Pastoral da Terra- CPT, assinados por padres, leigos e por bispos das várias dioceses do Araguaia/Tocantins.

Figura 3 Capa e Página da Primeira Edição da Voz do Norte 1983



Fonte: (VOZ DO NORTE, Ano 01, n.01, 1983)

Como se vê, a revista Voz do Norte é um periódico simples. Sua capa traz uma fotografia da praça central da cidade de Tocantinópolis, sede do município e da diocese, tendo ao fundo o prédio religioso católico, em homenagem à padroeira do município, Nossa Senhora da Consolação. A capa apresenta algumas alterações tipográficas e uma imagem na parte de baixo da página. O uso da imagem busca uma associação imediata com o conteúdo publicado, ou seja, trata-se de um periódico católico, relacionado a diocese de Tocantinópolis.

A primeira página, com a fotografia do primeiro bispo da diocese: Dom Aloísio Hilário de Pinho¹⁰. A foto encontra-se numa parte privilegiada da folha, acima e a

¹⁰ Dom Aloísio nasceu em Mariana no estado de Minas Gerais, em 14 de janeiro de 1934, iniciou-se sua vida sacerdotal em 1955. cursando a época o ensino médio no seminário da Congregação Dom

esquerda e, logo abaixo, encontra-se a justificativa para a criação do periódico.

PONDO-SE A CAMINHO Apresentação do Bispo

Depois de um ano e alguns meses da ereção da Diocese de Tocantinópolis, o nosso informativo vem à luz desejoso de ser aquele ELO de comunicação entre as várias comunidades da diocese entre todos os amigos que nos acompanham apoiando nossa caminhada.

A 'VOZ DO NORTE', é uma revistinha despretensiosamente; como veículo de comunicação, ela terá de ser ainda muito aperfeiçoada. Estará aberta às críticas construtivas e para a sua própria subsistência terá de contar com a colaboração de todos.

Reconhecemos a grande lacuna existente em termos de comunicação, sobretudo na nossa diocese e mesmo assim uma pequena revista não será suficiente para sanar esta deficiência. Contudo, esperamos que a mesma possa trazer valiosa contribuição para uma maior integração na vida da nossa igreja e com outras igrejas particulares.

[...]

Aqui vai o meu profundo agradecimento ao Revmo. Pe Carmelo Scampa, redator chefe, pelo seu dedicado esforço e a sua equipe de colaboradores, Louvo a Deus e a Nossa Mãe Senhora da Consolação, congratulo-me com todos por mais esta iniciativa feliz em nossa Diocese.

Tocantinópolis, 19 de março de 1983

Dom Aloísio Hilário de Pinho - Bispo Diocesano. (VOZ DO NORTE, Ano 01, n.01, 1983, p.01),

De acordo com a informação presente na primeira página da “revistinha”, ela tem por objetivo de se tornar “um ELO de comunicação entre as várias comunidades da diocese” (VOZ DO NORTE, Ano 01, n.01, 1983, p.01). Ele ressalta inclusive sua falta de experiência com esse útil e necessário meio de comunicação e que, por isso, é um material despretensioso que será aprimorada, aberta às críticas e colaboração de todos. O bispo entende que há um espaço a ser preenchido no âmbito de comunicação na diocese, pequeno, decerto, mas importante, na esperança de que não seja uma voz abafada. E, ao final ele agradece ao relator chefe e o esforço da equipe de colaboradores por essa feliz iniciativa (VOZ DO NORTE, ano 01, n.01, 1983, p.01).

Utilizamos um mosaico (Figura 5) capaz de demonstrar a simplicidade da revista,

Orione, graduado em Filosofia no estado do Paraná e teologia na Universidade Gregoriana em Roma – Itália (1959 - 1963) sendo ordenado padre em seguida.

Em 10 de janeiro de 1982 ocorreu a posse para ser bispo da Diocese de Tocantinópolis, e em 26 de fevereiro de 2000 tornou-se bispo de Jataí. Ao completar 75 anos de vida, sendo limite para episcopado, de acordo com as doutrinas eclesiais, apresentou ao Papa da época Bento XVI a sua renúncia, em que foi confirmada em 16 de dezembro de 2009. Tornando Bispo emérito de Jataí, passou a morar na Fraternidade orionita de Rio Claros (SP). no dia 4 de maio de 2021 veio a decorrência de um infarto. MORRE DOM ALOÍSIO HILÁRIO DE PINHO, BISPO EMÉRITO DE JATAÍ(GO). CNBB, 2021. Disponível: <<https://www.cnbb.org.br/morre-dom-aloisio-hilario-bispo-emerito-de-jatai-go/>> acessado 11 de janeiro 2022.

em termos de organização gráfica, com seus textos e imagens; mas, ao mesmo tempo, revelar a riqueza que ele carrega. Trata-se de uma revista impressa em papel A4, dobrada. Não havia uma capa padrão. Porém, uma imagem recorrente era a da igreja matriz Nossa Senhora da Consolação de Tocantinópolis, iniciada pelo padre João de Souza Lima (1869-1947) na década de 1930.

Figura 4 Igreja Matriz Nossa Senhora da Consolação de Tocantinópolis.



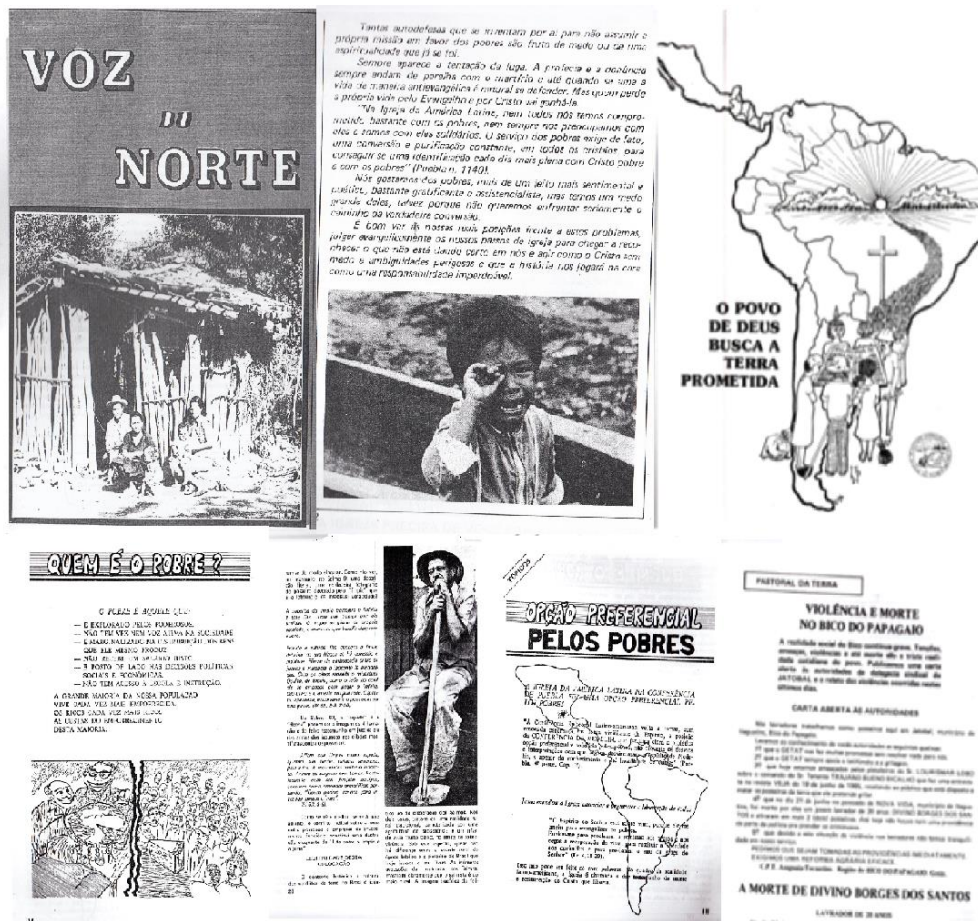
Fonte: (VOZ DO NORTE, Ano 01, n.02, 1983, p.0)

Historicamente, em 1858 a vila de Boa Vista foi elevada a cidade e a capela a paróquia. Esta será a única paróquia existente em todo o extremo norte de Goiás nos próximos 90 anos. Entre 1897-1947, seu único pároco foi o famoso cônego João de Souza Lima, padre e político local (CAIXETA,2018). No início da república, o nome da cidade foi alterado para Tocantinópolis, devido a sua proximidade com o rio Tocantins. Com a morte do padre João (1947), como era conhecido, o bispo de Porto Nacional Dom Alano D’Noday convidou a congregação da Pequena Obra da Divina Providência, fundada na Itália por Dom Orione (hoje São Luís Orione) para ocupar todo o espaço da paróquia de Nossa Senhora da Consolação (1952), em 1954, ela foi

elevada a Prelazia¹¹ e em 1980, a diocese de Tocantinópolis.

O primeiro bispo da diocese de Tocantinópolis foi Dom Aloísio Hilário de Pinho, o fundador da revista a *Voz do Norte*. Ele é brasileiro, do interior de Minas Gerais e veio para a região, exatamente, para assumir a nova Diocese. Ele reconheceu a necessidade da revista, justificada a sua criação, esperava-se que ela ajudasse na integração entre os fiéis católicos e seus padres, e bispo. As várias faces da Igreja Católica da região, na época, estão presente na revista. Porém, nesse mosaico está presente a chamada “opção preferencial pelos pobres”, um compromisso assumido pela igreja Latino-americana com os anseios dos pobres fazendo uma articulação entre fé e política, a violência e morte no Bico do Papagaio, as constantes violações dos direitos dos camponeses, com suas inúmeras formas de resistência.

Figura 5: Mosaico com as fotos e textos da voz do norte 1983 - 1986



FONTE: VOZ DO NORTE. Informativo pastoral da Diocese de Tocantinópolis.

¹¹ Prelazia é uma área que tem como objetivo atender as necessidades entorno daquele território (prelazia territorial), ou a prelazia pessoal compreende uma estrutura de indivíduos que mantém uma hierarquia, composta por fiéis e vai até o prelado, líder da ordem religiosa podendo ser bispo, arcebispos e abade (LISBOA, 2019).

Utilizamos a revista como fonte histórica para entender a complexidade dos conflitos agrários no Bico do Papagaio e as estratégias de resistência dos camponeses, num cenário protagonizado por agentes da CPT em plena ditadura militar brasileira. Na certeza de que a historiografia a partir da metade do século XX “não poderia dispensar a imprensa, que cotidianamente registra cada lance dos embates na arena do poder. Os questionamentos desse campo, imbricados com os aportes da História Cultural, renderam frutos significativos” (LUCA, 2005, p.128). Dentro de um contexto e território específico em uma determinada época "separados ou conectados ao movimento geral, o que o faz de cada órgão de imprensa ter características e peculiaridades próprias" (LEITE, 2015, p. 11).

Objeto de pesquisa da revista "Voz do Norte" interessando as percepções de discurso e memória, entendendo a importância da (re)produção de sentidos e relação constitutiva entre língua e história, em busca de um espaço que visa um campo discursivo. “A história necessita do discurso para existir, assim como a língua necessita dela para significar” (FERREIRA, 2003, p. 191). A realização de análise possui determinados limites, principalmente advindo de falta de informações, e a Voz do Norte expõe essas limitações, por questões como ausência de informações técnicas, algumas notícias falta datação, não é possível saber quem escreveu, quem são esses autores que escreveram? numa perspectiva de um olhar decolonial, e o estudo de fontes jornalísticas a partir das contribuições de Tania Luca (2005) e Maria Helena Capelato (1988) como referências para a construção de uma pesquisa histórica no âmbito da imprensa. Porém, diante deste documento vasto de denúncias, cabe a realização de uma interpretação minuciosa da narrativa e dos fatos ocorridos, por esta questão não serão poupados nomes de indivíduos citados.

Figura 6: Formulário para assinatura do periódico.

Solicito uma assinatura de "VOZ DO NORTE" para

Nome e sobrenome: _____

Rua: _____

Cidade (com CEP): _____

Estado: _____

Em anexo, junto um cheque bancário ou vale postal no valor de
Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros)

Data: ____ / ____ / ____ .

Assinatura: _____

Endereçar para "VOZ DO NORTE", Caixa Postal 15. Fone: 841-1244 – 77900
 Tocantinópolis – Goiás

FONTE: VOZ DO NORTE. Informativo pastoral da Diocese de Tocantinópolis. N° 3 e 4, 1983 p.40.

Historicizar a fonte requer ter em conta, portanto, as condições técnicas de produção vigentes e a averiguação, dentre tudo que se dispunha, do que foi escolhido e por quê. É óbvio que as máquinas velozes que rodavam os grandes jornais diários do início do século XX não eram as mesmas utilizadas pela militância operária, o que conduz a outro aspecto do problema: as funções sociais desses impressos (LUCA, 2005 p.132)

A impressão da revista Voz do Norte era feita pela Universidade Católica de Goiás, a vice-reitoria administrativa - Divisão Gráfica e Editorial, localizada na Av. Universitária - Setor Leste, na cidade de Goiânia - GO. As condições técnicas de impressão não eram de grande escala, mas não há registro de quantas tiragem eram impressas, porém a sua distribuição era feita para os seus assinantes que pagavam Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros). Quem interessasse ser assinante teria que procurar o vigário da Paróquia Nossa Senhora da Consolação de Tocantinópolis ou pelo formulário.

No processo mesmo de definir as dimensões básicas da pesquisa, fomos

construindo a consciência sobre a importância de saber o que fazer, mas também o de como fazer. Assim, o exercício inicial passou pela compreensão de que a documentação, em suas potencialidades e limitações, auxiliava a construir as hipóteses apenas como campo de possibilidades, devendo, portanto, estarmos preparados para refazer as perguntas e para recolocar em novos termos os problemas. Inicialmente, partimos do princípio de que precisava trabalhar com o material considerando sua característica central, a de que são discursos elaborados pelos sujeitos, em diálogo com o seu contexto histórico.

Nesta direção, uma busca incessante das evidências de resistência camponesa principalmente através da CPT. Como já ressaltou Marc Bloch (1886-1944) “O passado é, por definição, um dado que nada mais modificará. Mas o conhecimento do passado é uma coisa em progresso, que incessantemente se transforma e aperfeiçoa (BLOCH, 2001, p.75). Se o passado não pode ser alterado, o que o historiador faz é estudá-lo, abri-lo, investigá-lo, para melhor conhecê-lo e interpretá-lo, decerto, isso implica no seguimento do método histórico. Assim, certificada a procedência e estabelecida a datação da Voz do Norte, procedeu-se a análise das fontes.

Os discursos da Voz do Norte revelam [ou então diga que a VN dizia que revelava] a violação dos direitos dos camponeses. Por isso, não se furtam em relacionar os nomes das pessoas, autoridades e instituições envolvidas com a desocupação da região, como está registrado no volume 8/9 da Voz do Norte. “Autores dessa situação tem sido os Grileiros, juízes de direito, oficial de justiça, pistoleiros, polícia militar e federal, GETAT e políticos, além dos pequenos comerciantes e proprietários de terras”. Ademais, as “Lideranças da região e agentes da CPT estão ameaçadas constantemente de morte. A Polícia Federal (PF), em conivência com o GETAT e Polícia Militar (PM), sequestraram catorze lavradores, enquanto dois foram trancados na prisão” (VOZ DO NORTE, ano 2, n 8-9, 1984, p.01). Geralmente, quem assina os documentos/denúncias são os bispos e as lideranças dos movimentos sociais locais, como os da CPT.

Ademais, como o passado da resistência é reconstruído através de uma fonte oficial, uma revista oficial da diocese de Tocantinópolis, há situar a referida diocese no texto da Igreja Católica da época. Havia, como ressaltam os historiadores da Igreja, uma busca pela ampliação ou manutenção da influência da Igreja Católica da região

sobre os fiéis e a contestação realizada pelos leigos e padres mais “conservadores”. Lustrosa (1977) ao ressaltar sobre a nova abordagem da influência da CNBB que se volta para os camponeses das zonas rurais já havia identificado essa não adesão por parte de toda a Igreja. Em suas palavras:

A Igreja não é um bloco monolítico. Houve reações violentas por parte de leigos e bispos conservadores, e grandes manchas foram realizadas em protesto contra o envolvimento da Igreja na mudança de estrutura (LUSTOSA, 1977, p.70).

Considerando que a reconstrução do passado depende das fontes disponíveis e das abordagens teóricas selecionadas, os resultados da pesquisa estavam condicionados às perguntas direcionadas às fontes. Nesse sentido, a diocese de Tocantinópolis não poderia ser analisada de maneira uniforme, com todos os seus bispos, padres e leigos comprometidos com a "opção preferencial pelos pobres". Pelo contrário, havia uma ala conservadora na diocese, constituída por padres estrangeiros da congregação italiana "Pequena Obra da Divina Providência". Não por acaso, a revista apresentava diversas ações das CEBs e encontros regionais com a utilização do método VER-JULGAR-AGIR, bem como textos sobre a relevância da catequese, dos Concílios Eucarísticos e dos Encontros de Casais com Cristo. Percebe-se, portanto, que parte da Igreja Católica no "Bico do Papagaio" não se alinhava com a Teologia da Libertação e defendia uma ação pastoral eurocêntrica, principalmente em conciliação com o capitalismo dependente.

Nesse trabalho de interação contínua entre o historiador e seus fatos, num diálogo entre passado e presente, no dizer de Carr (1982, p.29), nos obriga a movimentar do passado ao presente e do presente ao passado. As condições de violação dos direitos camponeses no presente nos obrigam a releituras do passado e a produção de novas interpretações. Decerto, a leitura do passado exige novas perguntas elaboradas pelo pesquisador, no presente. Para nós, foi muito importante saber o que foi dito, mas também quem disse, ou seja, quem narrou e por quê? Enfim, percebemos que também é possível deixar perguntas para as quais as narrativas não possibilitaram respostas. De acordo com Ginzburg (2007, p.265): “as hipóteses, as dúvidas, as incertezas tornam-se parte da narração; a busca da verdade torna-se parte da exposição da verdade obtida e necessariamente incompleta”. Ou seja, buscou-se assumir a existência das lacunas e da incompletude dos discursos analisados.

Figura 7: Depoimento de Maria Darci dos Santos Souza, esposa de João Claudino de Souza

DEPOIMENTO

No dia 06 de julho de 1985, Maria Darci dos Santos Souza, esposa do João Claudino de Souza, vulgo João Professor, foi resolver uns problemas na Nova Vida. Ela estava hospedada na casa de Zé do Jaime quando chegou o grileiro LOURIMAR LOBO, ele se informou para saber quem era ela. Quando as companheiras disseram que era a mulher do João, ele ficou me olhando e foi para a fazenda era mais ou menos 16 horas. Quando foi 23 horas passou com um carro cheio de pistoleiros no rumo do povoado do CAMARÃO. Fiquei com tanto medo que eu voltei no Jatobal por um outro caminho, eu estou com os pés ainda todos machucados. Não tenho mais condição de voltar para Nova Vida onde tenho minha roça, sinhão eles me perseguem para dar conta do João Professor, meu marido e Pai de três filhos menores.

Depoimento de MARIA DARCI DOS SANTOS SOUZA, esposa de JOÃO CLAUDINO DE SOUZA.



21

FONTE: VOZ DO NORTE. Informativo pastoral da Diocese de Tocantinópolis. Nº 5 E 6, 1985 p.21.

Transcrição realizada abaixo:

No dia 06 de julho de 1985, Maria Darci dos Santos Souza, esposa do João Claudino de Souza, vulgo João Professor, foi resolver uns problemas na Nova Vida. Ela estava hospedada na casa de Zé do Jaime quando chegou o grileiro Lourimar Lobo, ele se informou para saber quem era ela. Quando as companheiras disseram quem era a mulher do João, ele ficou me olhando e foi para a fazenda era mais ou menos 16 horas. Quando foi 23 horas passou um carro cheio de pistoleiros no rumo do povoado do CAMARÃO. Fiquei com tanto medo que eu voltei no Jatobal por um outro caminho, eu estou com os pés ainda todos machucados. Não tenho mais condição de voltar para Nova Vida onde tenho a minha roça, sinhão eles me perseguem para dar conta do João Professor, meu marido e Pai de três filhos menores.

Depoimento de MARIA DARCI DOS SANTOS SOUZA, esposa de JOÃO CLAUDINO DE SOUZA.

Tania Luca (2005, p.113) ressalta que “a ilustração com ou sem fins comerciais tornou-se parte indissociável de jornais e revistas, os historiadores incumbiram-se de transformá-la em outro fértil veio de pesquisa”, porém a revista Voz do Norte não traz nenhuma informação referente a imagem, apenas a expõe sem detalhes, com bastante pesquisa encontrou-se a origem desta imagem, não pertence ao contexto exposto pela revista, é uma foto do Luiz Morier, titulada “Todos Negros”.¹² Para Maria Capelato (1998), toda informação há influências em que o editor quer exercer, e o historiador precisa de uma criticidade aguda para entender o que o interlocutor quer realmente com o enunciado. Pois há certas armadilhas presente na imprensa "coremos o grande risco de ir buscar num periódico precisamente aquilo que queremos confirmar, o que em geral acontece" (LUCA, 2005, p. 116).

A fotografia "Todos Negros" de Luiz Morier é uma obra importante na história da arte brasileira e um símbolo de luta racial. No entanto, a fotografia é uma crítica ao racismo e ao preconceito existente na sociedade brasileira, denunciando a marginalização e a invisibilidade sofridas pelos negros no país. A imagem tem sido objeto de discussão e interpretação desde sua criação e é um exemplo importante da capacidade da arte de provocar reflexão e mudança social. É importante lembrar que a arte e a fotografia são campos complexos e muitas vezes controversos, e é fundamental abordar essas questões com sensibilidade e respeito.

A ação da leitura de uma fotografia desencadeia reações emocionais mais espontâneas e quase sempre mais intensas que a leitura de um texto literário, causada pela forma como é escrita e apresentada essa informação visual. (PINHEIRO FILHO, 2003, p. 3).

Porém, quando se olha para a imagem/fotografia percebe-se em primeiro plano um policial e ao fundo cinco camponeses amarrados com cordas passando pelos pescoços por todos eles. Não dá para olhar para essa fotografia e não a relacionar os

¹² A fotografia "Todos Negros" de Luiz Morier foi tirada em preto e branco em 1983. recebeu diversos prêmios e reconhecimentos ao longo dos anos, incluindo o prêmio de Melhor Fotografia no 3º Salão Nacional de Fotografia de Porto Alegre em 1984, além de ser selecionada para diversas exposições nacionais e internacionais. A imagem é considerada uma das mais importantes da história da fotografia brasileira e é um exemplo de como a técnica pode ser utilizada para transmitir uma mensagem social e política. (HAUER, 2003).

Disponível em: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2018/07/historia-fotografia-premio-esso-negros.html>

castigos físicos imputados aos escravos, pelos seus feitores. Também pareceu possível uma analogia entre os homens amarrados e as juntas de animais usadas nos engenhos coloniais. Qual a função exercida pela polícia militar, ela seria o novo capitão do mato que a serviço do Estado estava ali para garantir o direito dos novos colonizadores? Em especial para a consolidação da forma de pensar e organizar europeia ou “central” sobre os novos territórios a serem “conquistados” (QUIJANO, 2014, p. 285-6).

O depoimento de Maria Darci dos Santos Souza apresenta uma narrativa de violência e intimidação por parte de grileiros que a perseguem por causa de seu marido, João Claudino de Souza, vulgo João Professor. O relato sugere que a presença de Maria Darci na Nova Vida, onde estava hospedada na casa de Zé do Jaime, levou à atenção de um grileiro local, Lourimar Lobo, que aparentemente tinha interesse em saber mais sobre ela. A partir daí, o relato indica que a situação se tornou cada vez mais tensa e ameaçadora, com a chegada de pistoleiros na região e o medo de Maria Darci de ser perseguida pelos grileiros. O depoimento também sugere que a violência e intimidação por parte dos grileiros têm como objetivo pressionar Maria Darci a entregar informações sobre seu marido.

A partir dessa análise, pode-se inferir que o depoimento de Maria Darci dos Santos Souza se insere em um contexto mais amplo de conflitos fundiários e violência na região. Além disso, o relato aponta para a vulnerabilidade das mulheres nesse contexto, que muitas vezes são alvo de violência e intimidação como forma de pressionar seus companheiros ou familiares.

Outro aspecto importante a ser destacado é a questão da grilagem de terras, um problema histórico e recorrente no Brasil. A presença de grileiros na região indica uma disputa pelo controle da terra, o que muitas vezes leva a conflitos violentos com as comunidades locais. Esses conflitos, por sua vez, têm profundas implicações sociais, econômicas e ambientais, afetando a vida de milhares de pessoas.

O depoimento de Maria Darci dos Santos Souza pode ser visto como uma denúncia da violência e da impunidade que ainda persistem em muitas regiões do Brasil. É importante destacar a coragem de Maria Darci em vir a público relatar sua experiência, o que pode contribuir para a conscientização e mobilização da sociedade

em torno dessa questão.

Primeiramente, é importante destacar que a presença de grileiros na região é resultado de um processo de colonização que se baseou na apropriação de terras indígenas e na exploração dos recursos naturais. Esses grileiros se tornaram donos de grandes extensões de terra, muitas vezes através de meios ilegais, e passaram a usar a violência para manter o controle sobre a região.

No depoimento de Maria Darci, podemos ver como esses grileiros se sentiam no direito de interrogar e perseguir os habitantes da região, que eram vistos como ameaças ao seu poder. A presença de pistoleiros também demonstra como a violência era usada como forma de intimidação e de controle social.

Além disso, é importante destacar que a situação de vulnerabilidade de Maria Darci e sua família é agravada pela condição de mulher e mãe. O fato de ela ser esposa de um líder comunitário a torna alvo de perseguição e violência por parte dos grileiros, que viam nela uma forma de atingir o marido.

Todas essas questões demonstram como a região do Bico do Papagaio é marcada por relações de poder assimétricas e opressivas, que se baseiam em uma lógica de colonização e exploração. Nesse sentido, uma análise decolonial permite compreender o depoimento de Maria Darci como um exemplo da luta contra essas relações de poder e de resistência à opressão.

Além disso, podemos perceber também a violência psicológica, que se expressa no medo e na insegurança constantes que as comunidades rurais enfrentam diante dessas ameaças. O medo de Maria Darci de voltar para sua casa na Nova Vida e a sensação de estar sendo perseguida refletem a vulnerabilidade e a precariedade em que essas comunidades vivem.

Nesse sentido, uma análise decolonial do depoimento de Maria Darci nos permite compreender que as formas de violência e opressão que ela e sua família enfrentam não são eventos isolados, mas estão enraizadas em estruturas mais amplas de poder e dominação que atravessam a história e a sociedade brasileira.

Nessas diferentes imagens já expostas e textos é possível perceber uma

associação entre a Igreja da diocese de Tocantinópolis com a luta pela terra. Trata-se de uma diocese que se apresenta, na revista Voz do Norte, como comprometida com a “opção pelos pobres”.

2.3 Opção preferencial pelos pobres: o impacto das conferências de Medellín & Puebla

Desde a década de 1970, o Brasil, em especial o Bico do Papagaio, tem sido palco de significativas mudanças agrárias, que implicaram em uma nova estrutura agrícola atrelada às questões socioeconômicas. Essa transformação deslegitimou as formas tradicionais de produção e subsistência, sendo substituídas por uma complexa estrutura agrária vinculada à indústria agroalimentar e à especulação fundiária. A desapropriação de terras tem gerado intensos conflitos sociais entre camponeses e empresas agrícolas. Diante deste cenário, parte da Igreja Católica se viu obrigada a tomar posição em defesa dos grupos camponeses que sofriam diversas formas de violência e eram privados de seu único meio de sobrevivência: a terra.

A revista Voz do Norte busca demonstrar que a "opção preferencial pelos pobres" não é apenas uma iniciativa pessoal do bispo da diocese de Tocantinópolis e de alguns padres e freiras que atuavam na região. A publicação tenta estabelecer um diálogo com os fiéis católicos, esclarecendo que essa opção é, na verdade, uma estratégia política e religiosa que surgiu durante o Concílio Vaticano II (1962-1965) e foi adotada pelos bispos latino-americanos em Medellín (1968) e Puebla (1979). Essa "opção" implica em uma mudança de direcionamento da Igreja na América Latina em relação à sua concepção teológica e filosófica. Ela implica na formação das bases comunitárias, as quais devem articular a leitura da Bíblia com a realidade social. O poeta Pedro Tierra, amigo pessoal do Padre Josimo, salientou esse aspecto.

Ao lutar contra as cercas, Josimo representou uma terrível ameaça para os latifundiários. Para eles, era inconcebível que um negro pudesse ser padre, ou que um padre pudesse ser negro. Durante muitas gerações, estavam acostumados a dominar os trabalhadores, e o fato de que Josimo, ele mesmo um lavrador, pudesse falar pelo seu povo e denunciar os donos de terras não tinha precedentes. Josimo representava a possibilidade impensável de vitória dos mais fracos (*Apud* LE BRETON, 2000, p.111).

Em meio aos conflitos agrários na região do Bico do Papagaio, o depoimento de

Mara, de Buriti, revela um pouco dessa “opção preferencial pelos pobres”: feita pelo padre Josimo Tavares:

Josimo costumava dizer que todo mundo deveria ter um pedaço de terra para plantar o que precisa para comer. É claro que os fazendeiros não gostam disso. Eles querem que nós dependemos deles a vida toda. Josimo disse que somos todos filhos de Deus e que Deus é o nosso pai. Nenhum pai quer que um filho seja rico e tenha tudo o que quiser, enquanto os outros filhos são pobres e não têm nada[...] Deus fez a terra para todos nós. Josimo arrumou muitos inimigos porque falava nisso!

Segundo o historiador Emerson Sbardelotti (2019), não é possível discutir Medellín e Puebla sem destacar o papel do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965). Esse foi o maior evento da Igreja Católica no século XX, mas revelou uma instituição ainda distante das questões latino-americanas. A Teologia Latino-americana e Caribenha foi desenvolvida com diversas contribuições, a partir da leitura popular da Bíblia e da junção com a pesquisa acadêmica.

Ao final do Concílio, quarenta padres firmaram o Pacto das Catacumbas, que contou com a participação de Dom Hélder Câmara. Esse compromisso influenciou o desenvolvimento da Teologia da Libertação e abriu caminho para os novos rumos da segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-americano, realizada em Medellín. Foi nessa conferência que surgiu o conceito da "opção preferencial pelos pobres", que se tornou uma das principais bandeiras da Igreja Católica na América Latina.

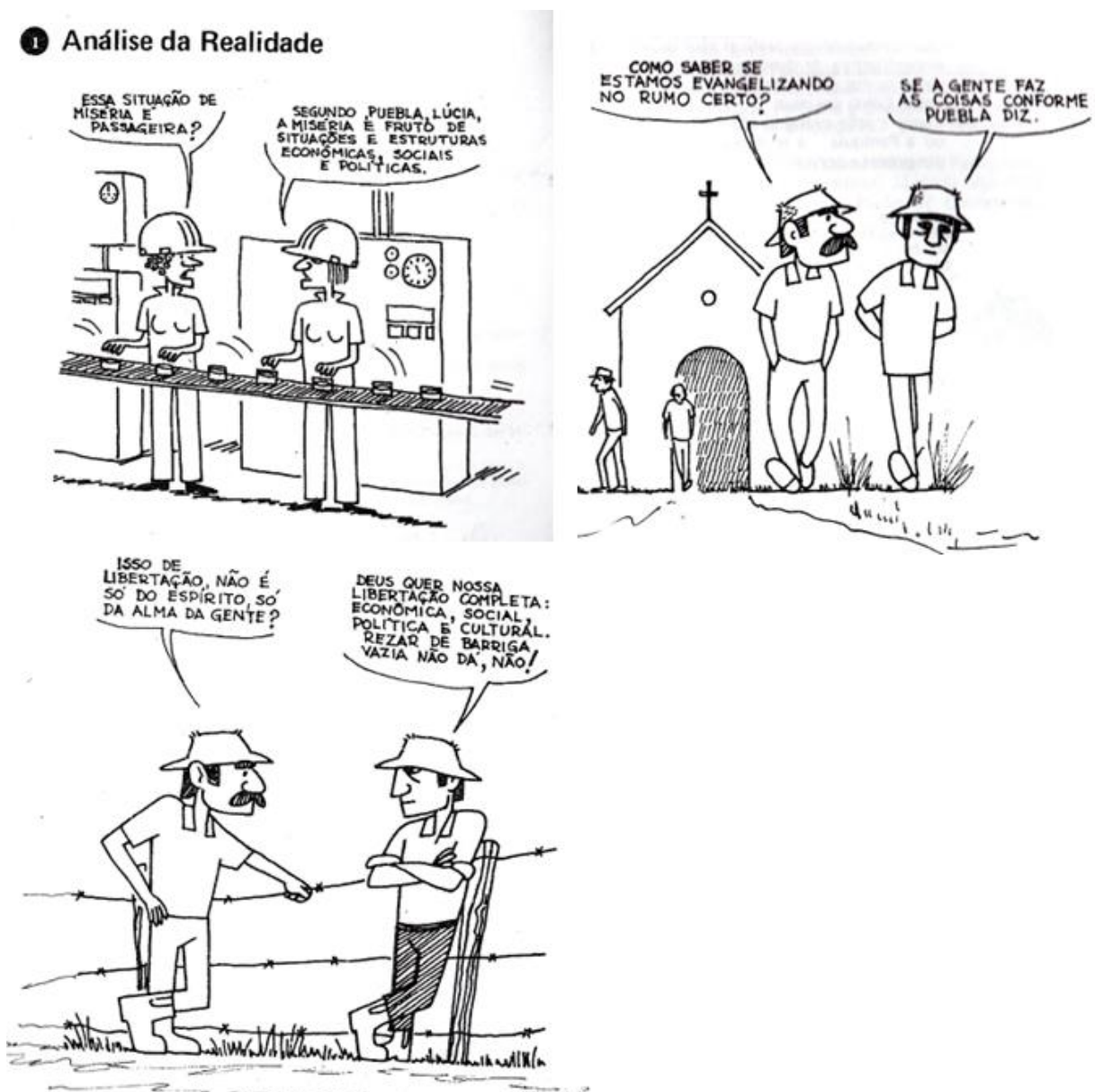
Medellín foi um marco na história da Igreja Católica na América Latina, pois foi a primeira vez que os bispos latino-americanos se reuniram para discutir as questões sociais e políticas da região. Nessa conferência, foi enfatizada a necessidade de uma Igreja mais próxima do povo, que se engajasse nas lutas sociais e na defesa dos direitos dos mais pobres e marginalizados. Essa postura foi baseada na leitura popular da Bíblia e na compreensão de que a fé não poderia ser desvinculada da realidade social.

A partir dessa nova perspectiva, a Igreja Católica passou a se envolver mais ativamente nas lutas sociais, apoiando movimentos de trabalhadores rurais, de indígenas, de negros e de mulheres. A Teologia da Libertação se tornou uma importante ferramenta de reflexão e ação pastoral, na medida em que buscava dar respostas concretas às injustiças sociais e econômicas que afetavam a população

latino-americana.

Dessa forma, a Teologia da Libertação e a opção preferencial pelos pobres foram fundamentais para a formação de uma Igreja mais comprometida com a justiça social e com a transformação da realidade latino-americana. A influência do Concílio Vaticano II e do Pacto das Catacumbas foram decisivas para o desenvolvimento dessa nova postura da Igreja Católica na América Latina, que se mostrou mais próxima do povo e mais engajada nas lutas sociais e políticas da região.

Figura 8: Charge referente a Puebla publicado na revista A Voz do Norte.



Fonte: **VOZ DO NORTE**. Informativo pastoral da Diocese de Tocantinópolis. Ano 3, n. 4, 1985, p. 13 - 16.

A Conferência de Puebla foi uma reunião de bispos católicos realizada na cidade de Puebla, no México, em 1979. O objetivo da conferência era reunir os bispos latino-americanos para discutir os desafios que a Igreja Católica enfrentava na região, como a pobreza, a desigualdade social e a falta de direitos humanos. A conferência também teve como objetivo repensar a teologia católica para que ela se tornasse mais relevante para as questões sociais e políticas da América Latina.

A conferência produziu um documento final, conhecido como "Documento de Puebla", sendo uma das principais referências para a Igreja Católica na América Latina nas décadas seguintes. O documento enfatizou a importância da justiça social, da solidariedade com os pobres e marginalizados, do diálogo inter-religioso e da defesa dos direitos humanos.

A igreja católica a partir da Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-americano que ocorreu na cidade de Medellín, Colômbia, realizados entre 24 de agosto a 06 de setembro de 1968, marcou uma guinada em direção a uma renovação em que se propõe um olhar específico para cada realidade regional e de acordo com seu discurso fez "compromisso diante da vocação da pobreza de Cristo", recuperando criticamente o contexto da América Latina com regimes militares. Questão que recebeu incentivo do papa Paulo VI que contribuiu significativamente para colocar essas propostas em prática.

A pobreza da Igreja e de seus membros na América Latina deve ser sinal e compromisso. Sinal de valor inestimável do pobre aos olhos de Deus; compromisso de solidariedade com os que sofrem. (...) Devemos tornar mais aguda a consciência do dever de solidariedade para com os pobres; exigência da caridade. Esta solidariedade implica tornar nossos seus problemas e suas lutas e em saber falar por eles (CELAM, 2010, p. 198-199, Med.)

Seus membros assumiram a perspectiva voltada aos desfavorecidos seguindo os preceitos de Deus, de solidariedade e caridade com aquele que padecem, envolvendo com os seus problemas e suas lutas. Medellín foi um espaço de encontro de grandes transformações. De acordo com Gandin (1995, p.32), com relação a Medellín:

Se compararmos o Concílio Vaticano II, cujos últimos documentos foram escritos em 1965, com Medellín, é possível notar claros avanços rumo a uma postura progressista. O documento fala em 'violência institucionalizada' que,

para ser destruída, precisa de 'transformações globais audazes e profundamente renovadoras'. Fala que 'o sistema capitalista atento contra a dignidade da pessoa humana porque tem como pressuposto a supremacia do capital, seu poder e sua discriminatória utilização em função do lucro'

Já a Conferência de Puebla (1979) evidenciou-se as disputas entre as alas "conservadoras" e "progressistas" da Igreja Católica. De certo, o resultado da Conferência, "a opção preferencial pelos pobres", mostrou a força progressista, mas o texto não avançou no sentido de uma análise mais aprofundada da realidade latino-americana. Mesmo assim, "Puebla confirma os pressupostos da Teologia da Libertação, que, naquele momento, já alcançava até mesmo os centros de reflexão teológica na Europa e nos Estados Unidos" (SOUZA, 2005, p.224). A *Voz do Norte* faz a tradução das resoluções de Puebla, validando essa opção ao ressaltar que a Igreja deve, constantemente, avaliar a sua caminhada no meio do povo, além de estar atenta aos sinais dos tempos, a vontade divina e os anseios dos homens. Uma Igreja que está a serviço, veja:

Figura 9: Puebla na Voz do Norte

ESPECIAL

A Igreja Latino-Americana, a práxis da III Conferência do Episcopado Latino-Americano em Puebla

IGREJA POBRE E SERVIDORA

1. SUBSIDIOS PARA UMA MELHOR COMPREENSÃO DA IGREJA

Para se compreender a Igreja é preciso levar em conta o que existe em relação entre o Reino e o Mundo. Estas duas realidades transcendem e ao mesmo tempo, sustentam as condições de possibilidade da Igreja.

A primeira realidade, o Reino de Deus, por suas dimensões de imanência e transcendência, engloba a Igreja e o Mundo. O Reino de Deus é o conteúdo de toda a pregação de Jesus. A sua realização é na intenção de Jesus de Nazaré, a vontade do PAI. Para Jesus, o Reino de Deus é o momento em que Deus vai reinar definitivamente entre os homens, é o reinado de Deus trazendo a libertação de toda imperfeição e construindo a salvação de forma definitiva.

O Mundo é o espaço de realização do Reino, porém a presença do pecado e da injustiça exige um processo de conversão, de libertação para que sejam criadas as condições necessárias para a instrução do Reino.

A Igreja está no mundo, faz parte do mundo, mas é aquela parte que acolheu o Reino de Deus, no Espírito Santo, de forma explícita na pessoa de Jesus Cristo. A Igreja não possui uma identificação absoluta com o Reino, isto é, ela não é o Reino; mas está a serviço de sua constante realização.

Estas três realidades coexistem de forma articulada. Não é possível visualizar uma dessas realidades prescindindo-se a ligação com as demais.

O Reino de Deus se apresenta como primeira e última realidade capaz de englobar as demais. O mundo surge como lugar histórico do Reino de Deus, espaço de reali-

zação a Igreja. A Igreja aparece como realidade que antecipa e sacramentaliza o Reino no mundo.

Desde os primórdios da história do cristianismo, a Igreja traz em si o Mistério de Jesus Cristo, isto é, o Mistério de Deus Uno e Trino realizado na encarnação do Logos. Porém, a Igreja não é simplesmente o desenvolvimento de Jesus Cristo, ela é um Mistério do chamamento divino por Jesus Cristo, no Espírito Santo, e é também, o Mistério da livre decisão humana.

Considerando a Igreja como início e órgão do Reino de Deus, Michael Schmaus a descreve como sendo: "Corpo de Cristo, é o povo de Deus do Novo Testamento, que vive, age e está a serviço do Reino de Deus e da salvação dos homens. A Igreja é condicionada pelo Reino, que caminha para o absoluto futuro dos homens servindo ao mundo".

A luz dos critérios: evangélicos e do critério por excelência, Jesus Cristo, podemos julgar a Igreja em seu caminhar histórico. Este julgamento nos revela duas dimensões da Igreja: Santa e Pecadora. Isto nos mostra que, a Igreja é marcada pela fragilidade humana e ao mesmo tempo, é amparada pela potência divina do Espírito Santo.

Por isso, ainda que em alguns momentos históricos percebamos o afastamento da Igreja de sua "fonte" e "finalidade", percebemos também um forte apelo à retomada do caminho. Mesmo que, visivelmente, a Igreja seja uma instituição humana não é possível reduzi-la somente à esta dimensão, pois é o próprio Espírito Santo que, por meio de pessoas (batiza-

dos) ou situações faz surgir a outra dimensão da Igreja.

É a práxis dessa idéia que encontramos na figura do Papa João XXIII. Um instrumento utilizado pelo Espírito Santo no momento da convocação do Concílio Ecu- mênico Vaticano II.

Através deste Concílio, é que, a Igreja teve a possibilidade de, mais uma vez, rever sua caminhada e procurar nos "Sinais dos Tempos" a vontade de Deus e os anseios dos homens. Mais uma vez a Igreja se viu obrigada a sair de si mesma e se colocar na dinâmica da relação com o Reino de Deus e com o mundo.

O Concílio Vaticano II propiciou à Igreja Latino-Americana um olhar para a sua realidade e possibilitou buscas e respostas concretas para problemas concretos à luz da própria libertação e de vida presente em Jesus Cristo e no conteúdo de sua pregação, do Reino de Deus.

2 - A IGREJA LATINO-AMERICANA - A PRÁXIS DE PUEBLA: ACONTECIMENTO ECLESIAL.

A Igreja da América Latina tem procurado ser fiel aos critérios evangélicos e às necessidades do povo de seu continente e de seu tempo. Neste sentido a III Conferência do Episcopado Latino Americano (CELAM) se transformou num acontecimento eclesial da maior importância. Não se trata simplesmente de ver no encontro dos bispos em Puebla um laboratório onde foi produzido um texto; mas de perceber aí um fator determinante para a evangelização no presente e no futuro da América Latina.

14

Fonte: **VOZ DO NORTE**. Informativo pastoral da Diocese de Tocantinópolis. Ano 4 N°3. 1986 p.14 -15.

A opção pelos pobres foi menos contundente em Puebla do que havia sido Medellín.

Na Igreja da América Latina, nem todos nós temos comprometido bastante com os pobres; nem sempre nos preocupamos com eles nem somos com eles solidários. O serviço do pobre exige, de fato, uma conversão e purificação constante, em todos os cristãos, para conseguir-se uma identificação cada dia mais plena com Cristo pobre e com os pobres (CELAM, 2009, p. 326, Puebla).

No período que separa a Conferência de Medellín da Conferência de Puebla, a América Latina e o Caribe foram marcados por um período de ditaduras militares caracterizadas por violência, repressão e violações dos direitos humanos. Durante esse tempo, tantos líderes leigos quanto religiosos foram alvos de perseguição e assassinato. No entanto, nos anos seguintes à Conferência de Medellín, muitos países da região passaram a ser governados por regimes militares autoritários. Esses regimes buscaram reprimir movimentos sociais, silenciar a oposição política e impor controle sobre a sociedade. Durante esse período, líderes religiosos e leigos que se posicionaram contra as ditaduras e defenderam os direitos humanos foram alvo de perseguição, prisão, tortura e assassinato. Muitos desses líderes estavam engajados em causas sociais e trabalhavam em prol da justiça, da igualdade e da defesa dos mais vulneráveis. Esses assassinatos e a perseguição de líderes religiosos e leigos foram uma tentativa de silenciar vozes críticas e desencorajar a mobilização social. No entanto, mesmo diante de repressão e violência, muitos indivíduos continuaram a lutar pelos direitos humanos e pela justiça social na região. (SBARDELOTTI, 2019. p. 16). Para Leonardo Boff e Luigi Zoja (2016, p. 50):

O contrário da pobreza não é a riqueza, mas a justiça. A pobreza é uma forma de opressão, e contribuir com ela é um pecado. Essa era a posição da igreja latino-americana e das comunidades de base, que lutavam pelo respeito aos direitos humanos fundamentais. E o primeiro é o direito à vida; o segundo é o direito aos meios de subsistência: alimentação, trabalho, moradia e saúde. Em contraste com a visão geral, que põe todos os direitos no mesmo plano, para nós havia prioridades, pois vivíamos em situações extremas. Procurávamos despertar nos pobres a consciência da própria opressão. O teólogo da libertação se acha radicado no mundo, vê a injustiça e a miséria, e reage com a indignação cristã. Pois esta, em certos casos é sacrossanta.

A teologia da libertação rompia com a concepção anterior de Igreja. Ela ensinava que a realidade social deveria ser lida a partir da fé. A partir dela há a

exposição da situação da pobreza como injustiça social, representando uma forma de opressão do capital sobre o trabalhador. Assim, ela redimensiona a libertação, ou seja, a partir da articulação entre fé cristã e práxis libertadora, novos sujeitos e novas sociedades serão construídas e as injustiças e opressões suprimidas. Nessa perspectiva discursiva, a libertação se faz com e a partir dos pobres. A Igreja católica passa a ser apenas a mediadora desse processo, a inclusão dos fiéis no processo, por menor que seja, tem impacto, como no Bico do Papagaio. Veja a narrativa de uma jovem católica de São Sebastião:

[...]Quando Josimo chegou, os fazendeiros começaram a deixar de ir à igreja. E quase todo mundo também. A gente começou a ficar perto da porta da igreja, mais por curiosidade, e Josimo convidou para entrar.[...] Nunca pensei que fosse tão bom. Nunca pensei que seria um começo novo.

Ele ensinou a Bíblia para a gente. Fez a gente participar na missa pedindo para cantar ou ler, depois explicava o que a gente estava fazendo.[...] A gente achava que não podia fazer, sabe. Porque a gente não sabe ler. Mas ele dizia; “Vocês podem não saber ler muito, mas vocês têm inteligência”. Ele ensinava a gente a ler a Bíblia e perguntava a nossa opinião. Mandava todo mundo falar! [...] (*Apud* LE BRETON, 2000, p.65-66).

Nem todo o clero na América Latina tinha o chamado compromisso com os pobres. A jornalista inglesa ao entrevistar diversos sujeitos sociais na região do Bico do Papagaio, ouviu do prefeito de Buriti, um dos principais inimigos do padre Josimo, João Olímpio disse que:

Tem violência sim, mas nunca contaram a história direito. É tudo culpa da Igreja. Quando Padre Josimo chegou aqui, ele começou a ensinar todos os tipos de truques para o povo. A invadir terras, por exemplo. É claro que os fazendeiros reagiram fortemente. Eles haviam comprado a terra, e aí estava a igreja promovendo toda sorte de violência e confusão.

[...]

E a Igreja os apoia. Esta errado! Anticristo é o que eu chamo. Quanto a Igreja apoiar o Partido dos Trabalhadores.... Não adianta nada, a não ser para promover a divisão de classes. Isso nunca existiu. Quando eu estava no colégio, os padres pregavam o Evangelho e nos mandavam lutar contra o comunismo. Agora eles mudaram completamente. E isso não esta nada bem. [...] Padre Stanislau amava a todos, mas Josimo só ligava para os pobres (*Apud* LE BRETON, 2000, p.96).

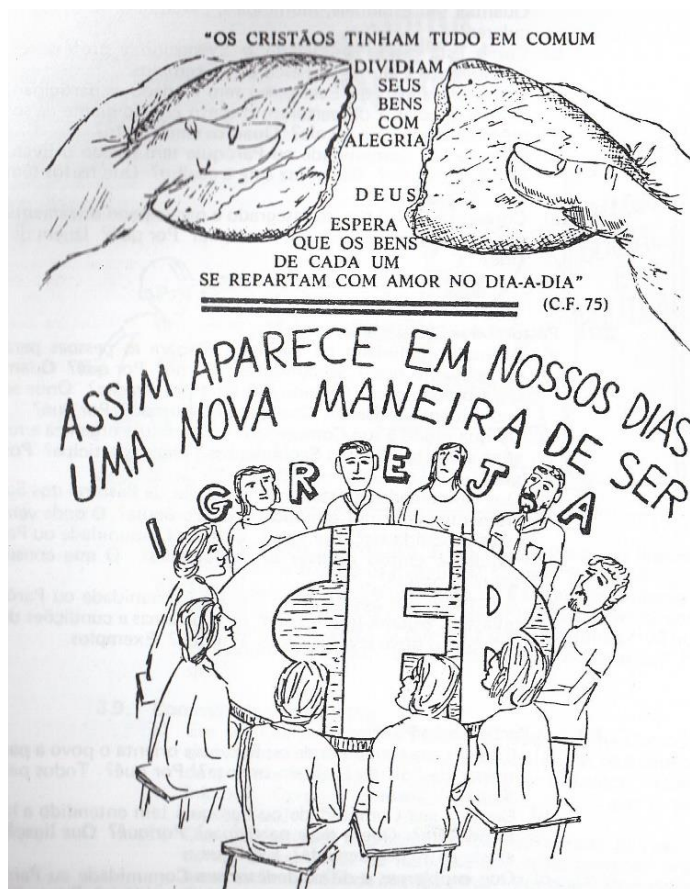
Aos olhos do católico conservador, a Igreja que havia feito a opção preferencial pelos pobres estava errada, porque além de provocar a divisão de classes, incentivava

a luta dos camponeses pela terra, provocando a violência. Nessa concepção, o padre estrangeiro que “amava a todos” e não se envolvia nas questões terrenas, estava correto enchia a igreja nas suas celebrações.

Em 1978, Frei Leonardo Boff lança o livro *A fé na periferia do mundo*, no qual procura explicar o método da teologia da libertação: ver, julgar e agir. Esse método é importante porque foi utilizado nas Comunidade Eclesiais de Base - CBs, na diocese de Tocantinópolis. Para o frade, toda teologia se constrói a partir de dois lugares: o lugar da fé e o lugar da realidade social. A realidade social deve ser lida a luz da fé. Aplica-se a metodologia de análise da realidade a partir da compreensão de que é necessário dar a voz ao oprimido, é do lugar dele, com a sua ótica, com seus interesses e em função das transformações sociais que lhes façam justiça, que é feita a análise. Após ver a realidade social passa-se para o seu julgamento à luz da fé cristã. Estudam-se os passos concretos para agir, no sentido de superação da realidade de opressão e exclusão social. Enfim, exige-se dos cristãos o envolvimento nas questões sociais porque compreende-se que a presença da opressão contradiz o designo histórico de Deus e impõe-se a luta pela libertação.

Como fala Puebla, ao analisar profundamente a situação presente no período, entender-se que a pobreza não é uma etapa casual, mas sim um reflexo de determinadas situações e estruturas econômicas, sociais e político que são vigentes a séculos. Que perpétua a fome, desemprego, grilagem na terra, mortalidade infantil, salários baixos, falta de moradias adequadas, problema na assistência da saúde pública, falta de trabalho e alto índice de migrações.

Figura 10: Os fundamentos da CEBS em imagem



Fonte: **VOZ DO NORTE**. Informativo pastoral da Diocese de Tocantinópolis. ano 1 N°3. 1983 p.20.

Na parte superior da imagem, é possível notar a partilha do pão, acompanhada da frase que faz alusão aos primeiros cristãos, que compartilhavam tudo em comum. Na parte inferior, os fiéis estão representados em círculo, sem hierarquias, homens e mulheres compartilhando a palavra e analisando a realidade. Como se pode observar em vários volumes do periódico, a reflexão das CEBs é baseada em um levantamento da realidade, com denúncias de opressão, expropriações e violência, sempre orientadas por um projeto de fundo, isto é, por uma utopia que os grupos sociais constroem e na qual vislumbram um futuro melhor.

A teologia da libertação, marcada pela tradição revolucionária marxista, pretende estabelecer novas relações de poder tanto no interior do campo religioso quanto na sociedade em geral. De acordo com Boff (1983, p.22), "Os grupos dominados preferem utilizar o método dialético que coloca no centro a ideia de luta e vê a sociedade como um todo contraditório [...] considera a sociedade de baixo para

cima, de onde ela emerge como luta e confronto".

A revista *Voz do Norte* nos ajuda a compreender as ideias que mobilizaram alguns padres e leigos na região do Bico do Papagaio durante a década de 1980. Essas ideias estavam alinhadas com a Teologia da Libertação, que buscava uma Igreja mais engajada nas lutas sociais, na defesa dos direitos dos mais pobres e marginalizados e na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A partir dessa perspectiva, os fiéis eram incentivados a se organizar em comunidades de base, onde poderiam compartilhar suas experiências e refletir sobre as questões sociais e políticas da região.

A revista *Voz do Norte* foi um importante veículo de comunicação para disseminar essas ideias e estimular o engajamento dos fiéis nas lutas sociais. A partir de uma abordagem crítica e reflexiva, a publicação levantava questões e denunciava as injustiças sociais e econômicas que afetavam a população da região. Além disso, a revista buscava desmistificar a ideia de que a Igreja deveria se manter distante do mundo e das questões políticas e sociais.

Dessa forma, a Teologia da Libertação e as reflexões das CEBs foram fundamentais para estimular um novo tipo de atuação da Igreja Católica na América Latina, mais próxima dos problemas e das lutas sociais da população. Essa perspectiva de uma Igreja mais comprometida com as questões sociais e políticas teve grande impacto na região do Bico do Papagaio, onde diversos padres e leigos se engajaram nas lutas camponesas e na defesa dos direitos dos trabalhadores rurais.

A partir das reflexões da Teologia da Libertação, os grupos sociais passaram a se organizar em torno de uma utopia de transformação social, buscando novas formas de relações de poder e de justiça social. A *Voz do Norte* foi uma importante ferramenta de difusão dessas ideias, levando aos fiéis a reflexão sobre a realidade social e econômica da região e incentivando o engajamento na luta por um mundo mais justo e igualitário.

Portanto, a revista *Voz do Norte*, juntamente com a Teologia da Libertação e as reflexões das CEBs, foram fundamentais para a formação de uma Igreja mais comprometida com as questões sociais e políticas da América Latina. Essas ideias

tiveram grande impacto na região do Bico do Papagaio, mobilizando padres e leigos na luta por transformações sociais e na defesa dos direitos dos mais pobres e marginalizados. A partir dessa perspectiva, a Igreja Católica passou a se mostrar mais próxima do povo e mais engajada nas lutas sociais, promovendo mudanças significativas na região.

A teologia da libertação e as CEBs, por sua vez, buscaram uma abordagem crítica e reflexiva sobre a realidade social e econômica da América Latina, refletindo sobre as condições de vida da população mais pobre e denunciando as injustiças e desigualdades presentes na sociedade. Essas reflexões foram importantes para estimular o engajamento dos fiéis nas lutas sociais e para promover uma transformação social mais ampla.

Assim, a Voz do Norte foi uma importante ferramenta de comunicação para disseminar essas ideias e para estimular o engajamento dos fiéis nas lutas sociais. Por meio de uma abordagem crítica e reflexiva, a revista levantou questões importantes sobre a realidade social e econômica da região, denunciando as injustiças e promovendo uma perspectiva de mudança e de transformação social.

Em suma, a Teologia da Libertação, as CEBs e a revista Voz do Norte foram fundamentais para a formação de uma Igreja mais comprometida com as questões sociais e políticas na América Latina. Essas ideias tiveram grande impacto na região do Bico do Papagaio, mobilizando padres e leigos na luta por transformações sociais e na defesa dos direitos dos mais pobres e marginalizados. A partir dessa perspectiva, a Igreja Católica passou a se mostrar mais próxima do povo e mais engajada nas lutas sociais, promovendo mudanças significativas na região.

3.0 AS DIFERENTES VOZES: OS MOVIMENTOS SOCIAIS E A RESISTÊNCIA CAMPONESA NA VOZ DO NORTE

3.1 Conceito de movimentos sociais

De acordo com Scherer-Warren (1984) a concepção do termo “movimentos sociais” começou partir da sociologia acadêmica, por meio da obra do economista e sociólogo Lorenz Von Stein durante o século XIX, quando o estudioso lança a problemática de uma necessidade de uma ciência que tivesse como objetivo de estudo o movimento proletariado francês, dentro do cenário do nascimento das ideologias marxistas, em que o comunismo e socialismo estava emergindo. Para Fabrini (2007) a ideia e concepção de movimento social só se aplica quando se tem uma estrutura organizacional de grupo: “Pois a existência de movimentos sociais exige forte expressão de dimensão coletiva”:

Essas reações podem ocorrer sob forma de: - denúncia, protesto, explicitação de conflitos, oposições organizadas; - cooperação, parcerias para resolução de problemas sociais, ações de solidariedade; - construção de uma utopia de transformação, com criação de projetos alternativos e de propostas de mudança... Pode-se, pois, falar dos movimentos pela paz, ecológico, feminista, negro, de direitos humanos ou exclusão social, e assim por diante. (SCHERERWARREN, 1999, pp. 15-16).

De acordo com Karine Pereira Goss e Kelly Prudencio (2004) a partir do século XX, o termo movimentos sociais definia apenas os movimentos sindicalistas dos trabalhadores, a partir da década de 1960 o termo assumiu uma questão também teórica e imprecisa. Com aprofundamento do conceito nas últimas décadas não há um consenso, mas aprimorou a discussão entre os pesquisadores sobre o seu contexto e significado. Alberto Melucci (1999) é um dos especialistas que questionam o conceito, para ele tal denominação torna reducionista, defende o conceito de ações coletivas. Essas questões expõem para uma problemática presente em que muitos estudiosos dessa área indicam o uso indiscriminadamente para definição de qualquer associação civil. “Em grandes linhas podemos reconstruir a trajetória dos movimentos sociais (ações coletivas) em três períodos: os anos 1970 e 1980; os anos 1990 e início do 2000 e os anos mais recentes, marco da eleição de candidatos de partidos de esquerda” (MUTZENBERG, 2010) (MUTZENBERG, 2011, p. 129).

como a “descoberta da sociedade como lugar da política”. Os autores deixam de analisar os sujeitos políticos apenas na relação classe-partido-Estado. Os partidos e sindicatos perdem o lugar de protagonistas políticos para os movimentos populares que ocorrem no bairro, no espaço social da moradia. Telles ressalta ainda que, com a ocorrência de estudos que não mais privilegiam a posição do sujeito dentro do processo de produção — como aqueles sobre as condições das mulheres, nos quais mostra-se que há diversas formas de pessoas diferentes vivenciarem uma mesma condição de classe —, houve abertura para uma discussão que questiona a noção unívoca de classe social. A autora afirma que a novidade dos movimentos populares também estava relacionada “com o reconhecimento da existência de sujeitos sociais que não se encaixavam na figuração tradicional e paradigmática da classe operária” (Idem, p. 66) e que por isso era necessário investigar a singularidade dessa configuração. Conforme sua conclusão, para entender os movimentos populares daquele momento histórico o conceito de classe social parecia estreito demais (TELLES, 1987, p. 62 *apud* GOSS, K. P.; PRUDENCIO, K. 2004, p. 77)

Entre as décadas de 1970 e 1980 os movimentos sociais ganhavam protagonismo, pelo cenário político nacional, os movimentos populares e de trabalhadores durante o período formou uma forte oposição ao regime militar e suas políticas antissociais, e a falta do processo democrático, emergia também novas pautas sociais, chamados movimentos identitários (gênero, étnico, ambientalista). Os movimentos sociais viviam na ilegalidade na década de 70, momento em que atuação ficava na clandestinidade, contudo exerciam grande influência e um papel necessário para a resistência. Durante os anos 80, os movimentos sociais se tornaram mais institucionalizados por meio da abertura política e do fim da ditadura (pelo menos formalmente) no Brasil. Esse período entre 1970 e 1980 evidenciou uma nova estrutura de reorganização dos movimentos sociais e das ações coletivas. “Revitalização do sindicalismo rural e urbano [...] denominou novo sindicalismo, formação de organismos de apoio àquelas organizações, as ONGs, e a mobilização de distintas instituições da sociedade brasileira” (MUTZENBERG, 2011, p. 129).

Nos anos 1990, os movimentos sociais passam por um outro processo reivindicativo, após as conquistas adquiridas na Constituição Federal (1988). Começou a luta pela implementação dos direitos previstos, como a participação nos conselhos, exigindo os movimentos deixasse de ser meramente reivindicativo para ser propositivo, desempenhar atividades de planejamento, implementação e fiscalização de políticas públicas, alterando também a atuação de entidades de apoio aos movimentos sociais, em particular as ONGs (FERNANDES, 1988; BURITY, 1999b; GOHN, 2010).

Uma classificação aproximativa dessa presença pode ser sintetizada como: a) movimentos identitários que lutam por direitos sociais, econômicos, políticos e culturais (gênero, geração, portadores de necessidades especiais, imigrantes, territoriais, étnico-raciais, religiosos etc.); b) movimentos de lutas por melhorias nas condições de vida e trabalho, tanto rurais como urbanos (terra, trabalho, equipamentos coletivos, habitação etc.); e c) movimentos globais ou globalizantes (Fórum Social Mundial, Via Campesina, Jornada Ação Global dos Povos etc.) (MUTZENBERG, 2011, p. 130).

O conceito de movimentos sociais está relacionado com a organização de ações ligadas ao coletivo, que se manifestam na conjuntura históricas e sociais específicas. Seus agentes fazem a contestação. Estas, expressam-se na forma de denúncia e protesto; contribuindo para o fortalecimento de laços para cooperação e parceria, uma união que atende a perspectiva de solucionar problemas sociais e desenvolver novas estratégias de atuação. O conceito vai agregando novos valores e significados “perante a uma nova geração de conflitos sociais e culturais, caracterizados pela luta sobre as finalidades da produção cultural, educacional, de saúde e informação de massa” (MUTZENBERG, 2011, p. 130). Caracteriza-se por meio da convocação do indivíduo resistente a uma configuração de dominação social a qual se opõe e aduzem “valores, orientações gerais da sociedade”.

Os movimentos sociais, contudo, constitui-se na consciência de um conflito e um adversário. Porém, esta afirmação exclui parte das questões presente nas ações coletivas, mas na dimensão em que há uma dificuldade de localizar conflito ou adversário, quase automaticamente a formação de movimentos é muito dificultoso a constituição ou a permanência. “E dos movimentos históricos — que põem em questão uma elite e apelam ao povo contra o Estado” (GOSS, K. P; PRUDENCIO, K. 2004, p. 79).

Diversidade e direitos: Movimentos de gênero, em particular pesquisas sobre os diversos movimentos de mulheres (camponesas, indígenas, negras, ligados à questão religiosa etc.), envolvendo distintos temas: saúde, violência, direitos reprodutivos, discriminação, trabalho entre outros; manifestações sóciopolítico-culturais em favor do reconhecimento da diversidade sexual e de seus direitos⁶. A visibilidade dessas manifestações e êxito de conquistas de direitos individuais, que acabam por produzir conquistas gerais, tem como ator expoente o Movimento LGBT — Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais; movimentos negros, cuja discussão tem crescido nos últimos anos, particularmente a partir do debate sobre as cotas raciais nas universidades brasileiras e sobre a Lei 10.639/03; os movimentos de remanescentes de quilombos; movimentos indígenas; movimentos identitários e culturais como os geracionais, destacando-se os jovens e seus movimentos culturais — expressos, por exemplo, na música, via Hip Hop, Rap, grupos de cinema, entre outras formas —, a terceira idade e meninos e meninas de —ruall; movimentos sociais temáticos como o de

saúde; na última década houve um crescente interesse e desenvolvimento de pesquisas sobre associativismo, redes e sociabilidade inscritas na vida cotidiana (MARTINS; FONTES, 2004; SCHERRE-WARREN, 2001 *apud* MUTZENBERG, 2011, p. 134).

Os movimentos ligados às lutas por trabalho, habitação e serviços coletivos são mais tradicionais dentro das novas conjunturas formadas com o advento das transformações nas últimas décadas. Por exemplo, o movimento operário, conselhos municipais, associações de moradores, associações de amigos, movimento sem-teto e outros. No campo rural, temos os sindicatos dos trabalhadores rurais (STR), o movimento dos camponeses, o movimento indígena, dos seringueiros e dos pescadores. Todos esses movimentos foram ressignificados com tais mudanças, mas permaneceram e surgiram outras ações coletivas que se multiplicaram devido à busca por seus interesses. Surgiram por meio dos avanços socioculturais e das relações em que a sociedade teve que agregar, como as ações coletivas, "redes de centros comunitários, creches, centros culturais, oficinas para jovens, escolas para qualificação de trabalhadores no setor de serviços, pequenas cooperativas de produção e comercialização, entre outras", como afirma Gohn (2003, p. 23).

A diversidade dos movimentos sociais e seus direitos abre um espaço de aprendizagem e debate. De acordo com Maria da Glória Gohn (2010), a relação dos movimentos sociais está conectada com o processo de educação, pois é por meio dos movimentos que são gerados saberes, pelo seu aspecto político-social. Para entender isso, deve-se partir da análise das redes de articulações que constituem a práxis do cotidiano e questionar o contexto político, econômico, social e cultural do cenário nacional, dentro dessas questões é que as manifestações são realizadas. Essa composição é fundamental para perceber os motores que geram o aprendizado e os princípios de uma cultura política.

Portanto, os movimentos sociais são importantes expressões da sociedade civil e desempenham um papel fundamental na construção da democracia e na garantia dos direitos sociais. A diversidade desses movimentos e suas lutas são fundamentais para o aprendizado e o debate sobre as questões sociais, políticas e culturais do país. A relação entre movimento social e educação é essencial para a formação de uma cultura política participativa e crítica, capaz de transformar a sociedade e garantir a justiça social.

Esse “novo sujeito” organizava-se numa variedade de “práticas reivindicativas” (Doimo, op.cit., p. 95), como nos movimentos contra a elevação do custo de vida, por acesso à moradia, contra o desemprego, por melhores condições de saúde e de transporte coletivo, entre outros. Parte da ideologia desses movimentos vinha da Igreja Católica, que teve papel decisivo na sua formação e manutenção. É interessante ainda apontar um aspecto da militância desse período analisado pela autora: houve uma intensa valorização do cotidiano e também uma espécie de “rejeição de todo o tipo de racionalidade organizativa” (idem, p. 87), inclusive a instrumentalidade de um partido político. A comunidade, por excelência o lugar do cotidiano e das relações interpessoais, passou a ser o novo espaço do conflito e da emancipação (Goss, 2003) (GOSS, K. P; PRUDENCIO, K. 2004, p. 85)

Um agente fundamental nas relações dos movimentos sociais foi participação da igreja católica, por meio da ala progressista influenciados pela teologia da libertação, que teve o seu protagonismo através das CEBs e das pastorais, estava presente também no movimento da abertura política, chamada de diretas já. A pauta dessa articulação com os movimentos rurais e urbanos foi em prol das camadas mais pobres, em busca de justiça sociais. A igreja teve um grande engajamento nas pautas sociais por meio de suas lideranças eclesiais e seus militantes. CPT foi um grande expoente na organização estrutural, traçando estratégias mais eficazes de resistência.

De fato, as resistências dos posseiros, quilombolas, indígenas, pequenos arrendatários, seringueiros entre outras categorias ligada a terra no extremo norte de Goiás, na década de 1980, entra na concepção de movimentos sociais porque conseguiram se organizar através da CPT, por exemplo, mas também do Movimento Interestadual das quebradeiras de coco, entre outros.

Bogo (1999) ao tratar da luta dos sem-terra pela reforma agrária afirma que é necessário ampliar a relação com o comércio local para romper o isolamento e dialogar com a sociedade. É possível apreender, a partir dessa concepção, que as relações mercantis contribuem para a ampliação da geografia camponesa e, conseqüentemente, à consciência política (FABRINI, 2007, p. 11).

O MST tem construído a estruturar as famílias camponesas, por meio da organização do espaço. A criação de cooperativas com agricultura familiar, formação de um coletivo, são alguns aspectos de estratégias desenvolvidas pelo MST, são formas de excluir o isolamento e a inércia entre os camponeses. "Neste sentido, a formação de núcleos de produção e grupos de assentados, por exemplo, permite a aproximação e unidade entre as famílias assentadas, condição necessária para a construção da resistência" (FABRINI, 2007, p. 11). A extinção do isolamento dos

camponeses (assentados, posseiros e trabalhadores rurais) começa quando eles passam produzir e cultivar alimentos, possibilita a permitir a integrar socialmente, além de uma construção de consciência de classe e política. E ressalta que A consciência política e desenvolvimento são resultados de lutas e não necessariamente da modernização das forças produtivas.

3.2 Painel de vozes: As disputas e violência reportadas por agentes da CPT.

A região do Bico do Papagaio, no extremo norte do estado do Tocantins, é uma área marcada por intensas disputas agrárias e violência. Agentes da Comissão Pastoral da Terra (CPT) têm sido importantes atores na denúncia e enfrentamento dessas violências, bem como na defesa dos direitos dos trabalhadores rurais e das populações tradicionais da região.

Conforme Kotscho (1982), a região do Bico do Papagaio foi alvo de uma operação de despejo de camponeses que teve início em julho de 1980, em Sítio Novo - GO, quando 22 homens e uma mulher foram presos e duas casas foram derrubadas. Em Buriti, no povoado de Centro dos Mulatos, vinte lavradores foram presos. Onze outros camponeses foram presos em São Sebastião e sete foram despejados próximo à sede do município de Buriti. Em setembro do mesmo ano, ocorreu uma operação semelhante, em que trinta soldados do 3º Batalhão da PM de Goiás, comandados pelo tenente Isaías, despejaram cerca de duzentas famílias nas localidades de Jiboia, Centro do Carrasco, Santa Luzia, Juverlândia, Taubal e Centro do Moacir.

Crestani; Oliveira e Strassburg (2014) sublinha que a primeira manifestação de massa envolvendo os trabalhadores rurais, ocorreu durante o Ato Público de lançamento da Campanha Nacional pela Reforma Agrária, em 1984, que envolveu mais de 5 mil agricultores, lavradores, representantes de diversos movimentos sociais regionais e nacionais. Ao mesmo tempo que acontecia essa manifestação coletiva, um grupo de pistoleiros e grileiros, coordenados pelo grileiro Osmar Teodoro da Silva fazia ameaças e provocava os posseiros. No final, em uma briga de bar, o posseiro Vitorino Bandeira Barros matou, a facadas, o pistoleiro Nenzão, ligado à família de Osmar Silva. Em decorrência deste episódio, 127 casas foram queimadas, entre agosto e outubro de 1984, a mando do grileiro Osmar Teodoro da Silva, 27 lavradores e dois agentes de pastoral foram presos, quatro agentes de pastoral foram

processados e nove líderes de comunidade foram despejados e ameaçados de prisão por policiais militares. Nesse momento, também foram dados os primeiros passos do processo que culminaria na morte do padre Josimo, em 1986, conhecido Osmar Teodoro da Silva, era considerado um dos maiores grileiros da região e comandava um grupo de pistoleiros que agia com violência e brutalidade contra os pequenos posseiros de terra. Sua morte o transformou em mártir (SILVA, 2011).

Para enfrentar esse quadro de violência, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) organizou uma caravana com a participação de vários bispos e deputados federais na região do Bico do Papagaio, em novembro de 1984. Na medida em que a caravana passava, diversas manifestações eram realizadas, mobilizando centenas de trabalhadores em vários municípios do Bico. Ao longo do percurso, os bispos e os parlamentares ouviram dezenas de depoimentos sobre a violência contra os posseiros e agressões ao meio ambiente. Era a problemática social da região ganhando espaço no movimento mundial da defesa dos direitos humanos (SOARES, 2009; SILVA, 2011).

“Araguaína, porta de entrada para conflituosa região do Bico do Papagaio” (KOTSCHO, 1982, p. 59) remete as políticas do coronelismo, e ao velho oeste, onde prevalece o autoritarismo masculino como o Juiz João Batista de Castro Neto, acusado por lideranças da igreja, dos movimentos sociais, advogados. De acordo com Ricardo Kotscho (1982) em frente ao fórum da cidade foi pitando de verde “Presidência da República – Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional – Grupo Executivo de Terras Araguaia/Tocantins” (KOTSCHO, 1982, p. 59) escrita em fonte garrafais, O Juiz era visto como um indivíduo que decidia a vida dos homens e das terras, ser acima das leis.

A folha de São Paulo a época procurou o Juiz para uma reportagem, porém o mesmo não foi encontrado em Araguaína para mais informações, mas o jornal obteve informações com a sua secretária, e apurou que o Juiz estava em Goiânia – GO, para apuração da Corregedoria da Justiça motivada por uma representação feita pelo bispo de Porto Nacional -GO, Celso Pereira de Almeida.

O referido Juiz é visto diante dos posseiros como um indivíduo que provoca medo, e o sentimento entre eles prevalece o de injustiça, pois a autoridade da cidade que corresponde essa esfera promove o oposto, de acordo com os camponeses locais, os jagunços, policiais e oficiais de justiça correspondem as ordens e mando

dos fazendeiros “sob a declarada proteção do juiz de Araguaína, despejam, prendem, maltratam e intimidam, tudo em nome da lei” (KOTSCHO, 1982, p. 60).

O escritor Ricardo Kotscho (1982) relata uma história narrada pelo ex-deputado Alziro Gomes do PDS, em que este acusa o juiz de possuir uma enorme fortuna. No entanto, Gomes relata que, oito anos atrás, quando o conheceu, o juiz vivia em situação de extrema pobreza, a ponto de precisar emprestar-lhe Cr\$ 100,00 para concluir uma viagem. Gomes destaca que o juiz nunca reembolsou o empréstimo, referindo-se a ele como "velhaco".

O padre Josimo de Tavares¹³ viveu essa tensão entre o juiz em diversos embates, defendendo inúmeras famílias de camponeses, entre os casos tem cerca de 200 famílias que estão sendo ameaçadas de expropriação na fazenda Sapucaia. Porém, o juiz de Araguaína não agia isoladamente, possuía alianças entre outras autoridades, bem como outros pares do judiciário, como demonstram acordos jurídicos, que encontravam respaldo entre outras autoridades do judiciário. (KOTSCHO, 1982, p. 63 – 64):

No quilômetro 35 da estrada que liga a Belém-Brasília a Xambioá, encontramos Alcides Rodrigues Borges, 22 anos, nascido em Wanderlândia, um “peão de trecho” (como são chamados aqui os ex-posseiros que se empregaram em fazendas). Vestido com trapos, assustado, Alcides é um produto típico desses novos tempos: embora assalariado, não sabe dizer quanto ganha. Trabalha “livre” – quer dizer, recebe casa, comida do patrão – e nos fins de semana, faz um vale. Não sabe a quantas anda sua conta na fazenda: “Faz dois anos que trabalho assim, sempre deu certo...” As contas são acertadas no fim do serviço, mas Alcides não sabe esse fim. Só sabe que das 7 da manhã às 5 da tarde, todos os dias, tem que roçar o mato da lavoura de milho. “um pedaço de terra só pra mim? Tive não. Seria bom demais... Mas falta condição, né?”

A situação de Alcides, um jovem de apenas 22 anos, que vive de forma precária, usando roupas que são consideradas trapos e sem acesso a qualquer tipo de higiene ou apoio social, representa uma realidade enfrentada por cerca de 300 ex-posseiros da cidade de Wanderlândia. Essas pessoas foram expulsas de suas terras e foram forçadas a trabalhar como trabalhadores em fazendas, vivenciando uma situação análoga à escravidão. Eles chegaram a passar um ano ou mais sem poder visitar suas famílias, pois estavam endividados com a contabilidade da fazenda e não tinham liberdade até que a dívida fosse quitada. Como resultado, suas esposas

¹³ Pároco da cidade de Wanderlândia – GO, que fica a margem da Belém-Brasília (BR 153) atualmente, cidade vizinha de Araguaína.

tiveram que procurar trabalho para suprir as necessidades básicas da família, trabalhando como lavadeiras ou cozinheiras e recebendo rendimentos entre 400 a 500 cruzeiros por mês. Em muitos casos, não havia ninguém para cuidar de seus filhos, que acabavam sendo abandonados nas ruas, e as meninas eram levadas à prostituição (KOTSCHO, 1982). A precariedade de suas condições de vida contribuiu para a formação do imaginário desses trabalhadores, que não consideravam sua situação tão desprovida, pois ter comida e um lugar para dormir era visto como algo positivo. Além disso, é importante ressaltar que esse sistema de trabalho não foi vivenciado apenas na região conhecida como "bico do papagaio", mas em todo o país.

Figura 11: A prisão de agentes da CPT e do Padre Josimo:

NOTÍCIAS

SITUAÇÃO DE Pe. JOSIMÓ

Pe. Josimo Moraes Tavares, vigário de S. Sebastião do Tocantins informou a todos sobre o andamento do processo.

O juiz de Tocantinópolis está ouvindo as testemunhas antes de chegar a emitir a sentença.

O que aconteceu com o padre e os demais acusados foi o seguinte:

No dia 28 de novembro de 1984, foram presos, por ordem do juiz de Itaguatins, Dr. Waltides dos Passos, os Agentes da Comissão Pastoral da Terra, Pe. Josimo Moraes Tavares e Lourdes Lúcia Goi, e o posseiro Cesário Araujo da Gama, e trancados na Cadeia Pública de Itaguatins. Os posseiros Cícero Feitosa, Antônio Frederico do Nascimento e José Pereira da Silva, que já estavam detidos desde o dia 11 de novembro, na delegacia de Axixá, foram levados para o Quartel de Araguaína.

Os posseiros são acusados de haverem assassinado dois fazendeiros, José Marcelino de Queiroz e sua mulher, numa emboscada, no dia 11 de novembro passado. Estes fazendeiros foram responsáveis pela destruição do Povoado Centro dos Canários, município de Axixá, onde 33 casas foram totalmente queimadas. Submetidos a enormes torturas e espancamentos por parte dos policiais, os posseiros se viram obrigados a "confirmar" que Pe. Jo-

40

simo e a Agente de Pastoral Lourdes, são os autores intelectuais da emboscada e do assassinato.

Apesar disto, nos inquéritos não está provado quem são os autores do crime. Tudo não passa de depoimentos tirados à força pelo poder repressor da Polícia Militar de Axixá-GO.

O Pe. Josimo e a Agente de Pastoral Lourdes, tiveram sua prisão relaxada devido as pressões dos bispos, advogados e deputados que foram visitar a área no dia 3 de dezembro passado. Esta mesma pressão não funcionou em relação aos posseiros. Estranhamos isto, pois os motivos e as condições da prisão são os mesmos. Somos, pois, levados a concluir que se trata unicamente de acobertamento dos interesses de grileiros da região por parte do Poder Judiciário local.

Além dos presos, 9 posseiros dos municípios de Sítio Novo e Axixá, encontram-se ostensivamente procurados pela Polícia Militar. Caso sejam encontrados, segundo dizem, a polícia irá torturá-los e até matá-los. Por isso, estes pais de família tiveram que abandonar seus lares. As mulheres e os filhos vivem na completa insegurança e pavor, além de sofrer uma enorme necessidade financeira para o sustento diário. Em mutirão, as comunidades procuram tratar a roça de todos. Mas não podem fazer nada além disto.

Transcrição realizada abaixo:

SITUAÇÃO DE Pe. JOSIMO

Pe. Josimo Morais Tavares, vigário de S. Sebastião do Tocantins informou a todos sobre o andamento do processo.

O juiz de Tocantinópolis está ouvindo as testemunhas antes de chegar a emitir a sentença.

O que aconteceu com o padre e os demais acusados foi o seguinte:

no dia 28 de novembro de 1984, foram presos, por ordem do juiz de Itaguatins, Dr. Waltides dos passos, os Agentes da Comissão Pastoral da Terra, Pe. Josimo Morais Tavares e Lourdes Lúcia Goi, e o posseiro Cesário Araujo da Gama, e trancados na Cadeia Pública de Itaguatins. Os posseiros Cícero Feitosa, Antônio Frederico do Nascimento e José Pereira da Silva, que já estavam detidos desde o dia 11 de novembro, na delegacia de Axixá, foram levados para o Quartel de Araguaína.

Os posseiros são acusados de haverem assassinado dois fazendeiros, José Marcelino de Queiroz e sua mulher, numa emboscada, no dia 11 de novembro passado. Estes fazendeiros foram responsáveis pela destruição do Povoado Centro dos Canários, município de Axixá, onde 33 casas foram totalmente queimadas. Submetidos a enormes torturas e espancamentos por parte dos policiais, os posseiros se viram obrigados a "confirmar" que Pe. Josimo e a Agentes de Pastoral Lourdes, são os autores intelectuais da emboscada e do assassinato.

Apesar disto, nos inquéritos não está provado quem são os autores do crime. Tudo não passa de depoimentos tirados a força pelo repressor da Polícia Militar de Axixá-GO.

O Pe. Josimo e a agentes de Pastoral Lourdes, tiveram sua prisão relaxada devido as pressões dos bispos, advogados e deputados que foram visitar a área no dia 3 de dezembro passado. Esta mesma pressão não funcionou em relação aos posseiros. Estranhamos isto, pois os motivos e as condições da prisão são os mesmos. Somos, pois levados a concluir que se trata unicamente de acobertamento dos interesses de grileiros da região por parte do poder Judiciário local. Além dos presos, 9 posseiros dos municípios de Sítio Novo e Axixá, encontram-se ostensivamente procurados pela Polícia Militar. Caso sejam encontrados, segundo dizem, a polícia irá torturá-los e até matá-los. Por isso, estes pais de família tiveram que abandonar seus lares. As mulheres e os filhos vivem na completa insegurança a pavor, além de sofrer uma enorme necessidade financeira para o sustento diário. Em mutirão, as comunidades procuram tratar a roça de todos. Mas não podem fazer nada além disto (**VOZ DO NORTE**. Ano 3 N^o5. 1985 p.40).

De que maneira pode-se entender que a imprensa atua em setores e fatores que forma uma influência como força política, tendo interesses de ser um instrumento de formação de opiniões e mediadora social? Inicialmente o historiador deve reconhecer que a imprensa possui características de registrar e a função de ser um mecanismo ativo nos processos e conjunturas, e exige que o profissional da história utilize procedimento metodológico mais adequado (BOHRER, 1989). A utilização de Tania Luca (2005) e Maria Capelato (1988) como referência de estudo histórico por meio da imprensa é crucial.

A imprensa constitui um instrumento de manipulação de interesses e intervenção na vida social. Partindo desse pressuposto, o historiador procura estudá-lo como agente da história e captar o movimento vivo de idéias e personagens que circulam pelas páginas dos jornais. A categoria abstrata da imprensa se desmistifica quando se faz emergir a figura de seus produtores como sujeitos dotados de consciência determinada na prática social. A análise desse documento exige que o historiador estabeleça um diálogo com

as múltiplas personagens que atuam na imprensa de uma época (CAPELATO, 1988, p. 21).

Destacando a fala da historiadora e que o trabalho com as fontes jornalísticas pode levar ao um caminho de equívoco, justamente é usar este objeto de estudo para confirmar ou negar uma determinada suposição. Como dito nesta pesquisa os periódicos não são dispositivos imparciais ou neutros, nos discursos de acordo com possui um campo de conflito e interesses. Reforça que o trabalho em frente ao trabalho da imprensa requer cautela, perceber o cenário em que está inserido a produção, ir em busca com outras fontes e referências, para não reproduzir as intencionalidades presente no discurso.

Com esta primeira leitura e com a sensibilidade que estas questões encaminham, trata-se também de olhar para algumas outras dimensões da publicação, relativas às suas formas de produção e distribuição, pensadas como processo social e não meramente técnico e que nos remetem aos grupos produtores, aos públicos leitores e às redes de comunicação que aí se constituem, a saber: - proprietários, diretores, redatores e colaboradores indicam a constituição dos grupos produtores, enquanto força social que orienta e propõe o projeto político do periódico (CRUZ, PEIXOTO, 2007, p. 263).

Conforme a figura 11 há ausência de diversas informações básicas para começar a análise, sabemos que esta narrativa pertence à revista da diocese de Tocantinópolis e o seu grande expoente que já até produziu artigos é o Padre Josimo Tavares e agentes da Pastoral da Terra, e os mesmos estavam presos e envolvidos no noticiário, porém a matéria não é assinada por ninguém e não está na seção em que a Pastoral da Terra escreve. Não se sabe de quem é responsável pela esta edição ou quem foi, ou são os escritores/colaboradores. Justamente pela intencionalidade de dá um olhar neutro ou distante dos envolvidos em referência a notícia. Não pode ser negligenciado que ausência de identificação na notícia pode ser uma orientação de evitar algum conflito com o suposto autor de associá-lo com o evento descrito e denunciado.

Olhando pela ótica da narrativa do noticiário os camponeses são acusados de terem assassinado o fazendeiro José Marcelino de Queiroz e a sua esposa, numa emboscada ocorrida em 11 de novembro. Estes latifundiários foram os mandantes pela destruição do povoado Centro dos Canários, município de Axixá, sendo queimadas 33 residências. Com esse ocorrido os polícias agiram de forma arbitrária e violenta, espancando os camponeses, estes foram coagidos a confirmar que os

agentes da CPT e o Pe. Josimo de terem sido os mandantes dos assassinatos.

Enfim, devido às pressões dos bispos, deputados e advogados, no dia 3 de dezembro, as prisões tiveram seu relaxamento, porém tal fato não ocorreu com os posseiros, havendo um grande estranhamento, pois o motivo das prisões foram as mesmas, e não houve o mesmo benefício para os demais envolvidos. A suposição é que "unicamente de acobertamento dos interesses de grileiros da região e do poder judiciário local" (VOZ DO NORTE, ano 3, n. 4. 1985, p 40).

Apesar dessas acusações não havia indícios de que o padre e os agentes da CPT estariam envolvidos. Devido às pressões dos bispos, deputados e advogados, no dia 3 de dezembro, as prisões tiveram seu relaxamento, porém tal fato não ocorreu com os posseiros, havendo estranhamento, pois o motivo das prisões são as mesmas, e não houve o mesmo benefício para os demais em que estão envolvidos nesse caso. A suposição é que "unicamente de acobertamento dos interesses de grileiros da região e do poder judiciário local" (VOZ DO NORTE, ano 3, n. 4.1985, p 40).

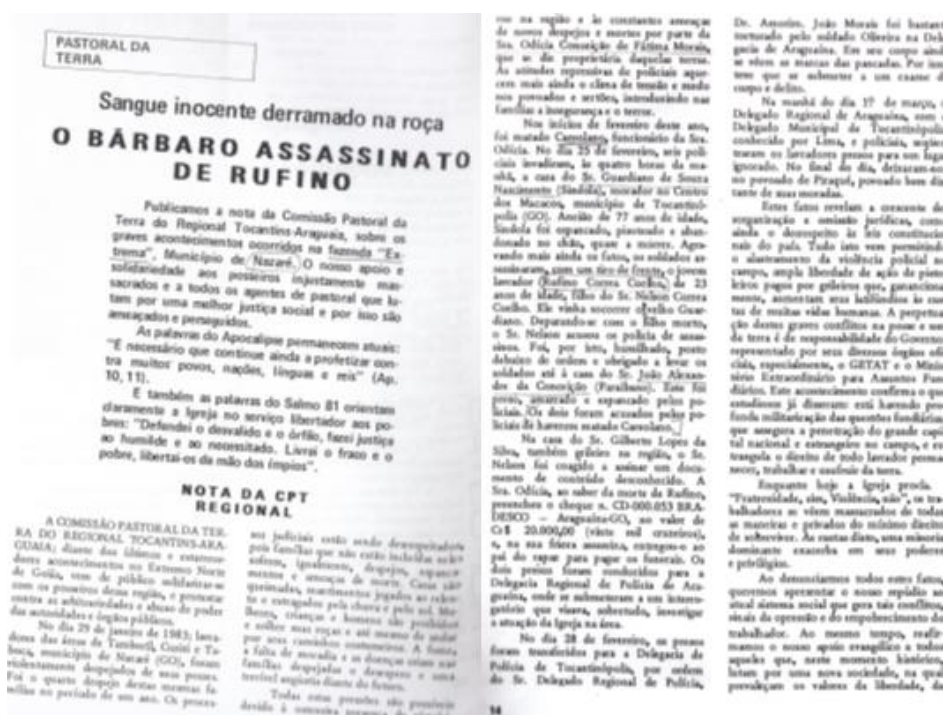
Segundo Anibal Quijano (2005, p. 123), as instituições de poder em uma região estão interconectadas em uma rede de interdependência, formando um sistema de padrões de poder. Nesse contexto, a conduta das autoridades frente a um determinado processo pode revelar as relações de poder presentes na região. Na situação em questão, a atuação do juiz em conluio com o fazendeiro evidencia uma corrupção tanto no âmbito judiciário quanto no econômico, ilustrando a conexão entre essas duas esferas de poder.

Continuando a análise na perspectiva decolonial é perceptível o silenciamento do outro, conforme o noticiado os acusados não tiveram o respaldo legal, e seus depoimentos não tiveram nenhum reflexo ou influência no processo e muito menos as circunstâncias presentes que evidencia a fragilidade da acusação. Negando todo aparato em que a defesa desenvolveu. Contradizendo-se na soltura de uns que até então eram os mandantes e na permanência da prisão dos que seriam os mandados.

O padre Josimo e os agentes da Comissão Pastoral da Terra foram soltos devido as suas possíveis relações com o poder, o contato com políticos e a influência em que a igreja exerce. Mesmo que o Pe. Josimo Tavares não faça parte diretamente

e tenha um discurso decolonial, ele faz parte de uma instituição historicamente possui grandes influências, como citado anteriormente a igreja católica pela sua extensão carrega diversas ideologias e filosofias o tornando-a divergente internamente. Essa questão possibilitou a soltura do padre e dos agentes da CPT. Contudo a culpa tem que ficar com alguém, nessa relação de poder com o menos prestigiado, no caso os camponeses.

Figura 12: O Bárbaro Assassinato de Rufino.



Fonte: (VOZ DO NORTE. Ano 1 n 1.1983 p. 13-15).

Transcrição realizada abaixo:

Sangue inocente derramado na roça O BÁRBARO ASSASSINATO DE RUFINO, A COMISSÃO PASTORAL DA TERRA DO REGIONAL TOCANTINS-ARAGUAIA; diante dos últimos e estarrecedores acontecimentos no Extremo Norte de Goiás, vem de público solidarizar-se com os posseiros dessa região, e protestar contra as arbitrariedades e abuso de poder das autoridades e órgãos públicos.

No dia 29 de janeiro de 1983; lavradores das áreas de Tamboril, Curiti e Taboca, município de Nazaré (GO), foram violentamente despejados de suas posses. Foi o quarto despejo destas mesmas famílias no período de um ano. Os processos judiciais estão sendo desrespeitados, pois famílias que não estão incluídas neles sofrem, igualmente, despejos, espancamentos e ameaças de morte. Casas são queimadas, mantimentos jogados ao relento e estragados pela chuva e pelo sol. Mulheres, crianças e homens são proibidos de colher suas roças e até mesmo de andar por seus caminhos costumeiros. A fome, a falta de moradia e as doenças criam nas famílias despejadas o desespero e uma terrível angústia diante do futuro.

Todas estas pressões são possíveis devido á ostensiva presença de pistoleiros na região e às constantes ameaças de novos despejos e mortes por parte da Sra. Odícia Conceição de Fátima Moraes, que se diz proprietária daquelas terras. As atitudes repressivas de policiais aquecem mais ainda o clima de tensão e medo nos povoados e sertões, introduzindo nas famílias a insegurança e o terror.

Nos inícios de fevereiro deste ano, foi matado Careolano, funcionário da Sra. Odícia. No dia 25 de fevereiro, seis policiais invadiram, às quatro horas da manhã, a casa do Sr. Guardiano de Souza Nascimento (Sindola), morador no centro dos Macacos, município de Tocantinópolis (GO). Ancião de 77 anos de idade, Sindola foi espancado, pisoteado e abandonado no chão, quase a morrer.

Agravando mais ainda os fatos, os soldados assassinaram, com um tiro de frente, o jovem lavrador Rufino Correa Coelho, de 23 anos de idade, filho do Sr. Nelson Correa Coelho. Ele vinha socorrer o velho Guardiano. Deparando-se com o filho morto, o Sr. Nelson acusou os policiais de assassinos. Foi, por isso, humilhado, posto debaixo de ordem e obrigado a levar os soldados até a casa do Sr. João Alexandre da Conceição (Paraibano). Este foi preso, amarrado e espancado pelos policiais. Os dois foram acusados pelos policiais de haverem matado Careolano.

Na casa do SR. Gilberto Lopes da Silva, também grileiro na região. O Sr. Nelson foi coagido a assinar um documento de conteúdo desconhecido. A Sra. Odícia, ao saber da morte de Rufino, preencheu o cheque n. CD-000.053 BRADESCO – Araguaína (GO), no valor de Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros), e, na sua frieza assassina, entregou-o ao pai do rapaz para pagar os funerais. Os dois presos foram conduzidos para a Delegacia Regional de Polícia de Araguaína, onde se submeteram a um interrogatório que visava, sobretudo, investigar a atuação da igreja na área.

No dia 28 de fevereiro, os presos foram transferidos para a Delegacia de Polícia de Tocantinópolis, por ordem do Sr. Delegado Regional de Polícia, Dr. Amorim. João Moraes foi bastante torturado pelo soldado Oliveira na Delegacia de Araguaína. Em seu corpo ainda se vêem as marcas das pancadas. Por isso, teve que se submeter a um exame de corpo e delito.

Na manhã do dia 1º de março, o delegado Regional de Araguaína, com o delegado Municipal de Tocantinópolis, conhecido por Lima, e policiais, sequestraram os lavradores presos para um lugar ignorado. No final do dia, deixaram-nos no povoado de Piraqué, povoado bem distante de suas moradas.

Estes fatos revelam a crescente desorganização e omissão jurídicas, como ainda o desrespeito às leis constitucionais do país. Tudo isto vem permitindo o alastramento da violência policial no campo, ampla liberdade de ação de pistoleiros pagos por grileiros que, gananciosamente, aumentam seus latifúndios às custas de muitas vidas humanas. A perpetuação destes graves conflitos na posse e uso da terra é de responsabilidade do Governo representado por seus diversos órgãos oficiais, especialmente, O GETAT e o ministério extraordinário para assuntos fundiários. Estes acontecimentos confirmam o que estudiosos já disseram: está havendo profunda militarização das questões fundiárias, que assegura a penetração de grande capital nacional e estrangeiro no campo, e estrangula o direito de todo lavrador permanecer, trabalhar e usufruir da terra.

Enquanto hoje a igreja proclama "fraternidade, sim, Violência, não", os trabalhadores se vêem massacrados de todas as maneiras e privado do mínimo direito de sobreviver. As custas disto, uma minoria dominante exacerba m seus poderes e privilégios.

Ao denunciarmos todos estes fatos, queremos apresentar o nosso repúdio ao atual sistema social que gera tais conflitos, sinais de opressão e de empobrecimento do trabalhador. ao mesmo tempo, reafirmar o nosso apoio evangélico a todos aqueles que, neste momento histórico, lutam por uma nova sociedade, na qual prevaleçam os valores da liberdade, da justiça e da fraternidade. Esperamos que as forças trabalhadoras, unidas e organizadas,

possam, em breve, transformar esta sociedade. E nesta mudança, seja prioritária uma reforma Agrária, na qual o trabalhador do campo tenha papel preponderante e decisivo.

Wanderlândia (GO) 02 de março de 1983.

(Ass.) Pe. Ricardo Rezende Figueira – Coordenador da CPT Regional; Fr. Domingos dos Santos – secretário da CPT Regional; Pe. Josimo Morais Tavares – Coordenador da CPT da Diocese de Tocantinópolis. (VOZ DO NORTE: Informativo Pastoral da Diocese de Tocantinópolis. Ano 1 n 1.1983 p. 13-15).

A matéria não apresenta nenhuma imagem, “A fotografia é a peça-chave para o êxito de qualquer texto, sobretudo, da reportagem que é um gênero jornalístico que se permite expandir na linguagem” (MACHADO, 2012, p. 60). Contudo, o texto narra de forma detalhada o fato do assassinato do Jovem Rufino de 23 anos, ocorrido no dia 25 de fevereiro de 1983.

O artigo foi assinado pelos Pe. Ricardo Rezende Figueira – Coordenador da CPT Regional; Fr. Domingos dos Santos – Secretário da CPT Regional; Pe. Josimo Morais Tavares – Coordenador da CPT da Diocese de Tocantinópolis.

Situação corriqueira que se assemelha nas demais, são as relações sociais no campo, em que o grande latifundiário tem o respaldo do poder público. O assassinato de Rufino é a representação dessa concretude que permanece, porém, com origem no Brasil colonial, especificamente quando o terceiro governador-geral, Mem de Sá (1498-1572), administrou a colônia promovendo uma política de limpeza dos povos originários “dei na aldeia e a destruir e matei todos os que quiseram resistir, e à vinda, vim queimando e destruindo todas as aldeias que ficaram atrás”¹⁴ não tem como não discutir com a profundidade sem remeter os fatos do passado e históricos, atitude que foi base para o processo de expropriação na história do Brasil. Nação que mudou significativamente em estruturas políticas, arquiteturas, sociais e culturais, porém no controle das terras se assemelha ao Brasil de quase 400 anos atrás, tal prática resiste no campo atualmente, até no modo de expropriação quando a revista destaca “pois famílias que não estão incluídas neles sofrem, igualmente, despejos, espancamentos e ameaças de morte. Casas são queimadas, mantimentos jogados ao relento e estragados pela chuva e pelo sol” (VOZ DO NORTE: Ano 1 n 1.1983 p. 14). A terra representa um símbolo de complexidade para alguns poucos é a garantia de riqueza e poder e em consequência para os demais é a representação da contraversão em

¹⁴ (Carta de Mem de Sá ao rei de Portugal, de 31/3/1560. In Silva Campos. Crônica da capitania de São Jorge de Ilhéus. Rio de Janeiro, MEC/Conselho Federal de Cultura, 1981. p. 44)

que as massas populares passam por dificuldades e limitações econômicas.

Será que o governo Brasileiro foi o grande responsável pelas tragédias no Campo? Principalmente na região amazônica e no Bico do Papagaio, pelas crueldades? A participação do Estado ocorre em diversas situações como o aparelhamento da força estatal aos interesses dos grandes proprietários como a revista demonstra em que a sra. Odícia tem o respaldo dos policiais para executar os seus interesses, cometendo arbitrariedades como torturar moradores a exemplo o sr. Guardiano conhecido como Sindola de 77 anos de idade, em que seis policiais invadiram, às quatro horas da manhã a sua resistência, espancado, pisoteado e abandonado no chão, quase a morrer. “As atitudes repressivas de policiais aquecem mais ainda o clima de tensão e medo nos povoados e sertões, introduzindo nas famílias a insegurança e o terror”. (VOZ DO NORTE: ano 1 n 1.1983 p. 14). Ação truculenta dos policiais para com o sr. Guardiano, despertou ação do Rufino em que veio tentar socorrer o Ancião, porém os policiais dispararam com um tiro de frente no jovem lavrador Rufino Correa Coelho, de 23 anos de idade, o assassinando. O sr. Nelson acusou os policiais de terem matado o seu filho e por isso foi humilhado e torturado, e obrigado levar os soldados até a casa do Sr. João Alexandre da Conceição conhecido como Paraibano Este foi preso, amarrado e espancado pelos policiais. Os dois foram acusados de terem matado o Coreolano era funcionário da sra. Odícia.

De acordo com a Voz do Norte os policiais obrigaram o Sr. Nelson assinar um documento desconhecido, não sabendo a finalidade do mesmo em ações práticas. Sabendo do ocorrido a sra. Odícia preencheu o cheque n. CD-000.053 BRADESCO – Araguaína (GO), no valor de Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros) para a família do Rufino pagar as despesas funerárias. Os Srs. Nelson e João Alexandre “foram conduzidos para a Delegacia Regional de Polícia de Araguaína, onde se submeteram a um interrogatório que visava, sobretudo, investigar a atuação da igreja na área” (VOZ DO NORTE: ano 1 n 1.1983 p. 14). No dia 28 de fevereiro, transferiram os presos para a delegacia de Tocantinópolis, por ordem do Delegado Regional da Polícia, a qual foram bastante torturados e em seu corpo são visíveis as marcas das agressões. A Revista acusa as autoridades locais como o delegado regional de Araguaína, delegado municipal de Tocantinópolis juntamente com os policiais de terem sequestrado os dois presos para um lugar remoto, e no final do dia deixando no povoado Piraquê, distantes

de suas moradias. Silvio Luiz de Almeida (2019, p. 19) classifica tais situações como parte do processo de um projeto promovido pelos donos do capital e afirma que “redundou em um processo de destruição e morte, de espoliação e aviltamento, feito em nome da razão e a que se denominou colonialismo”.

Uma análise decolonial desta reportagem destaca a forma como a violência e a opressão foram naturalizadas na relação entre proprietários de terra, poder público e população rural, com base em uma lógica de dominação colonial que permeou a formação social brasileira. A noção de propriedade privada é central nessa lógica, uma vez que a apropriação das terras pelos proprietários se deu por meio de processos violentos e de exclusão da população que vivia e trabalhava nelas. A presença de pistoleiros e a utilização da violência pela polícia para defender interesses privados é uma expressão da continuidade dessa lógica, que privilegia a manutenção da ordem social baseada na exclusão e exploração.

A reportagem também revela a forma como a luta pela terra é uma questão central para a população rural, sendo afetada diretamente pela concentração de terras e pela exclusão social e econômica decorrentes desse processo. As tentativas de resistência por parte dos lavradores foram recebidas com violência e repressão, o que evidencia a disposição do poder público e dos proprietários de terra em manter as condições de exploração e opressão que beneficiam uma minoria privilegiada. A denúncia dos despejos violentos e da atuação arbitrária das autoridades públicas e da polícia é uma forma de resistência e luta pela dignidade e direitos das comunidades rurais que, historicamente, foram marginalizadas e exploradas.

Os que cometem tais violência são justamente ilustres figuras da República, através de uma cadeia de interesses e de relações que vai do senador, do deputado, do ministro, até o oficial, ao juiz, ao delegado de polícia, ao policial, ao soldado, ao oficial de justiça, ao jagunço, ao pistoleiro profissional. Um retrato de banditismo acobertado por um inercial aparato de poder e pela certeza da impunidade (KOTSCHO, 1982, p. 48).

Em que ressalta a falta de reconhecimento dos direitos dos trabalhadores rurais, na morosidade de ações policiais e jurídicas. Para Ricardo Kotscho (1982) agentes públicos assumem um papel de instigador do conflito, em que suas ações são em favor das elites, assumem uma postura de barbaridades e opressão contra os camponeses, com o poder em que os órgãos detêm executa as políticas agrárias em prol dos donos do capital. Situação de aguda violência contra os pobres do campo,

que aos poucos vão descrendo das instituições públicas que supostamente existem para garantir a igualdade de direitos e os princípios da cidadania, o respeito á vida e a pessoa, ao direito de trabalho e de sobrevivência. “Numa perspectiva colonial, o desenvolvimento se vê atrelado à ideia de progresso econômico e ao liberalismo, que acaba por marginalizar parte da sociedade que não se adéqua ou serve ao discurso dominante do modo de produção capitalista” (VISVANATHAN, 2008 *apud* BALDI, 2014), silenciando outro.

De acordo Siney Ferraz (2000) a violência apresenta de várias formas e níveis, porém ganha destaque em circunstâncias extremas, mas só manifestam as “vozes dos mortos”, quando tais camponeses ou agentes dos movimentos torna-se vítimas fatais nesse processo “a sociedade só se manifesta cobrando cuidados quando as vítimas tombam na luta” (FERRAZ, 2000, p.80).

Agentes da CPT têm denunciado a violência na região e acompanhado as famílias atingidas pelos conflitos agrários, oferecendo apoio jurídico, psicológico e pastoral. No entanto, a atuação da CPT também tem gerado resistência e hostilidade por parte dos grandes proprietários de terras e das autoridades locais, que muitas vezes se aliam aos latifundiários.

A CPT tem sido alvo de ameaças, intimidações e perseguições por parte de fazendeiros e de grupos paramilitares, que veem a organização como uma ameaça aos seus interesses. Agentes da CPT relatam que a violência contra eles aumentou nos últimos anos, com a intensificação dos conflitos agrários na região.

3.3 As vozes dos bispos nas denúncias de violências na região Araguaia-Tocantins.

Em 1976, dom Celso Pereira foi ordenado como bispo da diocese de Porto Nacional, foi posteriormente escolhido como presidente da CPT regional Araguaia – Tocantins. O bispo anteriormente partilhava de uma corrente tradicional dentro da igreja, voltada às festas tradicionais da igreja e era ligado a pastoral dos sacramentos, não tinha um envolvimento com os trabalhos sociais. Advindo com o contato com os demais bispos da região entre eles Pedro Casaldáliga, Tomás Balduino, Fernando Gomes dos Santos, Antônio Batista Fragoso, José Maria Pires, qual tinham uma

dedicação as questões sociais e do campo, e parte da igreja foi influenciada pela teologia da libertação, Dom Celso começou a despertar por tais questões (KOTSCHO, 1982).

Dom Celso Pereira era um viajante, realizava diversas visitas as paróquias da diocese tendo conhecimento das questões inerente na região, e da atuação do coronel Antônio Pereira da Silva¹⁵ que havia comprado a fazenda Piabanha, em Palmeiropolis, por meio de uma operação que expropriou dezenas de famílias de posseiros, numa ação de extrema violência, sendo queimadas as casas.

D. Pedro Casaldáliga iria à Brasília prestar um depoimento na Comissão Parlamentar de Inquérito, que discutia a questão fundiária, e dom Celso Pereira lhe forneceu uma farta documentação sobre a atuação do coronel Antônio Pereira. Essa documentação fornecida seria um divisor de água na vida do bispo de Porto Nacional, começou sendo atacado por autoridades e o chamando de comunista. Tornaria odiado por fazendeiros, juizes, policiais e servidores públicos. E admirado “pelos posseiros, favelados, e todos aqueles oprimidos” (KOTSCHO, 1982, p. 106).

Violência é violação de direitos. Então, é preciso ressaltar que uma das principais instituições que se coloca na defesa dos camponeses no extremo norte de Goiás, na década de 1980, é a Igreja Católica. O compromisso assumido pelos bispos porque eles falam de uma instituição que possui enorme credibilidade social, na região. Uma Igreja que atuava, desde o início da década de 1950, investindo nas pastorais eurocêntricas, catequese, Vicentinos, Apostolado da Oração, Cursilhos de Cristandade, encontros de casais com Cristo, entre outras; buscava-se alinhar a Igreja aos princípios doutrinários da Santa Sé. Valendo-se de ordens e congregações religiosas estrangeiras masculinas e femininas que, uma vez estabelecidas nas paróquias, alinhavam-se às elites dirigentes, seja fugindo de possíveis conflitos, seja declarando publicamente seu apoio, legitimando-os no poder (SILVA, 2010).

Com relação às práticas dos prelados em Tocantinópolis, a partir dos anos 1950, não obstante, algumas diferenciações, eles traziam como preocupações: construção de seminários, ensino do catecismo, construção de escolas católicas, missões paroquiais, criação de novas associações leigas, contato com os povos indígenas,

¹⁵ Era uma grande personalidade política da região tendo assumido diversos cargos políticos tal como ex prefeito, ex deputado, ex suplente senador “biônico” pelo PDS de Goiás (KOTSCHO, 1982).

entre outras. Enquanto isso, principalmente com a construção da Belém-Brasília, ou BR 153, ampliam-se as violências praticadas contra os camponeses. Na década de 80, a região torna-se conhecida nacionalmente, pelo baixo índice de desenvolvimento humano e, especialmente, devido a chamada violência no campo.

Tentamos explicar as razões gerais do reposicionamento da Igreja no Brasil. Mas é preciso ver mais de perto, como os prelados da região explicam a utilização do seu prestígio para fazer a denúncia das violências contra os camponeses e ressaltar os fundamentos da sua narrativa. Assim, em agosto de 1980, os bispos da região Araguaia/Tocantins Dom Cornélio Chizzini (prelado de Tocantinópolis-GO) Dom Celso Pereira (presidente da CPT Araguaia-Tocantins), elaboram uma carta/denúncia da angustiante realidade presenciada por ambos:

A igreja do Brasil e da América Latina vem se preocupando cada vez mais com a situação do povo de Deus, face às realidades de injustiças e a arbitrariedades que se cometem com frequência ferindo, sobretudo o povo de que vive desde há anos no cultivo da terra, tirando dela o sustento minguado para sua família. Procurando ser fiel a Jesus Cristo e ao seu Evangelho, compartilha as angústias deste povo que olha ainda para a Igreja, esperando apoio, ajuda, orientação.

Puebla nos alerta: 'Esta situação de extrema pobreza generalizada adquire, na vida real, feições concretíssimas, nas quais deveríamos reconhecer as feições sofredoras de Cristo, o Senhor (que nos questiona e nos interpela)'. O Papa João Paulo II, no seu discurso ao povo de Recife, reforçava: 'A Igreja não quer omitir-se quando se trata de fazer que a vida humana se torna cada vez mais humana.'

Diante de tudo isso, nós, como pastores, olhando para esta realidade cada vez mais angustiante, suas terras tomadas pela violência, suas casas queimadas, seus filhinhos com fome, ao relento, não podemos permanecer de braços cruzados. Seria uma traição ao próprio Mestre que mandou 'evangelizar' aos pobres. Achamos que não podemos deixar de anunciar a Boa Nova e de denunciar com humildade, mas com coragem toda esta onda de injustiças que abatem e humilham nossos irmãos do sertão. Desejando, pois, manifestar nossa solidariedade aos irmãos sofredores e que perseguidos, queremos, sem partidarismo, mas diante de Deus Pudemos visitar alguns lugares, verificar com nossos próprios olhos as cinzas que sobram de algumas casas; entramos em contato com muitos irmãos expulsos injustamente de suas posses; verificamos a situação de miséria que abate milhares de famílias e achamos, fazendo nossas as palavras dos Bispos reunidos em Puebla; 'Isto é contrário ao plano de Deus e à honra que lhe é devida. Relatamos aqui alguns fatos que demonstram esta situação de extrema gravidade. Há mais de um mês, um importante destacamento da polícia, às vezes 18 soldados de diferentes municípios (Itaguatins, Sitio Novo, Araguatins, até mesmo de Araguaína) acompanhados, nos últimos casos de um Tenente e do Oficial da Justiça, Lindomar Lisboa Madalena, atuando em nome do Juiz de Direito de Araguaína, João Batista de Castro Neto, estão perseguindo várias turmas de posseiros, em toda a Prelazia de Tocantinópolis, cometendo todo o tipo de arbitrariedade e barbaridades.

Os exemplos são muitos mais citamos apenas alguns:

1- No dia 17 de junho deste ano a polícia cometeu violências no povoado de Sumaúma, Município de Sítio Novo, acompanhada pelo grileiro José Pereira de Carvalho.

2- No dia 19 do mesmo mês, nas redondezas do povoado de São Miguel, Município de Itaguatins, acompanhado do grileiro Antônio Costa Filho.

3- No dia e de julho, no povoado de Água Amarela, Município de São Sebastião.

4- No dia 3 de julho, nas redondezas de Buriti, Município de São Sebastião.

5- Nos mesmos dias, nos povoados de Piraquê e Macaco, Municípios de Xambioá, acompanhado dos grileiros Jesuíno José da Silva, Humberto e José Luís Siqueira. Na fazenda Lontra, Município de Aragominas, com o grileiro Daniel, de Goiânia.

6- Nos dias 24 e 25 de julho 18 policiais, o Oficial de Justiça, Lindomar Lisboa Madalena e um tenente de Araguaína atacaram os povoados de Sumaúma, Centro do Mulato e Beira do Soco nos Municípios de Sítio Novo e Araguatins. Em dois povoados chegaram antes do sol nascer, às 4 horas da manhã. Invadiram casas prenderam os posseiros (em Sumaúma 22 homens permaneceram presos, um dia inteiro na fazenda do grileiro) despejaram de suas residências as famílias, queimaram casas, humilharam homens, mulheres e crianças, proibiram de continuar o trabalho na roça, tomaram ferramentas, foices e espingardas de caças e obrigaram assinar documento da Justiça, mesmo sem constar os seus nomes. Os grileiros que acompanharam os ataques são: José Ferreira de Carvalho, de São Paulo; Demerval Rodrigues da Cunha e Oliveira e seu irmão Elisário Rodrigues da Cunha Filho, de Araguari.

Apesar de todo esse sofrimento e perseguições, queremos levar a todos o nosso apoio e o nosso abraço fraterno, na esperança de dias melhores. Permaneçam firmes na Fé e na União, em torno da Palavra de JESUS CRISTO. A Igreja de Deus está com vocês.

Desejamos terminar nossa mensagem com as palavras de Papa João Paulo II, no seu discurso aos camponeses em Recife: "(...) a terra é dom de Deus, dom que ele faz a todos os seres humanos, homens e mulheres que ele quer reunidos e uma só família que relacionados um com outros em Espírito Fraternidade". Não é lícito, portanto, porque não é segundo o designo de Deus gerir este dom de modo tal que seus benefícios aproveitem só a alguns poucos, ficando os outros, a imensa maioria, excluídos.

Com nosso abraço fraterno e nossa benção de encorajamento,

DOM CORNÉLIO CHIZZINI

BISPO DE TOCANTINÓPOLIS

DOM CELSO PEREIRA DE ALMEIDA

PRES. DA CPT TOCANTINS-ARAGUAIA

TOCANTINÓPOLIS, 20 de agosto de 1980. De acordo com Dom Cornélio Chizzini (DIOCESE DE TOCANTINÓPOLIS, 1991, p.70-73).

Devido às informações relevantes do documento o transcrevemos na sua integralidade. Em primeiro lugar, trata-se de uma carta. Um meio de comunicação conhecido dos camponeses da região. Historicamente, as cartas são uma das formas

de escrita de si, como os diários, os relatórios de viagens, etc. Uma carta é destinada a alguém, ela é assinada e aparece o tempo e lugar. Para nós, historiadores essas referências são muito importantes. Em meados de 1980, a partir da diocese de Tocantinópolis, dois prelados noticiam/informam/denunciam as enormes atrocidades cometidas contra os camponeses. “A igreja do Brasil e da América Latina”, de acordo com os autores, preocupa-se “com a situação do povo de Deus, face às realidades de injustiças e a arbitrariedades que se cometem com frequência ferindo, sobretudo o povo de que vive desde há anos no cultivo da terra”, enfim, trata-se de uma Igreja Católica que “compartilha as angústias deste povo que olha ainda para a Igreja, esperando apoio, ajuda, orientação” (VOZ DO NORTE, 1985).

Enquanto prelados, eles justificam narrativa, a partir das palavras das autoridades eclesásticas, nas resoluções e orientações dos Conferências de Puebla e Medelin e nas palavras Papa João Paulo II “A Igreja não quer omitir-se quando se trata de fazer que a vida humana se torna cada vez mais humana. Portanto, diante das feições de Cristo que sofre”, de acordo com os prelados, eles sabendo e até vendo o que estava acontecendo “suas terras tomadas pela violência, suas casas queimadas, seus filhinhos com fome, ao relento, não podemos permanecer de braços cruzados. Seria uma traição ao próprio Mestre que mandou ‘evangelizar’ aos pobres” (VOZ DO NORTE, 1985). Eles se diziam angustiados com a situação e resolvem denunciar com coragem essa injustiça contra os camponeses.

A Igreja no Brasil e na América Latina, no dizer dos prelados está cada vez mais comprometida e compadecida com as angústias do povo oprimido. A elite eclesástica, como os bispos do Araguaia Tocantins não ficam insensíveis diante da situação de violência. E, para dar credibilidade a narrativa, eles afirmam que viram, verificaram e até falaram com muitos camponeses: “Podemos visitar alguns lugares, verificar com nossos próprios olhos as cinzas que sobram de algumas casas; entramos em contato com muitos irmãos expulsos injustamente de suas posses; verificamos a situação de miséria que abate milhares de famílias” (VOZ DO NORTE, 1985), após constatar pessoalmente a situação angustiante que os camponeses estavam vivendo, eles não poderiam ficar em silêncio, por isso: “achamos, fazendo nossas as palavras dos Bispos reunidos em Puebla; 'Isto é contrário ao plano de Deus e à honra que lhe é devida’”.

No final de outubro de 1980 dom Celso percorreu a região de Sul do Norte Goiás e encontrou um fazendeiro de São Paulo, tentando desapropriar 20 famílias, apesar dos moradores terem toda documentação e impostos pagos, esses investidores chegavam na região com outra documentação e declaravam serem os originais proprietários dessas terras, porém o bispo ressaltou que “A coisa mais fácil é fazer documento de registro de mais de cem anos. Existe uma técnica especial em que, com auxílio de uma lamparina, fazem os documentos parecer velhos” (KOTSCHO, 1982, p.107).

Enfim, os referidos prelados denunciam a aliança entre o poder público, com os latifundiários utilizavam-se de artimanha contra os camponeses. Eles relatam episódios de máxima preocupação com relação às arbitrariedades impetradas contra os camponeses, elencando a quantidade de soldados acompanhado de um tenente e do oficial de justiça, despachando ordem judicial em nome do juiz de Araguaína, todos juntos para perseguir os camponeses na região da diocese de Tocantinópolis, praticando todos os tipos de arbitrariedade e barbaridade. O olhar ao outro, dá voz aos marginalizados socialmente, partir dos pesquisadores decoloniais e de seus sujeitos, evidenciando a existência de outros modos de vida e de pensar o mundo (QUIJANO, 2005).

Os autores da carta, relatam ter visitado várias áreas da Prelazia de Tocantinópolis e testemunhado a violência e arbitrariedade cometidas pela polícia, acompanhada de grileiros, contra os posseiros, despejando famílias de suas casas, queimando suas propriedades e confiscando suas ferramentas de trabalho. A carta conclama a Igreja e a sociedade em geral a se solidarizarem com os posseiros, a denunciarem as injustiças cometidas e a apoiarem os esforços para proteger e garantir os direitos dessas comunidades. A carta tem um tom de urgência e apelo, destacando que permanecer de braços cruzados seria uma traição ao próprio mandato de Jesus Cristo de evangelizar e cuidar dos pobres.

Os bispos tiveram um papel fundamental na defesa dos direitos humanos na região, pois eram reconhecidos como líderes religiosos e influentes em suas comunidades. Eles estavam em compromisso direto com as populações locais, tinham acesso a informações e relatos de violações que muitas vezes não eram reportadas à imprensa ou às autoridades. O que ampliou a repercussão de suas denúncias e

pressionou em relação às violações de direitos humanos na região. Nas denúncias de violências na região Araguaia-Tocantins durante a ditadura militar, atuando como defensores dos direitos humanos e líderes religiosos em suas comunidades. Sua atuação contribuiu para que as violações não fossem esquecidas e na tentativa de responsabilizar os culpados.

3.4 As vozes dos movimentos sociais/camponeses sobre a violência praticada na região

A atuação desses movimentos é fundamental para chamar a atenção da sociedade e do Estado para a violência e a impunidade na região, e para pressionar por políticas públicas que protejam os direitos dos trabalhadores rurais e das populações tradicionais. Além disso, eles contribuem para fortalecer a organização e a resistência das populações locais contra a violência e a exploração.

Diante da grave, enganadora e irresponsável atuação do GETAT na região do Bico do Papagaio, Extremo Norte de Goiás, a Delegacia Sindical dos Trabalhadores Rurais do Centro dos Mulatos, município de São Sebastião do Tocantins-GO, os Membros da Comunidade desse mesmo povoado, e a Comissão Pastoral da Terra - CPT da Diocese de Tocantinópolis-Go resolvem informar e esclarecer a toda a Classe Trabalhadora do nosso País. O que vem ocorrendo.

1. Em fins do mês de maio de 1981, o Coronel Lisboa, naquela época Chefe Executivo do GETAT de Araguaína-GO, visitou o nosso Povoado de Centro dos Mulatos. Em reunião pública, ele declarou que havia três áreas de terras onde seriam assentados todos os lavradores posseiros e sem-terra, e que, por isso, pedia que ninguém brigasse para não criar tensões e tumultos a situação. Lugar teria para todos!

2. Pouco tempo depois, foram cortados lotes no conhecimento 'Lote 19', para abafar conflitos já existentes entre grileiros e posseiros, e por causa de uma manifestação pública realizada por aproximadamente dois mil trabalhadores rurais do Bico do Papagaio em Imperatriz-MA, no dia 25 de maio de 1981, frente à sede do GETAT naquela cidade maranhense. Doze famílias de posseiros foram então assentadas no 'Lote 19', recebendo cada uma delas 50 hectares de terra. O segundo corte das terras veio assentar vinte e três famílias. Cada uma dessas famílias recebeu somente 25 hectares de terra, dos quais até o presente momento não saiu o título definitivo de propriedade. Receberam apenas 25 hectares porque, segundo afirmação do GETAT, parte do terreno era alagada e o "órgão não ia titular água!" Do Lote 19 sobram aproximadamente 240 hectares, os quais foram liberados para quem quisesse entrar e tomar conta.

3. A maioria dos trabalhadores rurais ficaram sem terra. Então o Coronel Lisboa prometeu que o GETAT retornaria para fazer novas demarcações, cortes e distribuição de lotes para toda a população necessitada. A nossa esperança teve a paciência de suportar, durante o resto do ano e o começo do ano seguinte, as muitas precisões de nossas famílias. E a promessa nunca se realizou! Cheios de necessidades, resolvemos ocupar as áreas devolutas

conhecidas pelos moradores mais antigos. Mais de 60 famílias, fizemos posse. Iniciamos o futuro...

4. Em maio de 1982, o Coronel Lisboa, vindo novamente ao nosso povoado, mandou-nos sair de nossas posses. Segundo ele, aquelas terras pertenciam à Fazenda "Santa Marta", de propriedade do Sr. Esmeraldo Boni. Incentivou-nos a aceitarmos uma indenização do fazendeiro entre Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros) e Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros). Assim, segundo o coronel, estaríamos ajudando a acabar com os conflitos de terra na região. Disse ainda que se alguém resistisse na terra e 'ganhasse um chumbo no bucho', ele não seria culpado. Então, na frente do Coronel e de um Delegado de Polícia, o Sr. Esmeraldo Boni declarou que matava ou mandava matar quem estivesse na terra dele. E fazia isso porque tinha armas suficientes, inclusive, uma carabina doada pela Federal.

5. A ameaça pareceu-nos enorme! Mas não desistimos dos nossos direitos. Lutamos e trabalhamos. Conhecedores da região, sabíamos que essas terras eram 'livres', sem donos.

6. Em julho de 1983, os Sr. Dr. Zosilton, apresentando-se como substituto do Coronel Lisboa na Chefia da Unidade Executiva do GETAT de Araguaína-GO, convocava uma reunião com toda a população do Povoado. Diz-se experiente para solucionar questões de terra, pois em Marabá-PA e Xinguara-PA, conseguira resolver os maiores conflitos, implantando a Colonização da região. Falou que ia medir as benfeitorias do Sr. Esmeraldo Boni e, aplicando 'índice 2'(dois), determinaria a área do fazendeiro. Cem metros após os limites de terras do fazendeiro começaria a área destinada aos posseiros. Dentre os 90 dias, tudo estaria resolvido. Em nome da caridade cristã, o Dr. Zosilton tentava compelir todos os lavradores a aceitarem somente 25 hectares, pois a terra não ia dar para todos se fosse adotada uma medida maior. Além disso, é importante que os pobres sejam solidários com os outros pobres, às vezes até chegantes, dizia o Doutor do GETAT. E falava ainda: é necessário que os posseiros impeçam a entrada de novos ocupantes na área para não diminuir a parcela de cada família já alistada. Aliás, mais de quatro listagens das mesmas famílias forma feitas recentemente sem nunca progredir qualquer solução.

7. No final de agosto, o técnico Jurandir iniciou o levantamento topográfico da área. A firma CETAG, de Goiânia, através de seus técnicos, veio demarcar e dividir os lotes. Segundo ela, a ordem é de recortar para cada família de posseiros somente 25 hectares de terra. Foram iniciadas as medições e demarcações nas regiões alagadas do terreno, fora das posses. Isso porque, segundo os técnicos, o Sr. Esmeraldo Boni tem título definitivo das terras (três lotes), embora até o GETAT tivesse afirmado que a área era toda devoluta. Somente a área alagada é que é que está disponível para os posseiros. Além disso, os fazendeiros precisam da melhor área para poder retirar madeira, dizem os técnicos.

8. Nós, antigos moradores dessas matas, sabemos que o Sr. Esmeraldo Boni nunca se preocupou com terra. A sua arte é trabalhar com madeira. Muitas e sadias toras de madeira podemos encontrar no mato, cortadas há dois ou três anos pelo Sr. Boni ou a mando dele, ficando aproveitadas e sendo em grande parte dizimadas pelo fogo que no verão invade as matas. É grande o desmatamento desperdiçado!

9. No último dia 1º novembro, 'doutores' e 'doutoras' do GETAT vieram forçar-nos a aceitar os 25 hectares de terra na área alagada. Ou aceitamos esta quantia naquele local ou GETAT lavará as mãos para nós diante dos problemas da terra, diziam. Aceitar esta proposta significaria sermos removidos de nossas verdadeiras posses para ocuparmos outras terras que não são trabalhadas por nós. Houve quem dissesse que se não aceitássemos esta decisão do GETAT, a Polícia Federal iria trazer 100 famílias de lavradores de outras regiões para ocuparem o que estamos rejeitando.

10. Denunciamos a constante e indesejável presença do GETAT em nossas casas. Quase todas as semanas, todos os dias, agentes do GETAT vêm no atormentar querendo que aceitemos os 25 hectares de terra que eles

prometeram, querendo enfraquecer nossas organizações e reuniões; querendo confundir os companheiros com mentiras e falso companheirismo; querendo intimidar a todos nós através da anotação dos nossos nomes em cadernos e fotografando nossas casas; dando-nos jogos de dama, bola de futebol, bomba, apitos, etc.

11. Entendemos que tudo isto é para esconder os nossos direitos de viver e trabalhar na terra que conquistamos; é para favorecer o grileiro Boni, dando-lhe as melhores terras e permitindo-lhe retirar criminosamente as madeiras para comércio; é para impedir a realização da verdadeira Reforma Agrária que já está sendo feita irreversivelmente pelos trabalhadores da roça, como apoio e incentivo dos trabalhadores da cidade; é para frear o avanço da Classe Trabalhadora em busca de democracia plena e de uma sociedade em que todos os cidadãos tenham de fato iguais oportunidades de sobrevivência e desenvolvimento social, econômico e cultural. Enfim, reafirmando o nosso irrestrito apoio e compromisso com a Campanha Nacional pela Reforma Agrária, incentivada por vários setores da sociedade brasileira e do exterior. Queremos que esta Campanha signifique também e de fato uma Campanha pela extinção do GETAT, que em nosso meio só atrapalha as nossas vidas e trabalho com suas inúmeras reuniões e visita nas famílias para nos aludir. Tudo isso, acompanhado das falsas ideias e práticas de "Reforma Agrária", vem criando em nosso povoado um clima de insegurança e tensão.

Centro dos Mulatos, 07 de novembro de 1983. (Ass.) PELA DELEGACIA SINDICAL DOS TRABALHADORES RURAIS: José Gonçalves dos Santos e Antônio José da Conceição Costa. PELA COORD. DA CPT DA DIOCESE DE TOCANTINÓPOLIS Pe. Josimo Morais Tavares, MEMBRO DA COMUNIDADE DE CENTRO DOS MULATOS. (VOZ DO NORTE: Informativo Pastoral da Diocese de Tocantinópolis. Ano 1 n 8 e 9 1983 p. 22-25).

Antes de começar analisar a narrativa escrita, é necessário apresentar autoria da denúncia quem foram os responsáveis, este artigo foi assinado pela delegacia sindical dos trabalhadores rurais em nome do José Gonçalves dos Santos e Antônio José da Conceição Costa, pela Coord. da CPT da Diocese de Tocantinópolis Pe. Josimo Morais Tavares, e membros da comunidade de Centro dos Mulatos.

Foi analisada a ausência de qualquer ilustração nesta reportagem. As imagens, em geral, contribuem de diversas formas, como diz o ditado popular: "uma imagem vale mais do que mil palavras". Liliana Machado (2012, p. 62) destaca que "uma boa reportagem não se limita a um desfile de palavras ocupando páginas inteiras de jornais, pois isso não seria visualmente atraente, podendo se tornar enfadonho para o leitor". No entanto, é importante mencionar que, no período em que a notícia foi produzida, no início da década de 1980, havia uma dificuldade em registrar imagens, especialmente devido ao receio de colocar em risco a vida das pessoas envolvidas no conflito.

No segundo momento relatado que foram cortados lotes foi nomeado como "Lote 19" que objetivo desse lote seria abafar o conflito existente entre os grileiros e

posseiros, devido ter ocorrido uma manifestação com mais de 2 mil trabalhadores rurais da região do Bico do Papagaio. Isso possibilitou que doze famílias de posseiros fossem assentadas no "lote 19" distribuindo 50 hectares de terra para cada uma dessas famílias. Já no segundo corte de terras assentando vinte e cinco famílias em que cada uma recebeu a metade da quantidade do primeiro corte, recebendo apenas 25 hectares. Porém, nenhuma destas famílias receberam o título definitivo de propriedade. A justificativa do GETAT é que parte da terra era alagada, e que o órgão não iria titular uma área alagada, defendendo que "órgão não ia titular água!". Contudo restou aproximadamente 240 hectares e que "os quais foram liberados para quem quisesse entrar e tomar conta".

No terceiro momento descreve que a maioria dos trabalhadores ficaram sem terras, e o Coronel Lisboa garantiu que iria fazer "novas demarcações" e que os lotes iriam atender toda população que estavam sem terras, promovendo esperança aos que ficaram sem propriedades, e que tiveram paciência durante 1 ano, porém com insucesso, a promessa nunca se concretizou, devido a essa circunstância, mas de 60 famílias tomaram posse de tal propriedade.

No quarto momento o coronel Lisboa, reaparece ao povoado, exigindo que os posseiros saíssem daquela propriedade, o coronel disse que aquela propriedade pertence á fazenda "Santa Marta" em que o dono da propriedade é o Sr. Esmeraldo Boni. O mesmo ofereceu Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros) e Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros), na percepção do Coronel com esse dinheiro estaria ajudando acabar com o conflito, e em seguida ameaçou-lhes quem resistir "ganhasse um chumbo no bucho", essa situação ocorreu com a presença do delegado. O Sr. Boni disse "matava ou mandava matar quem estivesse na terra dele. E fazia isso porque tinha armas suficientes, inclusive, uma carabina doada pela Federal". Momento seguinte os posseiros decidiram não desistir, e resistir a essas ameaças, iriam lutar e trabalhar, pois todos sabiam que a propriedade era sem dono.

O relato reforça uma situação de intensas ações desmotivadoras e ilegais, assim como de grande abuso pelas autoridades locais e seus interesses, a revista responsabiliza o Coronel Lisboa por ter enganado as diversas famílias locais com falsas promessas, depois decide favorecer uns e o restante ficaram na expectativa de serem contemplados, de acordo com a notícia os trabalhadores uniram-se e pressionou o

Coronel, porém o mesmo ameaçou todos que estavam naquela reivindicação, e aquele que atrever será recebido com chumbo no bucho.

Esta manifestação acusa também o delegado da região de ser conivente, a presença do delegado diante este discurso é um alerta para os moradores que o poder está com o coronel, e é reforçado quando ele diz que recebeu uma arma da federal. E todo o discurso do Coronel citava a GETAT, como se ela estivesse sob o seu comando, órgão federal. A oferta de 25 hectares para as outras famílias não atenderiam as suas perspectivas em necessidade em relação ao trabalho. Almejando a integralidades das posses, que era uma meta a serem realizadas. “A conivência dos órgãos públicos a estes abusos e crimes tornou-se uma constante. Elementos da polícia Federal, no INCRA e, depois, do GETAT acompanham pessoalmente as manobras [...] dos “doutores” da justiça e do poder” (FERRAZ, 2000, p. 98)

A efervescência de uma reforma agrária impulsionava os movimentos em busca por terras, que trouxeram diversas famílias, em busca desse sonho. Essa retórica dava a certeza para os integrantes desses movimentos que iriam ganhar as suas possíveis propriedades, pois para eles era algo inevitável que aconteceria mais cedo ou mais tarde, pois a ideia da reforma agrária iria se concretizar em todo o país, que a proposta das autoridades locais de oferecer 25 hectares no mais tardar iria ser refutável.

O sexto momento passa praticamente 2 anos, quando chega O Sr. Dr. Zosilton, assumindo a chefia da GETAT, substituindo o Coronel Lisboa, o próprio convoca a população do povoado para uma reunião. Dr. Zosilton diz ser capacitado e preparado para resolver o conflito, pois ele já tinha resolvido na região de "Marabá-PA e Xinguara-PA". O representante da GETAT disse que iria "medir as benfeitorias do Sr. Esmeraldo Boni e, aplicando 'índice 2'(dois), determinaria a área do fazendeiro". Comprometeu-se que a cem metros dos limites da fazenda, seria área destinada aos posseiros, deu prazo de 90 dias para resolver a questão, "que tudo estaria resolvido". Porém foi ofertada apenas 25 hectares, alegando que fosse uma metragem maior não daria para todos, e orientou que não haja novos posseiros no povoado, para não diminuir a metragem de terra que seria distribuída para cada família. havendo algumas listagens desses posseiros, contudo não houve progresso.

O sétimo momento se dá com a presença do técnico Jurandir, que iniciou o processo topográfico da área. A empresa CETAG da cidade de Goiânia, veio demarcar e dividir os lotes. Foi orientado aos técnicos que seriam demarcados 25 hectares para cada família, iniciando as medições nas terras alagadas. Apesar que a GETAT já tinha afirmado que a terra era devolutiva, "Somente a área alagada é que está disponível para os posseiros. Além disso, os fazendeiros precisam da melhor área para poder retirar madeira, dizem os técnicos".

O oitavo momento que é vista como uma denúncia de desmatamento, em que os antigos moradores acusam o Sr. Boni de seu interesse não são em terras, mas é de desmatar as matas, seu foco são as madeiras, a qual desmata sem planejamento, "Muitas e sadias toras de madeira podemos encontrar no mato, cortadas há dois ou três anos pelo Sr. Boni ou a mando dele", e que no verão parte são queimadas pelo fogo que invade as matas.

Nona situação inicia no primeiro dia de novembro do ano 1983 com a presença dos "doutores" representantes do GETAT, vieram coagir os posseiros aceitarem a oferta de 25 hectares de terra alagada, caso não aceitassem a proposta, os agentes disseram que "lavarão as mãos para nós diante dos problemas da terra". Para os camponeses a terra em que eles vivem há um significado, pois eles sentem os "verdadeiros" ocupantes. Saiu estórias, e uma delas que caso não aceitassem a oferta, iriam vir cem famílias de lavradores de outras regiões para ocupar.

Decimo momento é marcado pela denúncia, pela presença frequente dos agentes da GETAT, alegando que todos os dias da semana eles vêm para pressionar que aceitem os 25 hectares. A retórica dos representantes dos posseiros é que a GETAT está tentando enfraquecer o movimento dos camponeses, com mentiras, falsas anotações dos seus nomes em um caderno e fotografando às residências, e "dando-nos jogos de dama, bola de futebol, bomba, apitos, etc". Difícil não remeter essas ofertas ao processo de colonização do Brasil, quando os colonizadores ofereciam aos nativos espelhos, apitos, cordas, facões, perfumes ou aguardente em troca os portugueses levaram as riquezas para Europa.

A última parte é caracterizada pela denúncia em que ressalta que a GETAT está beneficiando o grileiro Boni dando terra que eram devolutivas, ele fica com as

melhores terras e acusa o órgão de ser conivente permitindo que desmata criminosamente as árvores para o comércio de madeira, e que os agentes estão impedindo de realizar a reforma agrária, ressalta "frear o avanço da Classe Trabalhadora em busca de democracia plena e de uma sociedade em que todos os cidadãos tenham de fato iguais oportunidades de sobrevivência e desenvolvimento social, econômico e cultural". O discurso da Reforma Agrária é forte na representação dessa última parte, elenca esse processo como algo inevitável.

Figura 13: Imaginário dos camponeses em referência a GETAT.



Fonte: Charges do boletim O Grito da PA-150, 1980, ano I, nº 5.

A Charge do Boletim "O Grito da PA-150" do início da década de 1980, representa a grande problemática fundiária na região, demonstrando uma crítica severa ao órgão de Grupo Executivo Araguaia-Tocantins em relação aos camponeses, de acordo com o informativo por meio da leitura da charge a GETAT atua contra os posseiros, não estaria realizando um trabalho de amenizar ou a contribuindo com

titulação de terra as esses pequenos produtores, pelo contrário estariam agindo contra esse grupo, dificultando atuação dos movimentos ligado aos camponeses, conseqüentemente contribuindo pelo êxodo rural, os trabalhadores deixavam suas pequenas propriedades em busca de uma alternativa ou para sobreviver as constantes ameaças. "ameaças e violências praticadas por grileiros, elementos do GETAT e da Polícia Federal. Além disso, foi feita uma campanha tentando desmoralizar Sindicatos de Trabalhadores Rurais e lideranças sindicais" (ABRA, 1981, p. 9).

A leitura inicia com a interpretação de um camponês sendo crucificado na letra "T" remetendo a uma cruz, simbologia presente no cristianismo ao crucifixo de Jesus Cristo, ao lado da letra está a sua ferramenta de trabalho um machado de cada lado. O camponês que foi crucificado no meio do nome da GETAT remonta o sofrimento de cristo na cruz, a sua fala assemelha a de Cristo disse na cruz "Pai, perdoa-lhes, pois eles não sabem o que fazem" com "Pai, eles não vão fazer a reforma agrária me enganaram de novo". A reforma agraria agrega muito valor ao imaginário na luta camponesa, podendo interpretar como ato de fé, em busca de ter acesso à moradia e sua sobrevivência no campo. Porém, a charge apresenta uma luta inglória, com o sofrimento do camponês que foi posto pela GETAT a sangrar. A multidão questionando "o que foi que ele fez?" "Tava querendo trabalhar". Os posseiros se perguntaram muitas vezes pela perseguição o que eles fizeram para tamanha violência e que diversas situações os levaram a morrer, para que tamanho tormento se "Tava querendo trabalhar".

OUTRA PASSAGEM

Eu estava na casa de minha mãe, no dia 26 de setembro, pela manhã bem cedo. Mal terminei de tomar uma xícara de café quando avistei um policial entrando pra dentro de casa. Ele perguntou logo se eu estava guardando alguma arma. Falei que nem possuía. Chamou para atravessar o outro lado do brejo onde se encontravam meus outros companheiros. Todos os companheiros estavam em forma de fila, sentados no chão sobre ordem dos policiais, neste momento havia seis policiais. Depois chegaram mais quatro. Então, me mandaram ficar em uma das filas. Passados uns 15 minutos um policial me tirou do meio dos companheiros. Fomos para a casa do Augusto Pereira do Nascimento, para onde estavam indo também mais três companheiros, escoltados por cinco policiais. No terreiro da casa, me deram um soco na cabeça. Mandaram-me deitar no chão. Começaram a me chutar como bola. Os chutes acertavam sobretudo no meio das costas, no peito esquerdo, que ainda me doe, e no queixo que se encontra inchado e dolorido. Eram quatro policiais que me judiaram desse modo. Ameaçaram de me matar com um tiro. Nunca me explicaram os motivos desta barbaridade. Por isso

não consigo entender tanta coisa. Mas penso que este pessoal deveria pelo menos pagar o tratamento de minha saúde. Sinto muito dor no peito esquerdo, especialmente quando respiro e faço movimento para baixar (VOZ DO NORTE, V.8/9, 1984.).

A análise decolonial da reportagem sobre a violência policial descrita pelo autor pode ser realizada a partir dos conceitos do sociólogo peruano Aníbal Quijano (2005). Como o autor argumenta que o colonialismo é uma estrutura que se mantém presente na América Latina, mesmo após a independência formal das nações. Ele define colonialismo como um sistema mundial de poder que subordina e explora as populações das regiões colonizadas, e que continua a ser reproduzido pela lógica do capitalismo global.

Nesse sentido, a violência policial descrita na reportagem é uma manifestação da estrutura colonialista que se mantém presente na América Latina. O autor da reportagem é um sujeito marginalizado que foi alvo de violência física e psicológica sem qualquer justificativa clara. Essa violência é exercida pelos policiais, que detêm o poder de manter a ordem pública, mas que, muitas vezes, utilizam esse poder para intimidar e violentar pessoas vulneráveis.

Que o colonialismo é uma estrutura que opera por meio da hierarquização de raças, o que gera desigualdades sociais e econômicas profundas. Na reportagem, o autor é submetido a um tratamento violento por parte dos policiais, que podem ter agido dessa maneira por conta de sua raça, classe social ou posição política. Essa hierarquização de poder também se manifesta na forma como as instituições policiais e judiciais tratam as vítimas de violência, muitas vezes ignorando ou minimizando o sofrimento dos sujeitos marginalizados. Por fim, Quijano (2005) também destaca a importância da resistência e da luta contra o colonialismo. a reportagem denuncia a violência que sofreu nas mãos da polícia, e exige reparação e justiça. Essa resistência é importante para desafiar a estrutura colonialista que opera na América Latina, e para lutar por uma sociedade mais justa e igualitária.

Em resumo, a análise decolonial da reportagem sobre a violência policial destaca como essa violência é uma manifestação da estrutura colonialista que se mantém presente na América Latina. A hierarquização racial, a subordinação e a exploração das populações marginalizadas são aspectos centrais desse sistema de poder, que só pode ser desafiado por meio da resistência e da luta por justiça social.

Os funcionários públicos, magistrados, policiais fazem o jogo da classe dominante em que muitos deles ficaram cada vez mais ricos com o aparelhamento do estado aos interesses particulares com atuação de policiais. A violência exercida aparece insensivelmente quando fazem abordagens truculentas e ameaçadoras, adentra nas propriedades com objetivo de desarticular e causar medo aos camponeses. As armas em que os policiais buscam nessas propriedades são a mando dos latifundiários, representa uma grande ameaça, a esse interesse a polícia age de forma ilegal sem nenhum mandado de busca e apreensão. Estas armas apreendidas muitas vezes eram entregues aos grileiros que conseqüentemente distribuía aos seus jagunços.

A relação dos policiais para com os camponeses é permeada de violência na atuação dos policiais agindo de forma para intimidar os camponeses. “Mandaram-me deitar no chão. Começaram a me chutar como bola. Os chutes acertavam sobretudo no meio das costas, no peito esquerdo” e os camponeses em sua maioria não demonstram ter nenhuma resistência ou tentam revidar, pois, sabem que podem trazer conseqüências ainda maiores. Se quer dão justificativa para tais barbaridades, apenas agem de forma desumana e sem nenhum sentimento ou remorso, será que apenas um determinado grupo de policiais causavam tais horrores, ou toda corporação tinha que agir fora da lei? Ou eram forçados e ameaçados para agirem de forma tão cruel? O que fica é o sentimento de injustiça, os prejuízos, as dores e o sentimento de incapacidade “O controle da sociedade sobre os indivíduos não é feito apenas por meio da consciência ou da ideologia, mas também no corpo e com o corpo. Para a sociedade capitalista” (FOUCAULT, 1994, p.210). Leva a refletir sobre a necessidade de se questionar e transformar as estruturas de poder que sustentam a violência policial e a opressão dos grupos subalternos. É necessário reconhecer a história colonial do Brasil e as formas como ela ainda se manifesta na atualidade.

Carta ao ministro Paulo Brossard, a Romeu Tuma e ao povo em geral.
Nós lavradores ouvimos na rádio que a Polícia Federal vinha desarmar o povo da região do Bico do Papagaio:
- os posseiros, os pistoleiros, os fazendeiros, devido a morte do Pe. Josimo Moraes Tavares, assassinado no dia 10 de maio de 1986.
Queremos levar ao conhecimento das autoridades e ao povo em geral que a Polícia Federal agiu no meio de nós:

- desarmou só os posseiros e lavradores usando todo tipo de opressão, de arbitrariedades, de mentiras;
 - humilhando;
 - em alguns casos obrigando os representantes a denunciar as “armas’ dos moradores;
 - roubando a consciência das crianças, dando balinha para que elas denunciassem os pais, os vizinhos que tinham “armas”
 - Invadiram casas fechadas;
 - ameaçaram de bater em alguns lavradores que recusaram a denunciar os companheiros;
 - chegaram ao absurdo de bater em lavrador que encontrava descansando em sua cama;
- Bateram num caçador vindo do mato depois de ter desarmado ele (esse homem ficou vários dias doente);
- vasculharam casa com pessoas doentes, deitadas;
 - usaram pistoleiros e perseguidores do povo para procurar armas na casa dos lavradores;
 - arrancaram os cartazes de luto do padre Josimo na casa de lavradores inclusive da frente da igreja de Juverlândia dizendo. “Padre Josimo não era padre, era comunista, já foi para o inferno”;
 - pegaram armas de lavradores e entregaram para pistoleiros;
 - no povoado de São Pedro, município de Sitio Novo, a Polícia Federal ameaçou de cortar a machado o cruzeiro fincado no meio do povoado. Esta cruz foi colocada no dia 6/11/1985 durante a solenidade de uma missa celebrada pelo nosso bispo D. Aloísio, de Tocantinópolis, devido ao assassinado bárbaro de nosso companheiro Luís Mendes de Carvalho, por pistoleiros da fazenda Tocantins Agro Industrial, no dia 21/10/1985. A mãe de Luís frente a este ato de violência contra a memória de seu filho disse: “Para cortar a cruz de machado precisa primeiro me cortar”. Assim mesmo ela foi obrigada a arrancar a cruz e a Polícia Federal levou a placa “memorium” da morte do nosso companheiro.
 - estamos indignados e revoltados com o modo de agir da Polícia Federal: Se algum lavrador possui alguma “profora” não é uma arma mas sim um instrumento de trabalho pois através dela nós livramos de feras da mata, defendemos nossa criação, alimentamos a nossa família através da caça. Perguntamos às autoridades porque desarmaram só os lavradores? Não somos nós que matamos Pe Josimo, não somos nós que somos contra a Reforma Agrária.
 - Porque a Polícia Federal não desarmou os fazendeiros, grileiros e pistoleiros? São eles que mataram o nosso padre e nossos companheiros, e são eles que são contra a reforma agrária.
- Quem está no inferno são aqueles que perseguem a cruz de Cristo, aqueles que violentam os nossos direitos, aqueles que matam os padres e o povo. Nós todos queremos justiça: até agora continuam impunes os mandantes e os pistoleiros que mataram o nosso companheiro Luís, o Pe. Josimo e muitos outros.
- Protestamos também diante das calúnias feitas contra as irmãs Beatriz, Madalena e Nicole. É uma infâmia e um absurdo pois as conhecemos a 6 anos, e nunca ela se envolveram com qualquer tipo de trabalho de tráfico de criança ou coisa semelhante.

Teríamos ainda muitas barbaridades a contar sobre o modo que a Polícia Federal agiu na nossa região. Onde passaram deixaram rastro sujo, violento e vergonhoso. COORDENAÇÃO SINDICAL DO BICO DO PAPAGAIO (04/08/1986)

A seguinte denúncia veio por meio de uma carta com o título “Carta ao ministro Paulo Brossard, a Romeu Tuma e ao povo em geral”. Remetida ao ministro da justiça

Paulo Brossard durante o governo do José Sarney (1985 -1989), e Romeu Tuma que era senador, e a sociedade de maneira geral, a qual tinha objetivo de chegar a todos os brasileiros. A carta foi escrita no dia 4 de agosto de 1986 pela coordenação sindical do Bico do Papagaio.

A Carta ao Ministro Paulo Brossard, a Romeu Tuma e ao povo em geral é um relato das arbitrariedades, opressões e violências cometidas pela Polícia Federal durante uma operação de desarmamento na região do Bico do Papagaio, em razão do assassinato do Pe. Josimo Moraes Tavares, ocorrido em 10 de maio de 1986. A análise decolonial desse texto é fundamental para compreendermos as relações de poder e as estratégias de dominação presentes na sociedade brasileira.

A ideia de criar uma carta representa o silenciamento dos movimentos sociais perante as autoridades locais, bem como o monopólio dos meios de comunicação da região. Havendo relatos que dono de aglomerado de comunicação rádio e tv, foi grileiro e enriqueceram com o trabalho escravo em suas indústrias e fazendas. Questão presente nos dias atuais como tal grupo ainda reivindica propriedades dentro da cidade de Araguaína.

A carta já no início revela a forma em que a Polícia Federal atuou na região do Bico do Papagaio. Acusando os agentes oficiais em que o seu dever legal era promover a ordem pública e de garantir a segurança pública, protegendo o cidadão, seus bens e seus direitos. Porém, a denúncia expõe oposto do papel em que o policial deveria agir, atuando com arbitrariedades e prevaricação com fazendeiros e grileiros.

O documento denúncia que poder público estar cometendo as atrocidades fora da lei, e que durante atuação dos policiais promoveram violência, e devido as essas ações causaram em consequência angústia aos camponeses, ressaltando que já vivem uma vida sofrida e que são perseguidos. No relato acusam as autoridades de tentarem desarticular os movimentos camponeses da região, destacando quando tomam as suas armas, e levam essas armas apreendidas para os grileiros e os latifundiários, apontando a polícia como cúmplice da grilagem.

Diante do que foi explicitado irá ser feito uma discussão decolonial de tais fatos, começando pelas supostas arbitrariedades, Aníbal Quijano (2005, p. 125). “Para os

controladores do poder, o controle do capital e do mercado eram e são os que decidem os fins, os meios e os limites do processo” Quando a polícia agride indivíduos em situação que não tem como revidar, toma as armas e presenteiam os latifundiários e grileiros com elas, alicia as crianças com doces ou balas, aproveitando da inocência de crianças, demonstram que atuação não possui limites éticos ou legais, a violência física em que os agentes cometem confirma o aparelhamento do estado em favor do capital, demonstram que os oficiais não estão atuando em prol de uma segurança social e muito menos em defesa do estado. Essa acusação remonta uma milícia que trabalha para os latifundiários e grileiros.

Na exploração, é o “corpo” que é usado e consumido no trabalho e, na maior parte do mundo, na pobreza, na fome, na má nutrição, na doença. É o “corpo” o implicado no castigo, na repressão, nas torturas e nos massacres durante as lutas contra os exploradores. Pinochet é um nome do que ocorre aos explorados no seu “corpo” quando são derrotados nessas lutas. Nas relações de gênero, trata-se do “corpo”. Na “raça”, a referência é ao “corpo”, a “cor” presume o “corpo” (QUIJANO, 2010, p. 126).

No início do processo colonizatório no Brasil, os dominantes viam os habitantes originários como o “outro” e “selvagens” atuação dos europeus em relação aos povos originários foi marcado por intensos conflitos, o sentimento de superioridade prevalecia no imaginário europeu, que veio trazer a suporta “modernidade” e “avanço”, mas para isso tinha que promover violências e desapropriações, o Viveiros de Castro (2015, p. 37) “O etnocentrismo dos europeus consistia em duvidar [negar] que os corpos dos outros contivessem uma alma formalmente semelhante às que habitavam os seus próprios corpos”. Essa comparação não é diferente do relatado na carta, a comparação entre as autoridades (eles) com os posseiros (outros), a dominação do eles sobre o outros, a falta de sensibilidade com o outro como não houvesse não alma ou sentimentos, muitos desses posseiros são negros, nordestinos e mulheres destacando a subordinação desses grupos no discurso pró-modernidade. América que era tida como “novo mundo” refletia essa percepção no século XVI no domínio dos europeus, a qual surgem na história personagens masculinos europeus com características positivas como desbravador, conquistador e aventureiro, e ausência do outro, que amplia o não europeu. Reforçando Rogério Haesbaert (2020, p. 79) “pelo processo de dominação e exploração colonial mas, que, sem dúvida, o antecede, impregnada no histórico cultural opressor de muitas comunidades pré-coloniais”. E a relação com “a percepção do sujeito como diferente e desigual determina o início de

um conflito, e uma luta por reconhecimento que busca mostrar, o Estado que não perceberam, ou ignoraram, a condição do outro” (RAVAGNANI, 2009, p. 48).

A brutalidade permeia toda carta quando invadem casas de pessoas doentes, “a dimensão espacial das dinâmicas colonizadoras onde, além de um genocídio e/ou etnocídio das populações originárias trata-se de uma “invasão estrutural” (HAESBAERT, 2020, p. 80). Quando eles invadem as propriedades e agridem os lavradores e o caçador em que não tinha como resistir, porém, o agride, como forma de demonstração de poder. Não respeitam o luto de uma senhora que perdeu o seu filho e destruíram a cruz, ou luto da comunidade em relação ao padre Josimo que tiraram a placa em “memoriam” que foi um grande líder e voz para eles, e o mesmo morreu de forma covarde a mando de um latifundiário, tornando um símbolo de resistência a eles e as gerações futuras das comunidades da região.

Esta denúncia foi pesquisada na internet em busca de saber de uma possível repercussão ou mesmo se chegou a ser noticiada por algum veículo de comunicação, porém não foi encontrado algum vestígio. A resposta muito menos possível de ser respondida, a compreensão de tais absurdos reforma como todos os demais relatos reportados, que a convivência do poder público para com os interesses particulares de um pequeno grupo privilegiado, não se remete apenas entre o poder local, mais ao sistema vigente que perpassa desde um simples policial a um ministro. O silêncio das autoridades reproduz a convivência que remonta uma estrutura de injustiças sociais, em que o estado representado pelos seus mais altos cargos públicos não tem nenhum escrúpulo os limites de sensibilidade.

Atuação dos agentes da CPT e dos sindicatos “Esses enfrentamentos permitem aos setores não dominantes do capital –bem como aos explorados– melhores condições de negociar seu lugar no poder” (QUIJANO, 2005, p. 125) Com a incorporação dos movimentos, a exemplo da CPT e no caso presente de uma coordenação sindical, este documento carrega uma toda simbologia de resistência, carrega uma estratégia, reflete em que camponeses não ficaram diante deste conflito passivamente, eles resistem como podem, a construção da carta é um reflexo de poderem chamar atenção tanto do poder público, como também de uma possível repercussão da sociedade, a maneira como foi escrita por tópicos de denúncia apresenta uma estrutura organizada e planejada, relatando as diversas violências e

arbitrariedades. E a sua divulgação só foi possível por meio Coordenação Sindical do Bico do Papagaio.

As disparidades entre as regiões centrais e zonas periféricas manifesta variações nas abordagens policiais, já advém de um sistema que promove investimentos no discurso da modernidade e no avanço em contraponto as culturais mais simples e o camponês sofre com as consequências das ações em que o capital nacional e internacional provoca os pequenos produtores, a violência e expropriação são resultados desses investimentos na vida dos camponeses. Além disso, as práticas abusivas e violentas da Polícia Federal demonstram a naturalização da violência como forma de controle social, um legado do colonialismo e da escravidão que se perpetua.

Ao mesmo tempo, a carta também evidencia a resistência dos lavradores e posseiros, que denunciam as arbitrariedades e as violências sofridas, e exigem justiça e respeito aos seus direitos. A resistência é uma forma de luta contra as estruturas de poder que operam na sociedade brasileira, e é uma expressão da busca pela liberdade, pela igualdade e pela dignidade humana.

Em resumo, a Carta ao Ministro Paulo Brossard, a Romeu Tuma e ao povo em geral é um documento que nos permite compreender as relações de poder presentes na sociedade brasileira, e que evidencia a necessidade de lutar contra o colonialismo e o racismo, sendo estruturas de poder que perpetuam a violência e a desigualdade social.

Apesar das dificuldades enfrentadas pelos movimentos sociais e camponeses da região do Bico do Papagaio, suas lutas têm sido fundamentais para a denúncia e enfrentamento das violências que ocorrem na região. A atuação desses movimentos tem contribuído para a pressão sobre o Estado brasileiro para tomar medidas para proteger os direitos dos trabalhadores rurais e das populações tradicionais, além de apontar para a necessidade de reformas estruturais no campo brasileiro.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Naquele momento, de acirramento dos conflitos agrários no país, em especial, no “Bico do Papagaio”, parte da elite eclesiástica, posiciona-se a favor dos “posseiros” e contra a grilagem de terras (VOZ DO NORTE, 1983, nº1). Apesar da riqueza de informações contidas na *Voz do Norte*, em especial, sobre os conflitos agrários no extremo norte de Goiás, ele ainda é desconhecido entre os pesquisadores da região. Selecionamos alguns artigos que mostram como as lideranças locais denunciaram a situação de violência na região do Araguaia/Tocantins, nos anos de 1980. Com o título “Uma voz forte vem do Bico do Papagaio: é urgente a reforma agrária” o periódico publica artigo de denúncia sobre a violência e defende a necessidade de reformas estruturais, buscando alterar as relações de força entre os grupos sociais.

O periódico foi um instrumento de denúncias, e os denunciados, em sua maioria, autoridades do poder público local, sabiam do respaldo do período do regime militar alinhava seus interesses com os grandes produtores, coronéis e grileiros. Contribuindo com as arbitrariedades e violências contra os pequenos produtores e moradores tradicionais da região. Esses problemas representam o poder em que a elite tem sobre o cenário político, porque a situação do trabalhador do campo é um assunto bastante delicado e diverge opiniões no debate da sociedade e é fácil de entender quanto é alto o custo social que o lavrador está pagando por esta exploração.

Durante o início da década de 1980, a truculência da Polícia Federal e militar tornou-se mais frequente, e os posseiros passaram a demonstrar maior violência, promovendo arbitrariedades, incendiando e derrubando barracos, além de espancar os camponeses. As atitudes de omissão ou conveniência das forças policiais estimularam os grileiros e o latifúndio, resultando em várias ações ilegais de agentes da Polícia Federal. Vale ressaltar que as remoções de posseiros só poderiam ser feitas com mandados judiciais, no entanto, os despejos ocorriam sem qualquer documento dessa natureza.

Com a descoberta, na região, do imenso garimpo que ficou conhecido como Serra Pelada, no início da década de 1980, este serviu como uma válvula de escape. Com a grande repercussão e divulgação, a descoberta contribuiu para que os posseiros desistissem da luta pela terra em busca do novo eldorado. Além disso, os meios de

comunicação propagavam as vantagens da vida urbana, estimulando as ilusões de uma vida melhor na cidade e suas estruturas sociais. A atração pelo ouro fácil e abundante afastou os posseiros das áreas de conflito. A migração para as cidades se acelerou com a propaganda de melhores condições de vida, empregos e salários mais atraentes que os proporcionados pelo campo.

O sonho de riqueza e prosperidade alimentado pela febre do ouro dissimulou a realidade de exploração e precariedade que aguardava os aventureiros. As dificuldades de adaptação à nova vida foram intensificadas pela falta de qualificação profissional e de estrutura para recebê-los nas cidades. Desprovidos de apoio, muitos se viram impedidos de retornar às áreas rurais devido à grilagem das terras pelos latifundiários.

Muitos deixam o campo e seu sonho e voltam a prestar serviços aos fazendeiros, muitos se submetiam serviço análogo ao da escravidão, ou passam a morar em povoados ou nas periferias das cidades, na beira das estradas. E as propriedades iam para os grandes latifundiários. Na ótica do fazendeiro essa era a resolução em que buscava, os posseiros distantes ou trabalhando para ele de forma inadequada com baixa remuneração, a terra legalizada, o banco possibilitando financiamento para investir na produção e na infraestrutura e os camponeses ficam difamados na luta pela terra.

A CPT é [era] a garantia da representação da defesa e direitos dos trabalhadores rurais, denunciando as ilegalidades e abuso de poder tanto dos órgãos e da polícia, as autoridades valiam-se até de elementos fora da usualidade jurídica.

Com a abertura democrática, os meios de comunicação, como os jornais, puderam divulgar com maior cobertura os fatos ocorridos nas regiões de intensos conflitos. Conforme foi noticiado, as denúncias apresentavam as narrativas dos camponeses e dos movimentos ligados a eles. A imprensa teve permissão para expor a realidade vivida pelos trabalhadores rurais, dando visibilidade às arbitrariedades cometidas por grileiros e pistoleiros contra os posseiros.

Os relatos de despejos violentos, torturas, prisões ilegais e assassinatos passaram a constar nos noticiários, revelando o drama de quem lutava pela posse de

pequenos lotes de terra. As reportagens denunciavam a conivência das autoridades com os interesses dos latifundiários, que recorriam a milícias privadas para defender suas posses ilegítimas. A grande mídia, antes proibida de publicar tais fatos durante o regime militar, pôde finalmente cumprir o papel de informar a opinião pública sobre os conflitos agrários e as injustiças cometidas.

A divulgação do problema contribuiu para pressionar o governo por reformas na legislação e por políticas de redistribuição de terras. Apoiados pela cobertura jornalística, os movimentos sociais ganharam força para reivindicar a aceleração do processo de demarcação da reforma agrária e o assentamento de novos colonos. A abertura da mídia impressa foi, portanto, fundamental para tornar visível a luta dos trabalhadores rurais e fortalecer as organizações na reivindicação de direitos.

A maioria das informações que existe atualmente referentes aos crimes cometido pelo Estado, pistoleiros e fazendeiros são poucas, faltam arquivos e registros, além da dificuldade de encontrar pessoas que tenham informações sobre as vítimas, tanto pela falta de notícias como também pelo medo que permanece atualmente por muitos trabalhadores rurais.

Um dos objetivos da CPT é oferecer aos trabalhadores rurais, materiais de estudo e assessoria para que eles mesmos se capacitem e assumam o protagonismo do seu futuro e para que sejam os construtores de sua própria história. E para exercer essa tarefa, ele deverá ter competência e conhecimento dos princípios da economia, política, e ter um trabalho com diversas metodologias em que permitem ações práticas que favoreça as suas interlocuções. Não apenas de princípios pastorais, e que deve saber que não será automaticamente sindicalista ou político devido as formações. Porém o lavrador deve militar em favor das suas reivindicações, atuação que passa por intermédio de movimentos sociais, sindicatos e pela CPT. A Voz do Norte foi justamente esse compilado, não seguindo apenas no campo das denúncias, mas como o instrumento de divulgação das formações como meio de comunicação que circulava na região em que chegava a esses camponeses.

Atuação da CPT bem como das diversas lideranças eclesíásticas dentro da complexidade do cenário nacional, a violações das leis, a violência como instrumento de controle e ordem usado de forma predominante, o poder pesado e frio das

autoridades sobre os mais fracos socialmente, essas questões era a forma de agir para que garanta os direitos dos antigos proprietários em prol dos grileiros ou do capital que financiava essas agressões.

A atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) foi fundamental para a defesa das pessoas no campo, tornando-se uma das instituições mais importantes no que se refere a esse tema. A CPT assumiu um protagonismo crescente nas últimas décadas, consolidando-se como uma referência na luta pelos direitos dos trabalhadores rurais e na denúncia das violações de direitos humanos no campo. É impossível falar dos conflitos agrários no Brasil sem citar a atuação da CPT.

No entanto, é importante destacar que a criação da CPT não foi consenso dentro da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil). Algumas alas mais conservadoras eram contra a criação da Pastoral, o que evidencia a resistência que a defesa dos direitos dos trabalhadores rurais enfrentava dentro da própria Igreja Católica.

Ao longo do tempo, principalmente a partir da década de 1980, a CPT obteve um grande prestígio na luta no campo, consolidando sua estrutura econômica advinda da Igreja Católica. A atuação da CPT foi importante para evidenciar as injustiças e desigualdades presentes no campo brasileiro e contribuiu para a construção de políticas públicas mais justas igualitárias para os trabalhadores rurais. Além disso, a CPT realizou um trabalho importante na conscientização da população sobre a importância da reforma agrária e do acesso à terra como um direito humano fundamental.

Hoje em dia, a CPT é reconhecida nacional e internacionalmente como uma das principais instituições na defesa dos direitos humanos no campo. A Comissão Pastoral da Terra atua em diversas frentes, como a formação de lideranças, a denúncia de violações de direitos humanos, a assessoria jurídica e a promoção de atividades produtivas sustentáveis.

Pelo poder em que exercem a elite, muitas vezes esse discurso torna presente no nosso pensamos, e que contribuímos a favor da classe dominante quando falamos e agimos em consonância da modernidade. Colonialismo foi reproduzido, apesar do fato

de que as pessoas que ele conheceu os níveis mais baixos da hierarquia aparentemente estão tentando resistir e lutar. E a análise de colonial aponta que essa relação de poder é de um processo histórico desde a formação do Brasil, em que o colonizador exerce essa influência em nome do progresso, avanço e modernidade.

A perspectiva decolonial é relevante nesse contexto, pois enfatiza a importância de questionar a dominação colonial que ainda permeia as relações sociais, políticas e econômicas em muitas regiões. O Bico do Papagaio é uma dessas regiões, marcada por conflitos decorrentes da luta pela terra e por direitos fundamentais negados aos povos originários e tradicionais. Dessa forma, o informativo ajudou a dar visibilidade aos conflitos agrários na região, mobilizando a sociedade civil e pressionando as autoridades para que agissem em defesa dos direitos das comunidades afetadas

Nesse sentido, o informativo da diocese de Tocantinópolis pode ser entendido como uma iniciativa de resistência decolonial, que busca dar voz aos excluídos e marginalizados e desafiar as estruturas de poder dominantes. Ao promover a denúncia e a mobilização em torno dos conflitos agrários na região do Bico do Papagaio, o informativo contribuiu para a construção de um movimento social mais amplo que luta por justiça e igualdade.

A dissertação enfatiza a importância histórica da CPT na região e de suas lideranças na construção das identidades dos diversos movimentos. O informativo teve sua publicação encerrada com o assassinato do padre Josimo Tavares, um dos principais interlocutores e protagonistas da resistência camponesa no Bico do Papagaio.

Em conclusão, a dissertação representa um marco nos estudos sobre os conflitos agrários e as resistências camponesas na região do Bico do Papagaio, destacando as ações da CPT e dos movimentos sociais que denunciaram as violências e arbitrariedades cometidas contra a população local. A partir dos documentos dos informativos publicados, foi possível contextualizar o conflito agrário e a organização social que lutava pela permanência na terra. Verificou-se que os camponeses vivenciaram um conflito direto contra as forças repressivas do Estado, revelando as contradições presentes entre os interesses privados e a legislação vigente sobre a posse das terras.

A pesquisa é um importante material para entender as denúncias da CPT sobre despejos violentos, ameaças e assassinatos de lideranças, além da formação política que ocorria através dos informativos e dos encontros promovidos pelas Pastorais. O estudo contribui para ampliar o debate sobre as diversas identidades presentes nos conflitos agrários no Brasil, sob a ótica das lideranças e da Pastoral da Terra na região Amazônica.

Em suma, a dissertação é uma análise inovadora que utiliza a teoria decolonial e os estudos culturais para compreender a resistência camponesa: suas estratégias de mobilização e organização social para lutar contra o processo de desterritorialização imposto pelo modo de produção capitalista. A pesquisa destaca a importância de se reconhecer as vozes marginalizadas na luta por justiça social e na resistência contra a opressão.

FONTES:

COORDENAÇÃO DIOCESANA PASTORAL. Dom Cornélio Chizzini. Rio de Janeiro: Bitaurus, 1991.

JORNAL DO BRASIL. 26 jun. 1986. p.1

O ESTADO DE SÃO PAULO. 26 jun. p. 14

MORIER, Luiz. Todos Negros. 1983. Fotografia. Disponível em: <https://www.ims.com.br/IMS/conteudo/colecoes/acervo/luiz-morier/>. Acesso em: 12 abr. 2023.

VOZ DO NORTE. Informativo pastoral da Diocese de Tocantinópolis. 1983.

VOZ DO NORTE. Informativo pastoral da Diocese de Tocantinópolis. 1984.

VOZ DO NORTE. Informativo pastoral da Diocese de Tocantinópolis. 1985.

VOZ DO NORTE. Informativo pastoral da Diocese de Tocantinópolis. 1986.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Deivison Gonçalves. BILHÃO, Isabel Aparecida. **IGREJA CATÓLICA E MUNDO DO TRABALHO NO BRASIL: BREVE ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA.** 1ª ED, Jundiaí-SP. PACO editorial. 2019.

AMORIN, R. T. C.; FARIAS, M. S.; MELO, J. P. **A Imprensa Sindical alternativa dos trabalhadores rurais na Amazônia** - Uma contra-hegemonia deflagrada com a ditadura militar de 1964. Lumina, Vol.9, nº2, dezembro 2015. ISSN 1981-4070.

ARAÚJO, Marco Aurélio Correia de. **Estado e Planejamento: a SUDECO e o avanço do capitalismo monopolista na região do Centro-Oeste (1967-1990).** Dissertação: Mestrado em História- Universidade Federal de Goiás, 2012.

ARENDT, Hannah. **Sobre a violência.** Tradução de André Duarte. Rio de Janeiro: Relume- Dumará, 1994.

AZEVEDO, Raquel de. **A resistência anarquista: uma questão de identidade (1927-1937).** São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002. (Coleções Teses e Monografias, v. 3).

BALDI, Carlos Augusto. Descolonizando o ensino de direitos humanos? Hindu - Revista **Latino-americana de Direitos Humanos**, Belém, PA, v. 5, n. 1, p. 8-18, 2014.

BARROS, José D'Assunção. **Fontes Históricas**: revisitando alguns aspectos primordiais para a Pesquisa Histórica. Revista Mouseion, n. 12, mai/ago/2012, pp. 129/159.

BARROS, José D'Assunção. **Marc Bloch e Lucien Febvre**: Revisitando a primeira geração dos Annales. **Revista Caminhos da História** v. 17, n.1, n.2/2012.

BARROS, Patricia Marcondes. A Imprensa Alternativa Brasileira nos "anos de chumbo". **Akrópolis**, Umuarama, v.11, n.2, abr./jun., 2003

BARP, Wilson José. SILVA, Henry Willians. Discurso e Conflito dos Movimentos Sociais Rurais na Amazônia: os posseiros e os sem-terra. **IV Encontro Nacional da Anppas**. Brasília - DF. 2018 Disponível em: acessado em 23 de outubro de 2018.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BILHÃO, Isabel. Dia de festa ou dia de luto: viva o Primeiro de Maio. In: _____. **Identidade e trabalho**: uma história do operariado porto-alegrense (1898-1920). Londrina: EDUEL, 2008. p. 218-251.

BOHRER, Marie-Hélène. "O historiador e a imprensa: os limites do discurso jornalístico para a história do presente". Revista de Estudos Históricos, vol. 2, no 1, 1989.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular**: história e imagem. Bauru: EDUSC, 2004.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. **Imprensa periódica como fonte para a História do Brasil**, em Eurípedes Simões de Paula (org.), Anais do V Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História, São Paulo, Seção Gráfica da FFLCH/USP, 1971, V.II, pp. 225-39.

CAPELATO, **Maria Helena**. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Ligia. **O bravo matutino**: imprensa e ideologia no jornal O estado de S. Paulo. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. 2 ed. Rio de Janeiro. Forence Universitário,2000.

COSTA, J. B.; GROSFOGUEL, R. Decolonialidade e perspectiva negra. **Sociedade e Estado**, [S. l.], v. 31, n. 1, p. 15–24, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/6077>. Acesso em: 20 mar. 2023.

CORONIL, Fernando. **The Magical State: Nature, Money, and Modernity in Venezuela**. Chicago: University of Chicago Press. 1997.

CRESTANI, Leandro de Araújo. OLIVEIRA, Nilton Marques de. **Conflitos Agrários no Bico do Papagaio**, Tocantins. 207Revista IDEAS, v. 8, n. 2, p. 104-134, 2014.

CUNHA, Valdeir Vieira da; SILVA, Aichely Rodrigues da. A Luta pela Terra no Maranhão: o caso do Bico do Papagaio. **XII Encontro Nacional de Geografia Agrária**. Uberlândia, 2012.

DOWNING, John H. D. **Mídia radical: Rebeldia nas Comunicações e Movimentos Sociais**. São Paulo: Senac, 2002.

ESCOBAR, Arturo. **Encontering development: the making and the unmaking of the third world**. Princeton: Princeton University Press, 1995.

ESTERCI, N. **Conflito no Araguaia: peões e posseiros contra a grande empresa** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. III – Campesinato e peonagem, p. 94-127. ISBN: 978-85-99662-54-9.

FONSECA, Célia Freire A. **Continuidade, Mudança e Tempo**. 1967.

FERRAZ, Sidney. **O movimento camponês no Bico do Papagaio: Sete Barracas em busca de um elo**. Imperatriz, Maranhão: Ética Editora. 2000.

FERNANDES, B. M. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001.

FERNANDES, R. C. **Sem fins lucrativos**. In: LANDING, L. (org.). **Sem fins lucrativos: as organizações não-governamentais no Brasil**. Rio de Janeiro: ISER. 1988.

FERREIRA, M. C. L. **O caráter singular da língua na Análise do Discurso**. Organon, v. 17, n. 35, p. 189-200, 2003.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes. 2002

GAWRYSZEWSKI, Alberto. **A imagem como instrumento de luta anarquista**. In: GAWRYSZEWSKI, Alberto (org.). **Imagens anarquistas: análises e debate**. Londrina: UEL, 2009. p. 11-42.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 9. ed. São Paulo: Loyola, 2011.

GONÇALVES, Renato Luiz. **A atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) em Campos dos Goytacazes, RJ: Uma análise do Assentamento Zumbi dos Palmares**. 2012. 150 f. Dissertação (Mestrado em Instituições sociais e desenvolvimento; Cultura, processos sociais e conhecimento) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2012.

GOMES, J.; RAMOS JÚNIOR, D. conflitos agrários a partir das narrativas dos

camponeses atingidos por expulsões na serra do centro, município de Campos Lindos –TO. **Revista Temporis[ação] (ISSN 2317-5516)**, v. 20, n. 02, p. 30, 19 dez. 2020.

GOSS, Karine Pereira. **Identidades militantes em ações coletivas contemporâneas em Florianópolis (SC)**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina, 2003.

GOSS, K. P; PRUDENCIO, K. **O conceito de movimentos sociais revisitado**. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC Vol. 2, nº 1 (2), janeiro-julho 2004, p. 75-91

GOULART, Luís Otávio de Oliveira. SANTOS, Tiago Francisco Campanholi. Influência Da Igreja Católica Apostólica Romana na formação do direito do trabalho e proteção do trabalhador. **VIII EPCC – Encontro Internacional de Produção Científica Cesumar UNICESUMAR** – Centro Universitário Cesumar Editora CESUMAR Maringá – Paraná. 2013. ISBN 978-85-8084-603-4

GUILHAUMOU, Jacques; MALDIDIER, Denise. Efeitos do arquivo. In: GUILHAUMOU, Jacques; MALDIDIER, Denise; ROBIN. **Discurso e arquivo: experimentações em análise do discurso**. Tradução: Carolina P. Fedatto, Paula Chiaretti. Campinas: SP: Editora da Unicamp, 2016[1986].

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. 8ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HAUER, Anete. **Fotografia e discurso social**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2003.

IANNI, Otávio. **Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1979.

KRETZER, Altamiro Antônio; OTTO, Cracícia. Educação e Instituições Religiosas. **Revista Brasileira de História das Religiões**, Ano 1, n.3, 2009, p.259-282.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **Desvendando os segredos do texto**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

KOTSCHO, Ricardo. **O Massacre dos Posseiros: Conflito de terras no Araguaia - Tocantins**. São Paulo – SP, Brasiliense. 1982.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: Scritta, 1991.

LE BRETON, Binka. **Todos Sabiam: a morte anunciada do Padre Josimo**. 2 ed. São Paulo: Loyola, 2000.

Leite, C. H. F. (2015). Teoria, metodologia e possibilidades: os jornais como fonte e objeto de pesquisa histórica. **Revista Escritas**, 7(1), 03–17. <https://doi.org/10.20873/vol7n1pp03-17>

LEROY, Jean-Pierre René Joseph. **Uma chama na Amazônia. Campesinato, consciência de classe e educação. O Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais de Santarém (PA) (1974-85)**. Fundação Getúlio Vargas. Instituto de Estudos Avançados em Educação –Rio de Janeiro, 1989.

LIMA, Eonilson Antonio;SOUZA, Adelma Ferreira. Conflito e violência na Fronteira: um olhar sobre a luta pela terra entre posseiros e latifundiários em Jurina-TO. In: CLEMENTE, Marcos Edilson de Araújo; CAIXETA, Vera Lúcia; VAZ, Braz Batista (orgs.). **Tocantins: Novas Histórias**. Palmas; Nagô, 2018, p.193-216.

LISBOA, José Rivaldo Arnaud. **Atuação da Igreja Católica na prelazia de Cametá: o contexto da educação popular no período de 1980 a 1999**. 2019. 206p. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós - Graduação em Educação e Cultura. Universidade Federal do Pará – Campus CUNTINS/Cametá, 2019

LÖWY, Michael. **A guerra dos deuses: religião e política na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 2000.

LÖWY, M. **O marxismo na América Latina**. Uma antologia de 1909 aos dias atuais. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1999.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. PINTO, Jax Nildo Aragão. A questão fundiária na Amazônia. **Estudos Avançados**, SÃO PAULO - SP, V. 19 N. 54, p 77 - 98. março 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142005000200005> . Acesso em: 02 abril 2022.

LUCA, Tânia Regina. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111 - 153

LUSTOSA. Oscar Figueiredo. **A Presença da Igreja no Brasil: história e problemas (1500-1968)**. São Paulo: Giro, 1977.

MACHADO ARAÓZ, H. El auge de la Minería transnacional en América Latina. De la ecología política del neoliberalismo a la anatomía política del colonialismo. In: ALIMONDA, H. **Lanaturaleza colonizada: ecología política y minería en América Latina**. Buenos Aires: Clacso, 2011.

MACHADO, L. M. A Fotografia como suporte da Reportagem político-social na Imprensa Escrita do Porto: os casos do Jornal de Notícias, O Primeiro de Janeiro e O Comércio do Porto (1974/2004). **Esferas**, v. 1, n. 1, 12 nov. 2012.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. 6ª. ed., São Paulo: Cortez Editora, 2008

MANIGLIA, Elisabete. **Criminalidade e violência no âmbito rural: críticas e reflexões**. Disponível em: <http://www.saoluis.br/revistajuridica/arquivos/012.pdf>. Acesso 20 out. 2019.

MANOEL, Ivan. **A Ação Católica Brasileira: notas para estudo**. Acta Scientiarum, v. 21, n. 1, p. 207-215, 1999, p212.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista NERA**, Presidente Prudente - SP. Ano 11, nº. 12 pp. 57-67 Jan.-jun./2008.

MARTINS, José de Souza. A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira. In: SCWACZ, (Org.). **História da Vida Privada no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

_____. A Igreja face à política agrária do Estado. In PAIVA, Vanilda (org.). **Igreja e questão agrária**. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

Mechi, Patricia Sposito. **Os protagonistas do Araguaia**: trajetórias, representações e práticas de camponeses, militantes e militares na guerrilha (1972-1974). 2012. 401 f. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

MELUCCI, Alberto. **Acción colectiva, vida cotidiana y democracia**. El Colégio de México, 1999.

MIANI, Rozinaldo Antonio. **O desemprego estrutural crônico: uma leitura através das charges**. In: INTERCOM 2005 - XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2005, Rio de Janeiro, 2005.

MIGLIEVICH-RIBEIRO, A. Por uma razão decolonial: Desafios ético-político-epistemológicos à cosmovisão moderna. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, v. 14, n. 1, p. 66-80, 11 abr. 2014.

MITIDIERO JUNIOR, M. A. **A Ação Territorial de uma Igreja Radical: Teologia da Libertação, luta pela terra e atuação da Comissão Pastoral da Terra no estado da Paraíba**. Tese de doutorado do Programa de Pós-graduação em Geografia Humana da USP, 2008.

MITTMANN, Solange. Nem lá, nem aqui: o percurso de um enunciado. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Org.). **Os múltiplos territórios da análise do discurso**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999.

MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Rev. bras. Ci. Soc.** [online]. 2017, vol.32, n.94, e329402. Epub June 22, 2017. ISSN 1806-9053.

MUTZENBERG, Remo. **Movimentos sociais: entre aderências, conflitos e antagonismos**. In: SINAI – Revista Eletrônica - Ciências Sociais. Vitória: CCHN, UFES, Edição n.09, v.1, Junho. 2011. pp.127-143.

MUTZENBERG, R. A Questão dos Movimentos Sociais na Atualidade. In: Carlos Benedito Martins e Heloísa T. de Souza Martins. (Org.). **Horizontes das Ciências Sociais no Brasil**. 1 ed. São Paulo: ANPOCS/BARCAROLLA, 2010, v. 3, p. 405-440.

MYSKIW, A. M. **Colonos, Posseiros e Grileiros**: Conflitos de terras no Oeste Paranaense (1961/66). Niterói: UFF, 2002. [Dissertação de Mestrado em História].

Disponível em: <http://www.historia.uff.br/nra/textos/Myskiw.pdf>. Acesso em: 01 de janeiro de 2023.

ORLANDI, Eni. **Discurso em Análise**: sujeito, sentido, ideologia. Campinas: Pontes, 2012.

_____. **Discurso e Texto**. Campinas: Pontes, 2008.

_____. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2007.

PACHECO, R. A. S. **Movimentos sociais: a construção da identidade na diversidade**. Revista Eletrônica Portas, v. 1, nº 1, p. 10-24, dez. 2007. Disponível em <<http://www.acicate.com.br/portas/movimentos.pdf>>. Acesso em: 23 agosto. 2022.

PEIXOTO, Rodrigo Corrêa Diniz. Memória social da Guerrilha do Araguaia e da guerra que veio depois. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, Belém, v. 6, n. 3, pp. 479-499, set./dez. 2011.

PÊCHEUX, Michel. **Análise automática do discurso** (AAD-69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de M. Pêcheux. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997. p. 61-105.

_____. **Papel da memória**. In: ACHARD, Pierre et al. (Org.). Papel da memória. Campinas: Pontes, 1999.

_____. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Ed. da Unicamp, 1988.

PEREIRA, L. P. L. S. **os conflitos pela terra na região do Bico do Papagaio (Tocantins) na década de 1980**. 1990. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1990.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PINHEIRO FILHO, Abdias. **O Texto fotográfico e a sua leitura**. Movendo Ideias, Belém, v8, n.º 14, p.11 – 13. 2003

PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social**. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, vol. 5, n. 10, 1992.

POLETTO, Ivo e CANUTO, Antônio. **Nas pegadas do povo da terra**: 25 anos da Comissão Pastoral da Terra. São Paulo: Loyola, 2002.

PORTO-GONÇALVES, C.W; QUENTAL, P.A Colonialidade do poder e os desafios da integração regional na América Latina. **Polis – Revista Latinoamericana**, Santiago, no. 31, 2012.

PRADO JUNIOR, Caio. A questão agrária e a revolução brasileira – 1960. In: STEDILE, João Pedro(org.). **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional – 1500- 1960.** São Paulo: Expressão Popular, 2005.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. **A colonialidade do saber, eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas.** Buenos Aires: CLACSO, 2005.

QUIJANO, A. “Bien vivir”: entre el “desarrollo” y la des/colonialidad del poder. **Horizontes sociológicos**, Buenos Aires, no.1, 2015.

RAVAGANI, H. B. **Luta por reconhecimento:** a filosofia social do jovem Hegel segundo Honneth. Kínesis, Marília, SP, v. I, n. 01, p. 39-57, 2009.

REGO, Josualdo L. & ANDRADE, Maristela de Paula. História de Mulheres: breve comentário sobre o território e a identidade das quebradeiras de coco babaçu no Maranhão, São Paulo, Editora Agrária, nº 3, 2006.

RODRIGUES, José Honório. **Teoria da História do Brasil:** introdução metodológica. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

RIOS, Luiz. Geografia do Maranhão. 4 ed. São Luís: Central dos Livros, 2005.
ONOFRE, G. R. e SUZUKI, J. C. Reflexões sobre a Reforma Agrária no Brasil.4

SADER, Maria Regina de Cunha Toledo. **Espaço e Luta no Bico do Papagaio em.**Tese de Doutorado em História Social: FAFLCH, USP, 1986.

SADER, Emir. Hegemonia e contra-hegemonia. In: CECENÃ, Ester (Org.) **Hegemonias e emancipações no século XXI.** São Paulo: CLACSO, 2005, p.15-34.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Conflictos agrários e violência no Brasil:** agentes sociais, lutas pela terra e reforma agrária. Pontifícia Universidad Javeriana. Seminário Internacional, Bogotá, Colômbia. Agosto de 2000. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rjave/paneles/tavares.pdf>. Acesso 25 out. 2020

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Conflitos Agrários e Violência no Brasil: Agentes sociais, lutas pela terra e reforma agrária.** Disponível em. Acesso em 08 jun. 2012 22:33:00. 10

SCHILLING, Paulo. Do “Caminho Brasileiro” de Reforma Agraria - 1962. In: STEDILE, João Pedro(org.). **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional – 1500- 1960.** São Paulo: Expressão Popular, 2005.

SHANIN, Teodor. **Campesinos y sociedades campesinas.** México, Fondo de Cultura Económica.1979.

SILVA, Célia Nonata da. **Os pobres herdarão a terra”:** Conflitos rurais e igreja católica no Brasil na segunda metade do Século XX. **Revista Crítica Histórica.** Maceió - AL. Ano I, Nº 2, Dezembro/2010. Disponível

em:<http://www.revista.ufal.br/criticahistorica/attachments/article/65/OS%20POBRES%20HERDARAO%20A%20TERRA.pdf>. Acesso 12 out. 2019.

SILVA, Sandro. **Teologia da Libertação: Revolução e reação interiorizadas na Igreja**. Dissertação (mestrado em história) - Centro de estudos gerais mestrado Em História Contemporânea, Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro – Niterói, 2006.

SILVA, Luiz Fernando Mangea. A ditadura civil-militar e a Igreja Católica no Brasil: uma abordagem do pensamento social católico. Encontro de História da Anpuh-Rio. XVIII, 2016, Rio de Janeiro. **Anais**. entre o local e o global. Rio de Janeiro - Nova Iguaçu. p01-09. ISBN 978-85-65957-05-2.

SILVA, Otávio Barros da. Breve História do Tocantins e de sua Gente - Uma Luta Secular. Araguaína: Federação das Indústrias dos Estados do Tocantins, Brasília: Solo Editores, 1996.

SOARES, Z. A. B. **Agricultura familiar, movimentos sociais e desenvolvimento rural na região do Bico do Papagaio – Tocantins**: um estudo sobre as relações entre sociedade civil e desenvolvimento. 2009. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento Sociedade e Agricultura. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

SOUZA, Rogério Luiz de. **Uma História inacabada: Cem anos do Colégio Catarinense**. São Leopoldo: UNISINOS, 2005.

SOUSA, Moisés Matias Ferreira de. Os outros Segredos do Maranhão. São Luís: Estação Gráfica, 2002. STEDILE, João Pedro. A questão agrária no Brasil. In: STEDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional – 1500-1960**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés et al. **Indígenas, Quilombolas e outros povos tradicionais**. Coordenação de Carlos Frederico Marés de Souza Filho e Liana Amin Lima da Silva. Organização de Isabelle Maria Campos Vasconcelos Chehab, Manuel Munhoz Caleiro, Rosely Aparecida Stefanos Pacheco e Vercilene Francisco Dias. Volume II. Curitiba, PR: CEPEDIS, 2019. 313 p. ISBN 978-85-94360-07-6.

SOUZA FILHO, C. F. M. de. Terra mercadoria, terra vazia: povos, natureza e patrimônio cultural. **InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 57–71, 2015. DOI: 10.26512/insurgncia.v1i1.18789. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/insurgencia/article/view/18789>. Acesso em: 11 jul. 2022.

TOLENTINO, Thiago Lenine Tito. **Trajetórias em cacos: fragmentos para uma história da luta pela terra no Brasil nos anos 1964-1985**. Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG V. 5, n. 3 (set./dez. 2013) – Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2013. ISSN: 1984-6150.

TAUSSIG, Michael T. **The Devil and commodity fetishism in South America**. Chapel Hill, The University of North Carolina Press, 1980.

VALADARES, Alexandre Arbex. Terra legal e Nossa Várzea: Duas concepções diversas de políticas de regularização fundiária e acesso à terra. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). **Boletim regional, urbano e ambiental** | 08 | jul.-dez. 2013. Disponível em: <repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/5587>. acessado 02 julho de 2022.

SITES

Comissão Pastoral da Terra. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br/>>. Acesso em 02 maio de 2022.

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). Disponível em <<http://www.contag.org.br/index.php?action=1> >. Acesso em 16 agosto de 2022.

Central Única dos Trabalhadores (CUT). Disponível em < <http://www.cut.org.br/> >. Acesso em 22 de setembro 2022.

Partido Comunista Brasileiro. Disponível em: <<http://pcb.org.br/portal/>>. Acesso em 26 de julho de 2022.

Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm. Acesso em: 11 de julho de 2022.

UM SÓ PLANETA. Amazônia Legal: o que é e quais estados fazem parte. Disponível em: <https://umsoplaneta.globo.com/biodiversidade/noticia/2021/11/14/amazonia-legal-o-que-e-e-quais-estados-fazem-parte.ghtml>. Acesso em: 18 maio 2023.